

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

LUIZ CARLOS DE LEMOS ARIGONY DA SILVA

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE
CORPORATIVA NO INMETRO.

RIO DE JANEIRO

2010

Luiz Carlos de Lemos Arigony da Silva

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE
CORPORATIVA NO INMETRO.

Dissertação de Mestrado Profissional apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental, Escola Politécnica e Escola de Química, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Engenharia Ambiental.

Orientador: Josimar Ribeiro de Almeida.

Rio de Janeiro

2010

S586e Silva, Luiz Carlos de Lemos Arigony Da.

Análise da implementação de um programa de sustentabilidade corporativa no INMETRO / Luiz Carlos de Lemos Arigony da Silva. – 2010.

163 f. ; il. ; 29 cm.

Dissertação (Mestrado Profissional em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola Politécnica e Escola de Química, Programa de Engenharia Ambiental, Rio de Janeiro, 2010.

Orientador: Josimar Ribeiro de Almeida

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Inmetro. 3. Sustentabilidade 4. Responsabilidade social. I. Almeida, Josimar Ribeiro. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola Politécnica e Escola de Química. III. Título.

CDD:333.715

Luiz Carlos de Lemos Arigony da Silva

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE
CORPORATIVA NO INMETRO.

Dissertação de Mestrado Profissional apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental, Escola Politécnica e Escola de Química, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Engenharia Ambiental.

Aprovada por:

Orientador: Professor Josimar Ribeiro de Almeida, D. Sc. – UFRJ/PEA

Professora Cláudia do Rosário Vaz Morgado, D.Sc. – UFRJ/PEA

Professor Pauli Adriano de Almada Garcia, D.Sc. – UFF

Ricardo Kropf Santos Fermam, D.Sc. – INMETRO

Rio de Janeiro

2010

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família, pela sólida amizade que nos une, e especialmente

- a meus pais Foch Arigony da Silva e Ana Rosa de Arigony Haiat, meus maiores mestres;
- à minha esposa Lilian Hirsch Arigony, companheira de todos os momentos e
- a meus filhos Alexandre e Flávio Foch Arigony, exemplos de dedicação aos estudos e ao trabalho e determinação na busca de seus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a atenção recebida dos dedicados professores do mestrado profissional em engenharia ambiental da UFRJ, aqui representados pela coordenadora do curso, Prof^a Cláudia Morgado, pelo meu orientador Prof. Josimar Ribeiro de Almeida e pelo Prof. Haroldo Mattos de Lemos.

Agradeço também aos Professores Ricardo Fermam e Pauli Garcia, integrantes da banca examinadora, pela atenção em rever o trabalho e tecer comentários.

Agradeço ainda ao corpo discente, aqui representado pela minha amiga Fátima Nogueira de Souza, pelo convívio enriquecedor.

Agradeço igualmente a todos aqueles do Inmetro que se dispuseram a me receber e trocar e-mails elucidativos sobre a atuação do Instituto. Entre estes cito nominalmente o diretor Alfredo Lobo, cuja diretoria desenvolve programas de avaliação da conformidade com requisitos sócio-ambientais e em cujos quadros trabalham colaboradoras que também dedicaram parte do seu tempo a me atender. Entre estas cito Maria Aparecida Martinelli e Márcia Copello Martins. Agradeço da mesma forma ao diretor e também professor Humberto Brandi e demais colaboradores do Inmetro, como Taynah Lopes de Souza, Romeu Daroda, Rodolfo Saboia de Souza e tantos outros.

Fico igualmente grato a Regina Vimercati e Altino Silva Marques por contextualizarem a atuação do Inmetro, assim como a Aldoney Freire Costa e Flavio Ferreira pelo apoio para que este trabalho pudesse ser realizado.

"Enriquecemos pela utilização pródiga dos nossos recursos naturais e podemos, com razão, nos orgulhar do nosso progresso. Chegou, porém o momento de refletirmos sobre o que acontecerá quando nossas florestas tiverem desaparecido, quando o carvão, o ferro e o petróleo se esgotarem, e quando o solo estiver mais empobrecido ainda, levado para os rios (pela erosão), poluindo suas águas, desnudando os campos e dificultando a navegação". Theodore Roosevelt, 1908.

RESUMO

SILVA, Luiz Carlos de Lemos Arigony da. **Análise da implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa no Inmetro.** Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado Profissional em Engenharia Ambiental) – Escola Politécnica e Escola de Química, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010

No presente trabalho são deduzidas as condições essenciais para que se possa implementar um Programa de Sustentabilidade Corporativa e é pesquisado o grau de aderência à hipótese de que o Inmetro satisfaz tais condições. O objetivo é contribuir para que o Instituto, que desenvolve inúmeras ações voltadas ao Desenvolvimento Sustentável, tenha ainda maior alinhamento ao estado da arte internacional. Tomam-se como referência de características e de amplitude os critérios ISE Bovespa (Índice de Sustentabilidade Empresarial Bovespa) e DJSI World (Dow Jones Sustainability World Index), que nas suas Dimensões Ambientais e Sociais não contém especificidades que os invalidem para uma aplicação geral. A conclusão é que, embora o Inmetro desenvolva inúmeros programas voltados ao Desenvolvimento Sustentável, com impacto na sociedade brasileira, não há um programa formal de Sustentabilidade Corporativa, cobrindo aspectos ambientais e sociais de sua atuação interna. No entanto o Inmetro atende a quase todas as condições estratégicas elencadas, ou seja, estaria em condições de, com facilidade, implementar um programa de Sustentabilidade Corporativa.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Inmetro. Desenvolvimento Sustentável. Responsabilidade Social.

ABSTRACT

SILVA, Luiz Carlos de Lemos Arigony da. **Análise da implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa no Inmetro**. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Dissertação (Mestrado Profissional em Engenharia Ambiental) – Escola Politécnica e Escola de Química, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010

This master thesis deduces the essential conditions for implementing a Corporate Sustainability Plan, and studies the degree to which Inmetro satisfies these conditions. The aim is to help the Institute, which develops many actions related to Sustainable Development, become even more aligned with the international state-of-the-art position. The characteristics and amplitude of the Bovespa Corporate Sustainability Index (ISE Bovespa) and Dow Jones Sustainability World Index (DJSI World) have been taken as benchmarks, given that their Environmental and Social Dimensions do not contain any specific aspects that renders them invalid for general applications. The conclusion is that, although Inmetro develops many programs focused on Sustainable Development, and these have a significant impact on Brazilian society, there is no formal Corporate Sustainability Program, covering the environmental and social aspects of its own internal performance. However, Inmetro meets almost all the strategic conditions listed. It is, in other words, well positioned to easily implement a Corporate Sustainability Program.

Keywords: Sustainability. Inmetro. Sustainable Development. Social Responsibility.

SIGLAS E ABREVIATURAS

AAQG – “American Aerospace Quality Group”

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

Abrapp - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar

APLAC - “Asian-Pacific Laboratory Accreditation Cooperation”

ASQ - “American Society for Quality”

BIPM - “Bureau International des Poids et Mesures”

BS - “British Standard”

BSR - “Business for Social Responsibility”

Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBAC - Comitê Brasileiro de Avaliação da Conformidade

CDP - “Carbon Disclosure Project”

CEDS - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável

CEMDS - Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável

CERFLOR - Programa Brasileiro de Certificação Florestal

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, em 1992

Conmetro - Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

Conpet - Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural

COPOLCO - ISO “Consumer Policy Committee”

CSR - “Corporate Social Responsibility”

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

Diape - Divisão de Articulação Externa e Desenvolvimento de Projetos Especiais do Inmetro

DJSI World - “Dow Jones Sustainability World Index”

Dqual - Diretoria da Qualidade do Inmetro

EA - “European Accreditation”

ENCE - Etiqueta Nacional de Conservação de Energia

EPI - Equipamentos de Proteção Individual

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FNQ - Fundação Nacional da Qualidade

FSC - “Forest Stewardship Council”

GEE - Gases de Efeito Estufa

Globalgap - “The Global Partnership for Good Agricultural Practice”

GRI - “Global Reporting Initiative”

GVces - Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV de São Paulo

IAAC - "Interamerican Accreditation for Cooperation"

IAF - "International Accreditation Forum"

Ibase - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

ICC - "International Chamber of Commerce"

IDEC - Instituto de Defesa do Consumidor

IFC - "International Finance Corporation"

IISD - "International Institute for Sustainable Development"

ILAC - "International Laboratory Accreditation Cooperation"

ILO - "International Labour Organization"

Inmetro - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

INPM - Instituto Nacional de Pesos e Medidas

INT - Instituto Nacional de Tecnologia

IPEM - Instituto de Pesos e Medidas

IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas

ISE - Bovespa Índice de Sustentabilidade Empresarial Bovespa

ISO - "International Organization for Standardization"

MAPA - Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MBC - Movimento Brasil Competitivo

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MSG - Mestrado em Sistemas de Gestão da Universidade Federal Fluminense

NBR - Norma Brasileira

NIST - “National Institute of Standards and Technology”

OAC - Organismos de Avaliação da Conformidade

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OHSAS - “Occupational Health & Safety Advisory Services”

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

OSH - “Occupational Safety and Health”

PAC - Programas de Avaliação da Conformidade

PBAC - Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade

PBE - Programa Brasileiro de Etiquetagem

PBQP - Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade

PDCA - Plan, do, check, act

PEA - Programa de Engenharia Ambiental da UFRJ

PEFC - “Programme for the Endorsement of Forest Certification”

PIF - Produção Integrada de Frutas

PNCC - Programa Nacional de Certificação da Cachaça

PNQ - Prêmio Nacional da Qualidade

PQGF - Prêmio Nacional de Gestão Pública

PQRio - Prêmio Qualidade Rio

Procel - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica

RAC - Regulamento de Avaliação da Conformidade do Inmetro

RBC - Rede Brasileira de Calibração

RBLE - Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio

Rio 92 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, em 1992

RNML - Rede Nacional de Metrologia Legal

SA - “Social Accountability”

SBAC - Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade

SGA - Sistema de Gestão Ambiental

SGSST - Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho

SI - Sistema Internacional de Unidades

SIM - Sistema Inter-Americano de Metrologia

SINMETRO - Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

TBL - "Triple Bottom Line"

UFF - Universidade Federal Fluminense

WBCSD - "World Business Council for Sustainable Development"

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	20
1.1. A evolução da questão socioambiental.....	20
1.2. Hipótese	22
1.3. Justificativa da escolha do tema	23
1.4. Metodologia e delimitação.....	24
1.5. Pesquisa bibliográfica	26
2. Desenvolvimento Sustentável	30
3. Sustentabilidade Corporativa	38
3.1. Introdução	38
3.2. Responsabilidade Corporativa – Definições e conceitos correlatos.....	44
3.3. Argumentos prós e contras	55
4. Instrumentos de Sustentabilidade Corporativa	62
5. O Prêmio Nacional de Gestão Pública - PQGF.....	74
5.1. Os prêmios da Qualidade.....	74
5.2. O prêmio Malcolm Baldrige	75
5.3. Outros prêmios nacionais e o PNQ.....	76
5.4. O PQGF	79
5.5. O PNQ e a Responsabilidade Social.....	80
6. O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro	81
6.1. Figura jurídica e atribuições	81
6.2. Histórico	83
6.3. O Inmetro e o PQGF	89
6.4. O Sistema de Gestão da Qualidade do Inmetro.....	91
6.5. O Inmetro e o PBQP	92

6.6. Participações e reconhecimentos do Inmetro em fóruns internacionais de acreditação	94
7. Exemplos de Programas do Inmetro com requisitos sócio-ambientais	97
7.1. CERFLOR – Certificação Florestal	102
7.2. Certificação da Cadeia de Custódia	104
7.3. PIF – Produção Integrada de Frutas	104
7.4. Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE)	105
7.5. Fibras Beneficiadas de Sisal	107
7.6. Programa Brasileiro de Certificação em Biocombustíveis	108
7.7. Educação para o consumo	109
7.8. Curso de Multiplicadores em Educação para o Consumo	110
7.9. Certificação da Cachaça	111
7.10. Sistema de Gestão da Sustentabilidade para Meios de Hospedagem ...	115
8. Características dos Programas de Sustentabilidade Corporativa (ISE Bovespa e DJSI World)	116
8.1. Exemplos de questões do ISE Bovespa e DJSI World relacionadas ao envolvimento da Alta Administração	120
8.2. Exemplos de questões do ISE Bovespa e DJSI World relacionadas ao Planejamento Estratégico	121
8.3. Exemplos de questões do ISE Bovespa e DJSI World relacionadas à necessidade do estabelecimento de políticas	122
8.4. Exemplos de questões do ISE Bovespa e DJSI World relacionadas à necessidade de conscientização e treinamento	123
8.5. Exemplos de questões do ISE Bovespa e DJSI World relacionadas à implementação de Sistemas de Gestão e implementação de procedimentos	124
8.6. Exemplos de questões do ISE Bovespa e DJSI World relacionadas ao desenvolvimento de relatórios de sustentabilidade	126
8.7. Exemplos de questões do ISE Bovespa e DJSI World relacionadas a compromissos voluntários amplamente legitimados	129
8.8. Exemplos de questões substantivas do ISE Bovespa e DJSI World relacionadas a mudanças climáticas e à biodiversidade	130

9. Características desejáveis de um programa de Sustentabilidade Corporativa	131
9.1. Para a implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa é conveniente criar a cultura da Responsabilidade Social.....	132
9.2. Para a implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa é conveniente implementar o enfoque sistêmico	133
9.3. Para a implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa é conveniente o envolvimento da Alta Administração.....	134
9.4. Para a implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa é conveniente sua inserção no Planejamento Estratégico.....	135
9.5. Para a implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa é conveniente o estabelecimento de políticas relativas à sustentabilidade e seus desdobramentos sucessivos, de forma a que haja uma atuação coerente da organização.	136
9.6. Para a implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa é conveniente a sua internalização por toda a organização	137
9.7. Para a implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa é conveniente implementar um amplo programa de conscientização e treinamento.....	138
9.8. Para a implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa é conveniente explicitar o compromisso global com a sustentabilidade através da adoção de princípios internacionalmente aceitos e expressos e adotar instrumentos internacionalmente aceitos, capazes de conferir a necessária credibilidade em nível mundial aos esforços da organização, tais como normas internacionalmente aceitas.	139
9.9. Para a implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa é conveniente tornar públicos Relatórios de Sustentabilidade elaborados de acordo, por exemplo, com as “Guidelines” da GRI e submetê-los a verificações externas.....	140
9.10. Para a implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa é conveniente abordar questões substantivas como mudanças climáticas e biodiversidade.....	141
10. Análise da situação atual do Inmetro quanto à implementação de um Programa de Sustentabilidade Corporativa.....	142
11. Conclusões	147
12. Recomendações de novos trabalhos.....	150

Referências bibliográficas.....	152
--	------------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução da pontuação do Inmetro no PQGF	90
---	-----------

1. INTRODUÇÃO

1.1. A evolução da questão socioambiental

É inegável que vivemos, em termos históricos, um momento de legítima e crescente preocupação socioambiental. A simples observação dos noticiários nos meios de comunicação atesta isso: aquecimento global, espécies em extinção, diminuição da biodiversidade, entre outros, são temas recorrentes. Neste cenário proliferaram nas últimas décadas iniciativas internacionais importantes, como conferências e acordos internacionais.

A humanidade, após a Revolução Industrial percorreu um caminho que, se por um lado proporcionou progressos materiais, por outro degradou o meio ambiente, contrabalançando os efeitos positivos alcançados (Oliveira e Oliveira, 2010).

Em resposta a esta questão, houve um gradativo aumento na conscientização ambiental e os governos passaram a emitir leis e regulamentos cada vez mais severos, em uma abordagem conhecida na literatura como comando e controle.

O aspecto ambiental e social da atividade econômica passou a ter conseqüências legais, implicando progressivamente em pesadas multas, indenizações e até mesmo na privação da liberdade dos responsáveis por danos ambientais.

A crescente regulação, no entanto, nem sempre tem se revelado eficaz e os organismos de regulação e fiscalização muitas vezes se mostram impotentes face à dimensão, diversidade e dinamismo da atividade econômica.

Por causa desse quadro, a regulação e a fiscalização muitas vezes passam a ser um entrave à atividade econômica.

Nesse cenário, surgiu nos últimos anos, a partir do conceito de desenvolvimento sustentável (desenvolvimento que satisfaz as necessidades e aspirações da geração presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações em satisfazer suas próprias necessidades), a busca da conciliação do progresso econômico e tecnológico com a preservação ambiental. As indústrias, acusadas até então pela degradação ambiental e social, lançaram ou aderiram a programas revolucionários que poderão se constituir em grandes avanços ambientais. Exemplo claro disto é o “Responsible Care” (Atuação Responsável), uma iniciativa voluntária criada pela indústria química global.

As variáveis ambientais e sociais passaram assim a serem decisivas na sobrevivência de muitas organizações, inclusive de agentes econômicos, como bancos e seguradoras, já que seus negócios passaram a ser afetados por elas.

De acordo com John Elkington: “Estamos vendo o nascimento do ambientalismo corporativo. De fato, o ímpeto principal para o desenvolvimento sustentável no futuro virá provavelmente das empresas. Há outras novidades importantes também. Muitos consumidores estão agora preparados para pagar mais por produtos ambientalmente responsáveis e o surgimento de fundos de investimentos éticos jogou um feixe de luz no desempenho ambiental das corporações”. “Também significativo”, diz Elkington, “é que as companhias estão mudando de dentro, ao invés de simplesmente responder a pressões externas de consumidores e ambientalistas”.

Nesse cenário surgiram os índices de Sustentabilidade Corporativa, utilizados neste trabalho como referenciais para testar a hipótese de que o Inmetro satisfaz condições desejáveis essenciais para que possa implementar um Programa de Sustentabilidade Corporativa.

1.2. Hipótese

O Inmetro satisfaz condições essenciais para que possa implementar um Programa de Sustentabilidade Corporativa.

Tais condições detalhadas em capítulo próprio são as seguintes:

1. Para a implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa é conveniente criar a cultura da Responsabilidade Social.
2. Para a implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa é conveniente implementar o enfoque sistêmico.
3. Para a implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa é conveniente o envolvimento da Alta Administração.
4. Para a implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa é conveniente sua inserção no Planejamento Estratégico.
5. Para a implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa é conveniente o estabelecimento de políticas relativas à sustentabilidade e seus desdobramentos sucessivos, de forma a que haja uma atuação coerente da organização.
6. Para a implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa é conveniente a sua internalização por toda a organização.

7. Para a implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa é conveniente implementar um amplo programa de conscientização e treinamento.
8. Para a implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa é conveniente explicitar o compromisso global com a sustentabilidade através da adoção de princípios internacionalmente aceitos e expressos e adotar instrumentos internacionalmente aceitos, capazes de conferir a necessária credibilidade em nível mundial aos esforços da organização, tais como normas internacionalmente aceitas.
9. Para a implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa é conveniente tornar públicos Relatórios de Sustentabilidade elaborados de acordo, por exemplo, com as “Guidelines da Global Reporting Initiative” - GRI (Iniciativa Global de Relato) e submetê-los a verificações externas.
10. Para a implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa é conveniente abordar questões substantivas como mudanças climáticas e biodiversidade.

1.3. Justificativa da escolha do tema

A missão do Inmetro é “Prover confiança à sociedade brasileira nas medições e nos produtos, através da metrologia e da avaliação da conformidade, promovendo a harmonização das relações de consumo, a inovação e a competitividade do País”.

Vários são os indicadores de que o Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro desempenha muito bem o seu papel, incluindo premiações como o prêmio ouro do Prêmio Nacional de Gestão Pública - PQGF e resultados de pesquisas de opinião pública, a última da qual atestou que 75,2% dos brasileiros conhecem o Inmetro e 85% dos consumidores confiam no Inmetro.

Em relação à Sustentabilidade Corporativa, em princípio, não haveria de ser diferente, uma vez que neste assunto aplica-se o enfoque sistêmico, assim como no PQGF, como veremos em capítulo próprio. Entretanto, por ser um tema onde o envolvimento do Inmetro é mais recente, justifica testar a hipótese de que o Inmetro satisfaz condições essenciais para que possa implementar um Programa de Sustentabilidade Corporativa e analisar eventuais oportunidades de melhoria.

Ademais, “dado que as atividades do Inmetro impactam de forma ampla o cotidiano do país... com benefícios para todos os segmentos da sociedade” (Lobo, 2008), o que é inerente à sua própria missão, a implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa traria provavelmente grandes benefícios para a sociedade.

1.4. Metodologia e delimitação

Levantamento bibliográfico sobre Sustentabilidade Corporativa e estudo de caso do Inmetro, a partir da análise de informações qualitativas do Inmetro tornadas públicas e comparações com referenciais de excelência, representados pelos questionários Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE Bovespa e Dow Jones Sustainability World Index - DJSI World (Índice Mundial

de Sustentabilidade Dow Jones). (ISE BOVESPA, 2010a), (ISE BOVESPA, 2010b) e (DJSI, 2010).

Estes índices foram escolhidos entre as dezenas de instrumentos¹ colocados à disposição das organizações para a implementação da Sustentabilidade Corporativa devido às suas estruturas de documentos de avaliação e por se basearem no conceito do “triple bottom line” de John Elkington, ou seja, por levarem em consideração no mesmo nível de abrangência e profundidade as Dimensões Econômico-Financeira, Ambiental e Social.

Analisa-se predominantemente a Dimensão Ambiental (já que uma das áreas do PEA – Programa de Engenharia Ambiental da UFRJ é a gestão ambiental) e a Dimensão Social dada a interdependência das duas, o que foi realçado desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo (1972). A Dimensão Econômico-Financeira, embora também relacionada às demais, não é aqui abordada, por conter especificidades que tornam suas questões distantes da Dimensão Ambiental.

A análise apresentada nesta dissertação é uma etapa que precederia a implantação de um Programa de Sustentabilidade, quando a Dimensão Econômico-Financeira teria que ser levada em consideração por profissionais com competência específica. Nessa ocasião a Dimensão Ambiental já estaria analisada no mesmo nível que então seria analisada a Dimensão Econômica

¹ Em “Critérios Essenciais de Responsabilidade Social Empresarial e seus Mecanismos de Indução no Brasil”, documento que visa o levantamento e estudo desses instrumentos, são citados 33 instrumentos (entre padrões, normas, referências e diretrizes) (ETHOS, 2006). Textualmente: “Essa diversidade de instrumentos,... certamente amplia o escopo das questões a serem consideradas pelas empresas que buscam referências para a adoção de boas práticas no campo da RSE. Entretanto, também dá origem a muitas dúvidas...” Levantamentos semelhantes podem ser encontrados na ABNT NBR ISO 26000:2010 e em Louette (2007).

Financeira. Em outras palavras, a dissertação não encerra as discussões e levantamentos prévios à decisão de implementar um programa de Sustentabilidade Corporativa, mas ela pode ser considerada como um dos “inputs” para a tomada dessa decisão.

1.5. Pesquisa bibliográfica

Introdução

A questão Sustentabilidade Corporativa ou Empresarial (e temas correlatos como Responsabilidade Social Corporativa, Ética Corporativa, Cidadania Corporativa, etc.) desperta muito interesse, tanto que tem sido objeto de iniciativas da Organização das Nações Unidas - ONU (Pacto Global , Metas do Milênio, etc.), de organizações internacionais (como a Organização Internacional de Normalização - ISO e a GRI) e tantas outras.

No Brasil podemos citar como particularmente atuantes no assunto o Instituto Ethos de Responsabilidade Social e o GVces - Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV de São Paulo.

O meio acadêmico também se mostra interessado, haja vista a atuação no plano internacional do Programme for Sustainability Leadership da Universidade de Cambridge, que publica sobre a matéria livros, artigos, relatórios, etc.

Em nosso país, especificamente em relação a temas correlatos ao desta dissertação, encontram-se no site da Universidade Federal Fluminense - UFF na página do seu Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão várias dissertações, muitas das quais elaboradas por funcionários do Inmetro. No

entanto, há carência de informação na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes.

Crítérios utilizados na pesquisa bibliográfica

O levantamento bibliográfico ocorreu através de um processo dinâmico desde 2005 quando o autor coordenou os esforços de uma grande estatal e suas subsidiárias (em relação à Dimensão Ambiental), visando a listagem em Índices de Sustentabilidade Corporativa (ou Empresarial), a saber, o DJSI World e o ISE Bovespa, que detalham aspectos importantes da Sustentabilidade Corporativa, que em suas Dimensões Ambiental e Social não contém especificidades que os invalidem para uma aplicação geral, desvinculada da intenção de listagem em índices de bolsas de valores, que é proposta neste trabalho.

Nesse processo foram pesquisadas fontes conceituadas de informação de forma cíclica, ou seja, a partir de fontes bibliográficas levantadas, em alguns casos foram acessadas novas fontes (nelas referenciadas) e pesquisados assuntos correlatos, que novamente permitiram o acesso a outras referências conceituadas.

Como o trabalho se propõe a analisar a implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa no Inmetro, tomando como referência o ISE Bovespa, o DJSI World, emergem do próprio tema da dissertação três linhas principais de pesquisa bibliográfica.

A. Fontes de informação e de análise sobre a atuação gerencial do Inmetro;

B. Fontes de informação e análise sobre Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade Corporativa;

C. Fontes de informação sobre o DJSI World, ISE Bovespa.

Observe-se ainda que o enfoque da pesquisa bibliográfica não foi o mesmo nos três segmentos, conforme detalhado abaixo.

A. Fontes de informação e de análise sobre a atuação gerencial do Inmetro

Três foram as fontes de informação para análise sobre a atuação gerencial do Inmetro sobre Sustentabilidade Corporativa, ou assuntos correlatos:

1. O seu site, onde, entre outras informações, foram levantados os programas do Inmetro com requisitos socioambientais e de onde se pode acessar as duas fontes citadas a seguir:
2. Acervo “Produção Intelectual”, espaço que “contém os produtos de natureza intelectual elaborados, em autoria ou coautoria, pelos técnicos, pesquisadores e colaboradores do Inmetro”, e onde se “encontram artigos técnicos, teses, dissertações, monografias e palestras do quadro funcional, entre outros itens”, sendo que “o material eletrônico... pode ser encontrado no acervo da Biblioteca (do Inmetro), em Xerém”.
3. O acervo de dissertações de mestrado do MSG - Mestrado em Sistemas de Gestão da Universidade Federal Fluminense, dado que muitos funcionários do Inmetro desenvolveram nesse programa dissertações de

mestrado envolvendo temas relacionados à atuação gerencial do Inmetro.

Em relação à atuação gerencial do Inmetro, foram pesquisadas também fontes de informação e de análise sobre o seu desempenho e premiações no PQGF.

É digno de menção que foram constatadas dificuldades de encontrar fontes de informação no Portal de Periódicos da CAPES sobre a atuação gerencial ou sobre Sustentabilidade ou ainda sobre Desenvolvimento Sustentável no Inmetro, o que sinaliza que as atividades do Inmetro sobre o assunto não estão sendo objeto de elaboração de artigos para as revistas científicas ou outros meios que compõem essa base de dados.

B. Fontes de informação e análise sobre Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade Corporativa

B.1. Fontes de informação sobre Desenvolvimento Sustentável

O capítulo sobre Desenvolvimento Sustentável foi incluído no trabalho para permitir posteriormente uma melhor compreensão da Sustentabilidade Corporativa, não se abordando aqui a aplicação desse conceito, por exemplo, por governos. Assim, buscou-se com maior ênfase fontes de informação que embasassem a conceituação teórica e a evolução do conceito ao longo do tempo. Estas tiveram assim um cunho mais acadêmico.

B.2. Fontes de informação sobre Sustentabilidade Corporativa

Sobre Sustentabilidade Corporativa, matéria mais próxima do foco deste trabalho e que envolve com maior ênfase a sua aplicação prática pelas

organizações, buscou-se uma gama mais ampla de fontes de informação, elencando-se argumentos a favor e contra em livros, trabalhos acadêmicos, normas, artigos, etc. Enfim, buscou-se uma variedade de fontes que pudessem caracterizar a questão, inclusive retratando as contradições entre os discursos oficiais e as práticas.

C. Fontes de informação sobre o DJSI World, ISE Bovespa

Sendo o objetivo deste trabalho a análise da possibilidade, conveniência e viabilidade da implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa no Inmetro, tomando-se com referência perguntas selecionadas do DJSI World, ISE Bovespa, as fontes aqui selecionadas são justamente tais questionários, além de algum material introdutório.

2. Desenvolvimento Sustentável

Como, simplificada, Sustentabilidade Corporativa é a contribuição das empresas ao Desenvolvimento Sustentável, é necessária a conceituação e definição de Desenvolvimento Sustentável, para que se possa falar em Sustentabilidade Empresarial.

Um marco histórico importante para a conceituação do Desenvolvimento Sustentável é a Revolução Industrial, a partir da qual ocorreram mudanças sociais e ambientais significativas que trouxeram como consequência progressivo aumento da poluição ambiental. A Terra não era mais capaz de processar os dejetos da sociedade.

Com o agravamento desse quadro, ocorreram também vários e graves acidentes ambientais, como em 1930 na Bélgica, afetando a saúde de 6.000 pessoas e causando 60 mortes resultantes da conjugação de forte inversão térmica com a emissão de dióxido de enxofre e fumaça das fábricas de aço e zinco. Mais recentemente ocorreram os acidentes de Chernobyl, Three Mile Island e Bophal, apenas para citar poucos dentre os vários acidentes ocorridos.

Paralelamente houve uma maior conscientização dos problemas ambientais, tendo sido relevantes publicações, como as citadas abaixo:

- “Silent Spring” (“Primavera Silenciosa”), livro publicado em 1962 de autoria da bióloga e escritora norte-americana Rachel Louise Carson, que denunciava o desaparecimento dos pássaros nos campos dos Estados Unidos, provocado pela utilização do pesticida DDT na agricultura e reconhecido como forte impulsionador do movimento global sobre o meio ambiente.
- A publicação dos relatórios do Clube de Roma², a saber:
 - Em 1971, “The Limits to Growth” (“Limites do Crescimento”), primeiro Relatório do Clube de Roma (livro atualizado recentemente com o lançamento também pelo Clube de Roma de “Limites do Crescimento – A Atualização de 30 anos”);
 - Em 1973 “Mankind at the Turning Point’ (“Momento de Decisão”), segundo Relatório do Clube de Roma;
 - Em 1976 “Reshaping the International Order” (“Para uma Nova Ordem Internacional”), terceiro Relatório do Clube de Roma;

² Maiores informações sobre o Clube de Roma podem ser obtidas em www.clubofrome.org.

- “Beyond the Limits” (“Além dos Limites”) - Publicado no final de 1992, de autoria de um grupo de cientistas, alguns dos quais tinham participado da elaboração do Primeiro Relatório do Clube de Roma.

A importância de “Primavera Silenciosa” e “Limites do Crescimento” pode ser medida também por suas inclusões no livro “The top 50 Sustainability Books”³, onde consta, entre outras informações:

“Primavera Silenciosa” – Idéias chave:

- Os humanos não estão no controle da natureza, mas são simplesmente parte dela. A sobrevivência de uma parte depende de todas na cadeia da vida.
- Industrialização em geral, e o setor químico em particular, está tendo um sério e crescente impacto negativo no meio ambiente.
- Pesticidas e herbicidas não apenas prejudicam o meio ambiente, mas também prejudicam os humanos.
- Os cidadãos não devem confiar cegamente nas corporações e nos governos para operar em seus interesses, mas questionar ambos se parecerem estar no caminho errado.
- Nós devemos ser cautelosos e não assumir que as substâncias são benignas apenas porque são legais, geram lucros ou são promovidas como progresso científico.

“Limites do Crescimento” – Idéias chave:

³ Visser (2009).

- As tendências do crescimento da população mundial, industrialização, poluição, produção de alimentos e esgotamento de recursos sugerem que os limites biofísicos serão atingidos nos próximos 100 anos. O resultado mais provável será uma queda repentina e incontável na população e capacidade industrial (colapso).
- É possível alterar essas tendências de crescimento e estabelecer uma condição de estabilidade ecológica e econômica que seja sustentável no futuro distante.
- A pré-condição para um mundo sustentável é que o crescimento da população e do capital precisa ser estabilizado, para evitar atingir e exceder os limites do crescimento.
- Permitir que o crescimento da população e do capital encontre o seu “estado natural” é uma resposta inadequada, irresponsável e potencialmente catastrófica.

Fortemente influenciada pela divulgação em 1971 do Relatório “Limites do Crescimento”, a ONU realizou em Estocolmo em 1972 a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, tendo surgido desta reunião o conceito de “eco desenvolvimento”, que previa um desenvolvimento baseado na potencialidade de cada ecossistema.

No entanto, como nos ensina Lemos (2000), “a maioria dos países subdesenvolvidos, incluindo o Brasil, encarou essa Conferência das Nações Unidas como uma tentativa de frear o seu desenvolvimento, através do controle da poluição industrial. A reação dos países em desenvolvimento foi liderada pelo Brasil e pela Índia. A Primeira Ministra da Índia, Indira Gandhi, único Chefe de Estado presente à Conferência, durante seu discurso cunhou uma frase que

se tornou famosa: “O pior tipo de poluição é a pobreza, a falta de condições mínimas de alimentação, saneamento e educação”.

Mais adiante, em 1983, a ONU criou a Comissão Mundial Independente sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela Sra. Gro Harlem Brundtland, ex-Primeira Ministra da Noruega, com o objetivo de discutir meio ambiente e desenvolvimento como uma questão única.

O relatório final da Comissão, com o título Nosso Futuro Comum (“Our Common Future”) foi apresentado às Nações Unidas e divulgado em 1987, tendo, de acordo com “The top 50 Sustainability Books”⁴ as seguintes ideias chave:

- As tendências presentes são insustentáveis e precisam ser revertidas para assegurar recursos para as próximas gerações.
- Particularmente crescimento econômico ilimitado e não controlado não é possível em um planeta ecologicamente estressado.
- Apesar dos desafios, as pessoas podem construir um futuro mais próspero, justo e seguro.
- O objetivo é o Desenvolvimento Sustentável, que é "**aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades**" (grifo nosso).
- Para atingir o Desenvolvimento Sustentável necessitamos forte vontade política e comprometimento internacional para objetivos comuns para o futuro.

⁴ Visser, op. cit.

Conforme frisa Mebratu (1998), a definição conceitual da Comissão Brundtland contém dois conceitos chave:

- O conceito de “necessidades”, em particular as necessidades essenciais dos pobres do mundo, às quais deveria ser dada prioridade primordial e
- A ideia de limitações impostas pelo estado da tecnologia e organização social na habilidade do meio ambiente de atender as necessidades presentes e futuras.

Dessa forma, continua Mebratu (1998), a Comissão sublinha a forte ligação entre alívio da pobreza, melhoria ambiental e equidade social através do crescimento econômico sustentável. Mebratu (1998) afirma ainda que, como a definição da Comissão Brundtland pode ser interpretada em tantas formas diferentes, não é surpreendente que tenha recebido ampla aceitação. De fato, é algo que todos concordam.

Outro marco importante foi a Rio 92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) realizada no Rio de Janeiro, em 1992 e que foi convocada para comemorar os vinte anos da Conferência de Estocolmo e para discutir o conceito de desenvolvimento sustentável, definido pela Comissão Brundtland. De acordo com “Landmarks for Sustainability”⁵, a Rio 92 foi presidida por Maurice Strong, teve a participação de 172 governos, 108 chefes de estado ou governo, fazendo desta a maior conferência mundial jamais organizada. 47.000 pessoas se dirigiram para o Rio para essa reunião.

O resultado dessa conferência incluiu três grandes acordos:

⁵ Visser, op. cit.

- Agenda 21: um amplo programa (de 900 páginas em 4 seções e 40 capítulos) para ação global em todas as áreas do Desenvolvimento Sustentável.
- Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: uma série de 27 princípios que definem os direitos e responsabilidades dos estados.
- Declaração sobre Florestas: um conjunto de princípios sobre gestão sustentável de florestas no mundo.

A Conferência também adotou duas convenções vinculantes:

- Convenção Quadro da ONU sobre Mudança Climática
- Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica

Segundo Mebratu (1998), embora uma grande importância tenha sido dada aos documentos e declarações assinadas no final da conferência, o legado mais importante da Rio 92 foi a própria natureza do processo preparatório, que, na maioria dos países, envolveu a participação dos principais “stakeholders” (grupos de interesse) até ao nível de base. Este processo levou o conceito de desenvolvimento sustentável para todos os cantos do mundo, expondo-o a questões como: O que isso realmente significa para cada comunidade? Como é que podemos ir além das generalidades e colocá-las em prática? Como podemos saber se estamos caminhando para um mundo sustentável?

À Rio 92 seguiram outras reuniões importantes da ONU, que merecem inclusão neste breve resumo. Uma delas foi a Cúpula do Milênio (ONU) em

Nova York em 2000, quando foram adotadas a Declaração do Milênio das Nações Unidas e os Objetivos do Milênio. (ONU, 2000; ONU, 2008)

Por fim, merece especial destaque A “Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável” (Rio + 10) realizada pelas Nações Unidas em 2002, em Johannesburgo, África do Sul.

De acordo com “Landmarks for Sustainability”⁶, a Rio + 10 teve a participação de 191 governos e 100 chefes de estado ou governo.

A Conferência teve três resultados principais:

- A Declaração de Johannesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável onde os chefes de estado e governo se comprometeram a tomar ações necessárias para fazer do Desenvolvimento Sustentável uma realidade.
- O Plano de Implementação de Johannesburgo negociado pelos governos e que estabeleceram em mais detalhes as ações necessárias para áreas específicas.
- Parcerias incluindo compromissos de governos e outros “stakeholders” para um campo amplo de atividades e iniciativas de parceria visando a implementação do Desenvolvimento Sustentável nos níveis nacional, regional e internacional.

Mais recentemente tem-se dado destaque ao papel da metrologia, normalização e avaliação da conformidade no Desenvolvimento Sustentável, conforme pode ser visto nas transcrições abaixo:

“Três pilares do desenvolvimento sustentável: metrologia, normalização e avaliação da conformidade...Os três pilares ... são interdependentes. Metrologia e padrões físicos fornecem a base para

⁶ Visser, op. cit.

medições precisas, cujo desempenho aceito pode então ser escrito em normas internacionais, que por sua vez podem ser utilizadas como base para a avaliação da conformidade (ISO, 2009).

O desenvolvimento sustentável pode ser conceitualmente dividido em três eixos interdependentes: ambiental, econômico e sócio-político. Estes aspectos, por sua vez, podem ser incorporados através de regulamentos técnicos, metrologia, normas e procedimentos de avaliação da conformidade (incluindo a acreditação). (Brandi e Souza, 2009).

3. Sustentabilidade Corporativa

3.1. Introdução

O papel das organizações na promoção do Desenvolvimento Sustentável já é há muito reconhecido. Inúmeros acordos, recomendações e outros documentos internacionais, direta ou indiretamente relacionados ao Desenvolvimento Sustentável e à Responsabilidade Social Empresarial, incluem explicitamente ou não, as empresas como protagonistas importantes. Entre esses podemos citar:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU.
- Objetivos do Milênio da ONU.
 - Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho e seu Seguimento, declaração da Organização Internacional do Trabalho (Organização Internacional do Trabalho - OIT)⁷, sendo previsto por esta:
 - Liberdade de organização e o direito a negociações coletivas;
 - Proibição de trabalho forçado;

⁷ Sobre a Organização Internacional do Trabalho (“International Labour Organization”) ver www.ilo.org.

- Proibição de trabalho infantil;
- Proibição de discriminação no trabalho e na profissão.
- Declaração Tripartite sobre Empresas Multinacionais da OIT.
- Diretrizes para Empresas Multinacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE.
- Declaração do Rio e Agenda-21, da ONU, que tratam do meio ambiente, desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza.
- Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio (1985).
- “The Business Charter for Sustainable Development - Principles for Environmental Management – International Chamber of Commerce”.

A partir da Rio 92, intensificou-se a discussão internacional e aumentou o número de convenções sobre o meio ambiente, que se somaram a outros acordos já existentes, e que impactam as atividades das empresas. Entre tais convenções:

- Diversidade Biológica (1992);
- Protocolo de Kyoto;
- Convenção de Estocolmo sobre os Poluentes Orgânicos Persistentes (2001).

De acordo com Dyllick e Hockerts (2002), nos preparativos para a Rio 92 um grupo de líderes empresariais interessados formou o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável – CEMDS), “World Business Council for Sustainable Development” (WBCSD), a fim de facilitar a o diálogo com os políticos sobre os meios de alcançar a sustentabilidade. Uma década depois o WBCSD contava com 150 empresas, inúmeras das quais nomeiam

executivos em sustentabilidade, publicam relatórios de sustentabilidade e incorporam a sustentabilidade em suas estratégias de comunicação corporativas.

Visser (2007) reforça o exposto acima ao afirmar que a Rio 92 popularizou o conceito de Desenvolvimento Sustentável e também sinalizou o início do envolvimento coordenado do mundo dos negócios com a agenda da sustentabilidade. Isso aconteceu de duas maneiras.

Em primeiro lugar, a Câmara Internacional do Comércio, “International Chamber of Commerce” (ICC), criou seu Estatuto Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (“Business Charter for Sustainable Development”) com 16 princípios no qual declara que “as empresas compartilham a opinião de que deve haver um objetivo comum, não um conflito, entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental, para o presente e para as futuras gerações” e que “o objetivo continua a ser que a mais ampla gama de empresas se comprometa a melhorar o seu desempenho ambiental, em conformidade com esses princípios, a dispor de práticas de gestão para viabilizar essas melhorias, a medir seu progresso, e a relatar esse progresso, interna e externamente, conforme apropriado” (Visser, 2007).

Em segundo lugar, sob a liderança do empresário suíço Stephan Schmidheiny, uma coalizão de cerca de 50 empresas internacionais formaram o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (CEDS). O CEDS preparou a “Declaração do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável” e o livro, “Changing Course” (Schmidheiny, 1992). “Reunindo o conhecimento de mais de 50 líderes de corporações multinacionais e apoiada

por uma série de estudos de caso que mostram as melhores práticas existentes”, o livro se propôs a fornecer “uma análise extensa de como a comunidade de negócios pode se adaptar e contribuir para o objetivo fundamental do desenvolvimento sustentável. que combina os objetivos de proteção ambiental e crescimento econômico”. Depois da Rio 92, o ICC formou o Conselho Industrial Mundial sobre o Meio Ambiente (“World Industry Council on the Environment”), que se fundiu com o CEDS em 1º de janeiro de 1995 para formar o CEMDS (Visser, 2007).

As idéias chave do livro “Changing Course”, de acordo com “The top 50 Sustainability Books”, são:

- As empresas, ao lado dos governos e da sociedade civil, tem um papel chave a desempenhar na direção da sustentabilidade.
- As forças que as empresas trazem – inovação, mercados e a prosperidade econômica – são críticas para atingir o desenvolvimento sustentável.
- Mercados abertos e prósperos são uma força poderosa para criar equidade de oportunidades entre nações e pessoas.
- A integração do princípio “poluidor paga” na política ambiental e econômica é essencial para criar mercados que suportam o desenvolvimento sustentável.
- As melhores práticas de desenvolvimento sustentável de inúmeras companhias pioneiras podem servir de inspiração a outras.

Como não poderia deixar de ser, “Changing Course” reconhece que o objetivo básico das empresas é o crescimento econômico.

Visser (2009) reforça ainda o papel de John Elkington na formação da ideia de Sustentabilidade Corporativa: consultor, ativista e autor no campo da sustentabilidade. Entre suas realizações mais influentes estão a publicação do best-seller de milhões de exemplares “O Guia do Consumidor Verde” (“The Green Consumer Guide”, Elkington & Hailes, 1997) e Canibais com Garfo e Faca (“Cannibals With Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business (Elkington”, 1997), bem como o fato de ter ajudado a popularizar os termos-chave como empresário ambiental, excelência ambiental, consumidor verde, corporações sustentáveis e “triple bottom line”.

Os mais importantes destes para os nossos propósitos são os conceitos de empresa sustentável e o “triple bottom line”. O conceito de Elkington de “triple bottom line” (TBL) foi introduzido em 1994 e “foca as empresas não apenas sobre o valor econômico que eles acrescentam, mas também sobre o valor ambiental e social que geram, ou destroem”. Visser afirma que Elkington lembra que ele desenvolveu o conceito com o objetivo de “combater o foco mais estreito do termo eco eficiência, então em moda, que focava as dimensões financeira e ambiental”. O pensamento TBL, pelo contrário, se estende aos impactos sociais.

O conceito de empresa sustentável foi introduzido também em 1994, quando Elkington (1994) o definiu de maneira pouco rigorosa como “algumas das maneiras em que as empresas estão agora desenvolvendo novas estratégias “win-win-win” nesta área (desenvolvimento sustentável) para

beneficiar simultaneamente a empresa, seus clientes e o meio ambiente "(90). Mais recentemente, e talvez de forma mais útil, Elkington definiu a sustentabilidade corporativa como "o campo do pensamento e prática por meio do qual empresas e outras organizações empresariais trabalham para estender a expectativa de vida de: ecossistemas (e os recursos naturais que eles fornecem); sociedades (e as culturas e as comunidades que sustentam a atividade comercial), e as economias (que fornecem a governança, o contexto do mercado financeiro e outros para a competição e sobrevivência das empresas)".

O conceito TBL é hoje amplamente utilizado entre os profissionais de negócios. Um exemplo é sua utilização crescente nas Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade da GRI.

Convém lembrar que Lemos (2010) respondendo à pergunta "o que devemos fazer, na prática, para atingir o desenvolvimento sustentável?", enumera 3 atividades, todas aplicáveis também pelas empresas:

1. "Garantir a disponibilidade de recursos naturais
2. Respeitar os limites da biosfera para assimilar resíduos e poluição
3. Reduzir a pobreza em nível mundial"

Lemos (2010) elenca ainda nove ações importantes para o Desenvolvimento Sustentável, das quais pelo menos sete podem ser objeto de ações por parte das empresas, a saber:

1. Redução da pobreza.
2. Melhoria da educação em todos os níveis.
3. Adoção de novos estilos de vida e de desenvolvimento.

4. Desenvolvimento e difusão de tecnologias mais eficientes.
5. Conservação da base ambiental.
6. Incluir as questões ambientais em todos os níveis de tomada de decisão.
7. Redução de investimentos não produtivos

3.2. Responsabilidade Corporativa – Definições e conceitos correlatos

Podem ser encontrados na literatura especializada diversos termos e expressões com significação muito próxima de Sustentabilidade Corporativa (ou Empresarial), entre estes: Responsabilidade Social, Cidadania Corporativa (“Corporate Citizenship”) e Ética Empresarial (“Business Ethics”). Observa-se uma grande incidência do uso de “Sustentabilidade Corporativa” nos Relatórios de Sustentabilidade Corporativa (“Corporate Responsibility Report”). Já Responsabilidade Social é o termo usado pela recém-lançada norma ABNT NBR ISO 26000:2010.

Como veremos, para alguns, estes termos são sinônimos, outros se esforçam para diferenciá-los. Alguns afirmam que Responsabilidade Corporativa é a expressão mais abrangente, outros dizem que isso ocorre em relação à Responsabilidade Social. Trata-se de um “contested concept”, expressão da língua inglesa, que denota que um conceito não tem uma definição consensada, fixa.

Sobre o assunto, assim se manifestou o Comitê de Política do Consumidor da ISO, “Consumer Policy Committee” (COPOLCO), em relatório que deu origem aos trabalhos de desenvolvimento da ISO 26000:

“Responsabilidade social corporativa..., governança corporativa..., sustentabilidade empresarial..., cidadania corporativa, ‘triple bottom line’ (TBL) estão se tornando sinônimos com o esforço emergente para determinar o significado de “ética empresarial”. Um consenso que está sendo atingido define “ética nos negócios” como a capacidade de satisfazer as três linhas de fundo: econômico, ambiental e social. No sentido mais amplo, todas essas agendas objetivam traduzir a complexidade e holismo de uma interface empresa-sociedade em realidades organizacionais e definições operacionais e englobam os mesmos (ou similares) componentes básicos”. (ISO COPOLCO, 2002)

Neste trabalho utiliza-se preponderantemente a expressão Sustentabilidade Corporativa (ou Empresarial) como uma expressão guarda-chuva, por coerência com a terminologia adota pelo ISE Bovespa e pelo DJSI World, nossas principais referências. E, dado que o interesse principal é a dimensão ambiental e social, resulta que, para efeitos práticos, Sustentabilidade Corporativa se torna sinônimo de Responsabilidade Social.

Esta abordagem é compartilhada por Visser (2007) que, com a autoridade que lhe confere sua posição (Diretor de Pesquisa do Programa para a Indústria da Universidade de Cambridge), afirma:

- “Para os propósitos deste trabalho, eu defino sustentabilidade corporativa como um conceito guarda-chuva carregado de valores, que se refere à forma com que a interface entre empresas, sociedade e meio ambiente é gerenciada”.
- “Neste trabalho, aponto que a sustentabilidade corporativa é um conceito polêmico (“contested concept”), que em maior ou menor grau (dependendo do autor) deriva e se sobrepõe a noções de desenvolvimento sustentável, cidadania corporativa, responsabilidade (social) corporativa, gestão ambiental, ética nos negócios e gestão de stakeholders”.

- “Sustentabilidade corporativa evoluiu como uma derivação do conceito de desenvolvimento sustentável”.
- “Note-se que a Responsabilidade Social Corporativa tem sido usado por Lockett, como um conceito guarda-chuva, na mesma forma como eu uso a sustentabilidade empresarial como o principal tema deste trabalho”.

Outros autores também consideram Sustentabilidade Empresarial e Responsabilidade Social Corporativa como sinônimos, ou, pelo menos, muito semelhantes.

Vejamos, por exemplo, as seguintes transcrições:

De fato Responsabilidade Social Corporativa ... e Sustentabilidade Corporativa são dois lados de uma mesma moeda. Responsabilidade Social Corporativa define as responsabilidades sociais de uma corporação, as quais, se implementadas, conduzirão à sustentabilidade da corporação. (Collins e Porras, 1994).

Os termos usados na tentativa de convencer as corporações a ficarem mais sintonizadas com seus 'stakeholders' não conhecem limite superior. Cidadania corporativa, responsabilidade social corporativa, boa governança corporativa, a organização ética e agora sustentabilidade corporativa são todos termos que tem sido usados por diferentes comentaristas. Nenhuma organização toma para si a tarefa de chegar a conceitos e definições comumente aceitáveis. Isto seria uma tarefa séria para uma organização internacional como o Banco Mundial, OCDE ou OIT. Um conjunto de termos aceitos comumente seria de muita ajuda no mundo atual, que muda rapidamente e onde conceitos chovem como confetes. (Hopkins, 2003).

Apresentaremos a seguir trechos relevantes do relatório do Copolco⁸, já mencionado, o que inclui algumas definições de responsabilidade corporativa.

Não existe uma definição única e dominante de responsabilidade social empresarial ou “prestação de conta social” (“social accountability”, expressão em inglês de difícil tradução)... Outros termos similares incluem "cidadania empresarial", "desenvolvimento sustentável", "integridade corporativa" e "triple bottom line." Alega-se que todos estes conceitos englobam os mesmos (ou similares) componentes básicos. Abaixo, várias definições de responsabilidade social empresarial são exploradas, e os elementos-chave identificados.

⁸ ISO COPOLCO (2002).

O Conselho Empresarial Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (WBCSD) define a responsabilidade social empresarial como "o compromisso das empresas de contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável, trabalhando com os funcionários, suas famílias, a comunidade local e a sociedade em geral para melhorar a sua qualidade de vida." De acordo com o WBCSD, a RSE é o terceiro pilar do desenvolvimento sustentável, juntamente com o crescimento econômico e o equilíbrio ecológico.

"Business for Social Responsibility" (BSR), afirma que, "embora não haja uma definição única e comumente aceita de ... responsabilidade social empresarial, este conceito geralmente se refere à tomada de decisões empresariais ligadas a valores éticos, respeito aos instrumentos legais, às pessoas, às comunidades e ao meio ambiente". Mais especificamente, a BSR define a RSE como: a operação de um negócio de uma forma que atenda ou exceda às expectativas éticas, legais, comerciais e públicas que a sociedade tem do negócio. RSE é vista pelas empresas líderes como mais do que uma coleção de práticas discretas, gestos ocasionais ou iniciativas motivadas por marketing, relações públicas ou outros benefícios comerciais. Pelo contrário, é visto como um conjunto abrangente de políticas, práticas e programas que são integrados em todas as operações de negócios e processos de decisão e que são apoiados e recompensados pela alta administração.

... "The Corporate Social Responsibility Newswire"⁹ define responsabilidade social empresarial como "a integração das operações de negócios e valores em que os interesses de todas as partes interessadas, incluindo clientes, colaboradores, investidores, e o meio ambiente são refletidos nas políticas da empresa e em suas ações (ISO COPOLCO, 2002).

Todas as definições se relacionam com o conceito de "triple-bottom line", que é uma estrutura para de medição e relato de desempenho das empresas em relação a parâmetros econômicos, sociais e ambientais. Tanto Responsabilidade Social Corporativa, como TBL, reconhecem que a tomada de decisões está ligada a valores éticos, ao respeito ao espírito e à letra da lei, respeito às pessoas, às comunidades e ao meio ambiente.

SustainAbility¹⁰ apud Visser (2007) define responsabilidade corporativa como "uma abordagem de negócios que incorpora transparência, conduta

⁹ Ver www.csrwire.com.

¹⁰ SustainAbility é uma firma de consultoria e reflexão (fundada por John Elkington) que trabalha com empresas na busca da sustentabilidade econômica, social e ambiental. Veja www.sustainability.com

ética, respeito pelos grupos de interesse ('stakeholders') e um compromisso de agregar valor econômico, social e ambiental".

A partir da definição clássica de Sustentabilidade Empresarial pela Comissão Brundtland como: "Aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades". Dyllick e Hockerts (2002) definem Sustentabilidade Empresarial como "a satisfação das necessidades dos 'stakeholders' diretos e indiretos de uma firma (tais como acionistas, empregados, clientes, grupos de pressão, comunidades, etc.) sem comprometer sua habilidade de satisfazer as necessidades futuras desses 'stakeholders'".

A partir dessa definição e dos conceitos de capital humano (aspectos tais como habilidades, motivação e lealdade de empregados e parceiros de negócios) e capital social (qualidade de serviços públicos, tais como sistema educacional e infra-estrutura), os autores mencionados concluem que:

- "uma empresa economicamente sustentável garante a qualquer tempo 'cashflow' suficiente para assegurar liquidez, enquanto produz um retorno médio persistente para seus acionistas;
- uma empresa ecologicamente sustentável usa somente recursos naturais que são consumidos a uma taxa abaixo da reprodução natural, ou a uma taxa abaixo do desenvolvimento de substitutos. Elas não causam emissões que se acumulam no ambiente a uma taxa além da capacidade do sistema natural de absorver e assimilar essas emissões";
- uma empresa socialmente sustentável adiciona valor às comunidades com as quais operam incrementando o capital humano dos parceiros

individuais, assim como o capital social dessas comunidades. Elas gerenciam o capital social de tal maneira que os 'stakeholders' possam entender suas motivações e possam concordar amplamente com o sistema de valores da companhia".

Praticamente na mesma linha de raciocínio, embora de forma mais simplificada, "PricewaterhouseCoopers define sustentabilidade corporativa como o alinhamento dos produtos e serviços de uma organização com as expectativas dos 'stakeholders', dessa forma adicionado valor econômico, ambiental e social".¹¹

Particularmente de interesse para este trabalho são as definições do DJSI World Index e do ISE Bovespa.

De acordo com o DJSI World Index:

Sustentabilidade Corporativa é um enfoque empresarial que cria valor duradouro para os acionistas aproveitando oportunidades e gerenciando riscos associados a aspectos econômicos, ambientais e sociais. Líderes da sustentabilidade corporativa alcançam valor duradouro para os acionistas conduzindo suas estratégias e gestão para aproveitar o potencial de mercado dos produtos e serviços sustentáveis e ao mesmo tempo reduzir e evitar custos e riscos da sustentabilidade.¹²

Provavelmente mais completa (ou pelo menos mais detalhada) do que esta é a definição do ISE Bovespa:

Para o setor empresarial, o conceito de sustentabilidade representa uma nova abordagem de se fazer negócios que, simultaneamente, promove inclusão social (com respeito à diversidade cultural e aos interesses de todos os públicos envolvidos no negócio direta ou indiretamente), reduz - ou otimiza - o uso de recursos naturais e o impacto sobre o meio ambiente, preservando a integridade do planeta

¹¹ Reprodução do texto original: "PricewaterhouseCoopers now define corporate sustainability as aligning an organisation's products and services with stakeholder expectations, thereby adding economic, environmental and social value".
<http://www.hrmreport.com/pastissue/article.asp?art=25618&issue=145>

¹² http://www.sustainability-index.com/07_html/sustainability/corpsustainability.html.

para as futuras gerações, sem desprezar a rentabilidade econômico-financeira do empreendimento. Esta abordagem, ao lado das melhores práticas de governança corporativa, cria valor ao acionista e proporciona maior probabilidade de continuidade do negócio no longo prazo, ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento sustentável para toda a sociedade neste planeta (ISE BOVESPA, 2010).

Uma análise dessa última definição e das questões abordadas no ISE Bovespa e no DJSI World, como será visto em capítulo próprio, deixa claro que alguns aspectos da Sustentabilidade Empresarial não podem ser vistos como consequências do Desenvolvimento Sustentável. Por exemplo, no Questionário do ISE Bovespa constam questões sobre o número de mulheres e negros em cargos de gerência e de diretoria, sobre o combate à corrupção, o assédio moral e sexual e a valorização da diversidade, inclusive quanto à orientação sexual.

Segundo Wilson (2003), Sustentabilidade Corporativa não é apenas a aplicação do Desenvolvimento Sustentável ao universo das empresas, tendo como origem quatro conceitos, a saber:

1. Desenvolvimento Sustentável
2. Responsabilidade Social Corporativa,
3. Teoria dos “Stakeholders”
4. “Corporate Accountability Theory”

O Desenvolvimento Sustentável contribui para o conceito de Sustentabilidade Corporativa mostrando as áreas que as empresas, governos e sociedade civil devem focar: ambiental, social e econômica.

A Responsabilidade Social Corporativa provê argumentos éticos e a questão não é se as corporações têm como obrigação considerar as

necessidades da sociedade, mas a extensão que essas necessidades devem ser consideradas. A Responsabilidade Social Corporativa teria suas origens na Grécia antiga. Nos tempos modernos um marco teria sido a publicação do livro “Social Responsibilities of the Businessman”¹³ (“Responsabilidades sociais do homem de negócios”) de Howard Rothmann Bowen em 1953.

A Teoria dos “Stakeholders” seria um conceito relativamente moderno popularizado pelo livro “Strategic Management: A Stakeholder Approach” (“Gestão estratégica: um enfoque dos stakeholders”), escrito por R. Edward Freeman e publicado em 1984.

O quarto conceito é “Corporate Accountability”. “Accountability” se diferencia de responsabilidade no sentido que esta se refere à obrigação de agir de certa forma, enquanto que “accountability” se refere à responsabilidade de explicar, justificar, ou relatar sobre ações executadas.

Wilson (2003) enfatiza que:

Em Nosso Futuro Comum (ver item 2.2.2) a Comissão Mundial Independente sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento reconheceu que o alcance do Desenvolvimento Sustentável não poderia ser deixado apenas para o governo, reguladores e decisores políticos. A Comissão reconheceu que a indústria tinha um papel significativo a cumprir. Os autores argumentaram que enquanto as corporações sempre tinham sido os motores do desenvolvimento econômico, elas precisavam ser mais proativas, equilibrando essa motivação com justiça social (equidade social) e proteção ambiental, em parte porque elas tinham sido a causa de algumas condições insustentáveis, mas também porque elas tinham acesso aos recursos necessários para enfrentar os problemas. (Wilson, 2003)

O mesmo autor cita ainda o trecho do relatório “Nosso Futuro Comum” onde a definição de Desenvolvimento Sustentável é complementada como “um

¹³ Publicado em Nova York em 1953 por Harper e em português no Rio de Janeiro em 1957 pela Editôra Civilização Brasileira.

processo de mudança no qual a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico, e a mudança institucional estão todas em harmonia e ampliam os potenciais futuros e presentes para atingir as necessidades e aspirações humanas”. Desenvolvimento Sustentável continua Mel Wilson, “é um conceito amplo que combina economia, justiça social, ciência e gestão ambiental, administração, política e direito”.

Observe-se que emergem daí posturas e atividades empresariais que podem ter grandes impactos para o Desenvolvimento Sustentável: “exploração de recursos, a direção dos investimentos” e a “orientação do desenvolvimento tecnológico”.

Particularmente importante no Brasil é a definição de Responsabilidade Social Empresarial dada pelo Instituto Ethos, que torna este conceito sinônimo daquilo que para outros se denomina Sustentabilidade Empresarial. Textualmente: “Entre as iniciativas que visam pôr em prática o desenvolvimento sustentável está o exercício da responsabilidade social empresarial..., aqui entendida como a forma de gestão que se define pela relação ética, transparente e solidária da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais”. (ETHOS, 2006)

Semelhante à anterior, embora sem explicitar os aspectos ambientais, encontra-se a definição do "World Business Council for Sustainable Development" (1998), segundo a qual “Responsabilidade Social Corporativa é

o compromisso empresarial de contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável, trabalhando com os funcionários, suas famílias, a comunidade local e a sociedade em geral para melhorar sua qualidade de vida”.

Não se pode deixar de transcrever aqui as definições de Responsabilidade Social que constam da ABNT¹⁴ NBR¹⁵ 16001:2004 e da ABNT NBR ISO 26000:2010:

Responsabilidade social - Relação ética e transparente da organização com todas as suas partes interessadas, visando o desenvolvimento sustentável. (ABNT NBR 16001, 2004)

Responsabilidade social - Responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente que:

- contribua para o desenvolvimento sustentável, inclusive a saúde e o bem-estar da sociedade,
- leve em consideração as expectativas das partes interessadas;
- esteja em conformidade com a legislação aplicável e seja consistente com as normas internacionais de comportamento; e
- esteja integrada em toda a organização e seja praticada em suas relações”. (ABNT NBR ISO 26000, 2010)

Outra questão relevante é a relação entre Responsabilidade Social e cumprimento legal.

Oliveira (1984) apud Melo (2006), define a Responsabilidade Social das empresas como:

[...] a capacidade de a empresa colaborar com a sociedade, considerando seus valores, normas e expectativas para o alcance de seus objetivos. No entanto, o simples cumprimento das obrigações legais, previamente determinadas pela sociedade, não será considerado como comportamento socialmente responsável, mas como obrigação contratual óbvia, aqui também denominada obrigação social [...]. (grifo nosso).

¹⁴ ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

¹⁵ NBR – Norma Brasileira

Segundo Ashley (2002) apud Melo (2006), a Responsabilidade Social pode ser definida como:

O compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela. A organização, nesse sentido, assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mesmo que não diretamente vinculadas às suas atividades, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável dos povos. Assim, numa visão expandida, Responsabilidade Social é toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. (grifo nosso).

Mais adiante Melo (2006) conclui:

Verifica-se que a Responsabilidade Social Corporativa assume a conotação de um compromisso ético da organização com múltiplos “stakeholders”, tais como funcionários, consumidores, fornecedores, meio ambiente, governo e comunidade. A questão transcende as obrigações legais e a prática da filantropia, se concretizando num modelo de gestão com foco na agregação de valor para todos. (grifo nosso) (Melo, 2006).

Ainda em relação à diferenciação entre Responsabilidade Social e filantropia a ABNT NBR ISO 26000:2010 menciona:

Filantropia (neste contexto entendida como doações a causas beneficentes) pode ter um impacto positivo na sociedade. Entretanto, convém que não seja usada por uma organização como um substituto da integração da responsabilidade social na organização (ABNT, 2010).

Em suma, sustentabilidade significa utilização e conservação responsáveis do nosso meio ambiente. Mas se não formos capazes de medir as suas características, não é um conceito útil. (Jornada e Brandi, 2010).

Finalmente, é importante observar que para desenvolver suas atividades em direção ao Desenvolvimento Sustentável existem vários instrumentos

(ferramentas) à disposição das empresas que serão apresentados em capítulo próprio.

3.3. Argumentos prós e contras

Inúmeras iniciativas globais apoiam e estimulam o envolvimento das organizações com a Sustentabilidade Corporativa. Entre estas pode-se citar:

- Pacto Global da ONU (“Global Compact” – www.unglobalcompact.org);
- Série de normas ISO 14000 – www.iso.org;
- DJSI;
- ISE Bovespa;
- OCDE – Princípios de Governança Corporativa – www.oecd.org/daf/corporateaffairs/principles/text;
- SA 8000 – Social Accountability 8000, www.sa-intl.org, – (norma internacional auditável voltada para questões ligadas às relações de trabalho, ver Ethos – Critérios Essenciais);
- OHSAS¹⁶ 18001 – <http://www.ohsas.org> (Norma voltada para a saúde e segurança ocupacional, passível de auditoria e certificação, ver Ethos – Critérios Essenciais);
- AA 1000 – www.accountability21.net (Padrão auditável e passível de integração com outras normas, constitui instrumento de âmbito

¹⁶ OHSAS - Occupational Health & Safety Advisory Services www.ohsas.org

internacional voltado para o gerenciamento ético e social dos negócios, com foco nos “stakeholders”, ver Ethos – Critérios Essenciais).

Além disso, de uma maneira geral pode-se afirmar que predomina atualmente a idéia de que as empresas têm um papel importante a desempenhar em prol de Desenvolvimento Sustentável. Isso pode ser verificado da leitura dos relatórios de sustentabilidade empresariais¹⁷. Não se vê, pelo menos abertamente, oposição das grandes organizações aos conceitos de Sustentabilidade Empresarial, sendo que grande número delas apóia abertamente iniciativas em prol do desenvolvimento sustentável¹⁸.

A propósito transcreve-se a seguir trechos de Melo (2006):

“Ashley (2002, p.8) ressalta que a Responsabilidade Social é um dos pilares de sustentação dos negócios, tão importante quanto a qualidade, a tecnologia e a capacidade de inovação. Quando a empresa é socialmente responsável, atrai os consumidores e aumenta o potencial de vendas, gerando maiores lucros para os acionistas. Além disso, também é, hoje um sinal de reputação corporativa e da marca”.

“Ashley (2002, p. 88-89) ressalta que, ligada a esse modo de pensar, está a conscientização, por parte das organizações, do crescente poder de mobilização da sociedade civil para demandar das empresas atitudes éticas e responsáveis e afetar negativamente a empresa quando o público percebe procedimentos que não estão de acordo com os padrões de ética exigidos. Neste sentido, a empresa precisaria ser socialmente responsável porque a cobrança da sociedade civil atingiu níveis sem precedentes e a empresa precisa manter sua boa imagem perante o público, sob pena de perder seus consumidores”.

“Uma organização ética ganha confiança do mercado e, no cenário atual globalizado, a reputação e confiança são grandes vantagens competitivas. As organizações confiáveis atraem a lealdade de clientes, que deve ser um dos fatores mais procurados em qualquer relacionamento... Internamente, uma organização ética e com Responsabilidade Social possibilita a criação de um ambiente que suporta e estimula a criatividade e a ausência de medo para assumir

¹⁷ Relatórios de Sustentabilidade Empresariais são aqui mencionados, porém não é objetivo deste trabalho analisá-los, nem individualmente nem em termos estatísticos. Ver tópico “Delimitação”.

¹⁸ A análise detalhada do comportamento empresarial em relação à Sustentabilidade Corporativa não é objeto deste trabalho.

responsabilidades, podendo responder mais rápida e eficientemente às demandas dos clientes. (Uras, 1999, p.59)”

“Segundo Guedes (2000, p.6), podemos considerar que o retorno social institucional empresarial se concretiza por meio dos seguintes ganhos:

- em imagem e em vendas, pelo fortalecimento e fidelidade à marca e ao produto;
- aos acionistas e investidores, pela valorização da empresa na sociedade e no mercado;
- em retorno publicitário, advindo da geração de mídia espontânea;
- em tributação, com as possibilidades de isenções fiscais em âmbitos municipal, estadual e federal para empresas patrocinadoras ou diretamente para os projetos;
- em produtividade e pessoas, pelo maior empenho e motivação dos funcionários;
- em ganhos sociais, pelas mudanças comportamentais da sociedade”.

Conforme dito, de uma maneira geral predomina atualmente a idéia de que as empresas têm um papel importante a desempenhar em prol de Desenvolvimento Sustentável. No entanto, alguns autores discordam, associando a Sustentabilidade Empresarial ou a Responsabilidade Social Corporativa (conceitos praticamente sinônimos) ao socialismo, sendo portanto oposto ao livre mercado. O que as empresas deveriam fazer para o bem da sociedade é otimizar os seus lucros, afirmam tais autores. Entre estes destacam-se David Henderson, ex-economista chefe da OCDE e entre seus trabalhos:

- “Misguided Virtue: False Notions of CSR” (“Virtude equivocada: Noções falsas de responsabilidade social corporativa”) (Henderson, 2001a);
- “Anti-Liberalism 2000 The Rise of New Millennium Collectivism – thirtieth wincott lecture” 12 October 2000 (“Anti liberalism 2000 A ascensão do coletivismo do novo milênio”) (Henderson, 2001b);

- “Misguided Corporate Virtue: the case against Corporate Social Responsibility, and the true role of business today” (“Virtude Corporativa Equivocada: o caso contra a Responsabilidade Social Corporativa e o verdadeiro papel dos negócios hoje em dia”) (Henderson, 2004);
- “The Role of Business in the Modern World - Progress, Pressures and Prospects for the Market Economy” (“O papel das empresas no mundo moderno – Progresso, pressões e perspectivas para a economia de mercado”) (Henderson, 2009).

Também merecem destaque:

- Artigo de Milton Friedman (Prêmio Nobel de Economia em 1976) “The Social Responsibility of Business is to Increase Its Profits” (“A Responsabilidade Social das Empresas é Aumentar seus Lucros”) - The New York Times Magazine, September 13, 1970¹⁹.

Na imprensa também podem ser vistos artigos neste sentido escritos por jornalistas e economistas. Entre estes:

- “CSR is irresponsible” (“Responsabilidade Social Corporativa é irresponsável”) - Philippe Legrain²⁰;
- “Profit motive - Social responsibility is all well and good, but the business of business is making money, not charity”. Charlotte Denny²¹.

¹⁹ Disponível em: <http://www.colorado.edu/studentgroups/libertarians/issues/friedman-soc-resp-business.html>.

²⁰ Disponível em: <http://www.philippelegrain.com/csr-is-irresponsible/>.

²¹ Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/society/2001/nov/05/20>.

Também é relevante mencionar a conhecida frase de Milton Friedman: “The business of business is business”²².

Parece haver algo de verdadeiro na afirmação de Milton Friedman, conforme o que segue:

Duas pesquisas encomendadas por EXAME revelam uma contradição que perturba o ambiente de negócios no Brasil. Trata-se do fosso de percepções entre as expectativas que a população, de um lado, e os empresários e executivos, do outro, alimentam em relação às empresas. Questionados sobre qual a missão de uma companhia privada, 93% dos brasileiros mencionaram a geração de empregos -- o item mais citado de uma sondagem conduzida pelo instituto Vox Populi. O item menos citado, por apenas 10%, foi o lucro. Já os presidentes de empresas ouvidos por EXAME citaram o lucro em primeiro lugar, com 82% das menções.” Evidentemente trata-se de uma visão distorcida, o lucro continua sendo o objetivo principal das empresas. (Gurovitz e Blecher, 2005).

Embora a argumentação contrária à Sustentabilidade Empresarial não seja dominante, pelo menos de forma estruturada e declarada, parece estar presente na sutil resistência de muitos executivos a este conceito. Por isso ela precisa ser levada em conta pelos programas de Sustentabilidade de modo a facilitar o seu sucesso.

Mas por que, de acordo com Henderson, um número crescente de empresas está endossando a idéia da responsabilidade corporativa? Intimidação seria uma das respostas. Os homens de negócios não querem criar má publicidade que prejudicaria suas imagens e provocaria o aumento do controle governamental. Outra razão é que muitos executivos corporativos e especialmente aqueles que os aconselham sobre questões sociais compartilham a ideologia do intervencionismo e ambientalismo.

²² Frase de efeito em inglês de difícil tradução para o português, significando que o fundamental para as empresas são os seus negócios (e não a responsabilidade social corporativa).

Ebeling (2003) acrescenta uma terceira razão, segundo a qual a participação das empresas no projeto e implementação de intervenções e regulações sobre Desenvolvimento Sustentável é uma maneira de assegurar que os controles governamentais trabalhem em favor dessas empresas à custa de outras e dos consumidores.

Os oponentes da Sustentabilidade Corporativa citam também a Levi's, como exemplo de firma que declinou fruto da abordagem em favor da Sustentabilidade Empresarial²³.

Entre as críticas merece também ser citada a apresentada pelo Greenpeace: "O Índice de Sustentabilidade Dow Jones (DJSI) está longe de ser confiável, já que as empresas são avaliadas apenas sobre informações publicamente disponíveis fornecidas por elas mesmas, sem verificação de terceira parte. Adicionalmente a maioria dos pontos é dada para questões econômicas e sociais / trabalhistas e o critério ambiental é mais direcionado à 'eco-eficiência'".²⁴

Entre os adeptos da Sustentabilidade Empresarial também surgem críticas, como, por exemplo, a apresentada pelo Ethical Corporation e segundo a qual "Many executives talk the talk about sustainable business practices. Few of them walk the walk"²⁵.

²³ Disponível em: http://www.nzbr.org.nz/documents/publications/publications-2001/misguided_virtue.pdf.

²⁴ Reprodução do texto original: "The Dow Jones Sustainability Index (DJSI) is far from reliable, since companies are assessed only on publicly available information provided by themselves, with no third party verification. In addition, most points are awarded for economic and social/workers issues and the environmental criteria are more geared toward "eco-efficiency"

²⁵ Frase de efeito em inglês de difícil tradução para o português, significando que muitos executivos falam muito e agem pouco sobre práticas de negócios sustentáveis.

Embora não pertencente ao escopo deste trabalho a resistência de alguns executivos pode estar associada a valores pessoais, como sugerem Bansal e Roth (2000) e Hemingway e Maclagan (2004), este chegando a afirmar que Responsabilidade Social Empresarial pode ser o resultado da defesa por alguns gerentes, com base em seus valores e crenças pessoais, apesar dos riscos pessoais e profissionais que isso pode acarretar.

No entanto, conforme dito, prevalece a argumentação totalmente pró Sustentabilidade Empresarial, sendo relevante mencionar o trabalho “Business strategies for sustainable development” (“Estratégias empresariais para o desenvolvimento sustentável”) (IISD, 1992), no qual afirma-se que “Esta mudança positiva em atitudes e práticas ecoou na OCDE, que diz: Há agora uma perspectiva realística de harmonizar considerações ambientais e econômicas e gradualmente incorporar esses objetivos na política. Muitos executivos demonstraram que perseguir estratégias de desenvolvimento sustentável faz bom senso empresarial.”

O artigo prossegue citando exemplos de sucesso na 3M, Westinghouse McDonald’s, etc. Cita também John Elkington, da consultoria ambiental SustainAbility, que diz: “Estamos vendo o nascimento do ambientalismo corporativo. De fato, o ímpeto principal para o desenvolvimento sustentável no futuro virá provavelmente das empresas. Há outras novidades importantes também. Muitos consumidores estão agora preparados para pagar mais por produtos ambientalmente responsáveis e o surgimento de fundos de investimentos éticos jogou um feixe de luz no desempenho ambiental das corporações. Também significativo, diz Elkington, é que as companhias estão

mudando de dentro, ao invés de simplesmente responder a pressões externas de consumidores e ambientalistas”.

Sobre a oportunidade da Responsabilidade Social Corporativa, em função da crise financeira internacional recente, HOPKINS (2008) afirma que “Argumentarei abaixo que Responsabilidade Social Corporativa é necessária mais do que nunca” e que “se os capitães dessas empresas financeiras, agora em crise ou na bancarrota, tivessem atuado mais responsavelmente com uma estratégia apropriada de Responsabilidade Social Corporativa então seus navios não teriam afundado nem estariam à beira do naufrágio. Negócios responsáveis serão o novo mantra”.

4. Instrumentos de Sustentabilidade Corporativa

Diversos instrumentos à disposição das empresas procuram estabelecer critérios de sustentabilidade que auxiliam as organizações a adotarem comportamentos sustentáveis e a serem transparentes em relação a essa postura. Vários deles serão aqui apresentados, tendo como referência duas fontes de consulta que se destacam no Brasil por terem feito levantamento e análise desses instrumentos, a saber:

- “Critérios Essenciais de Responsabilidade Social Empresarial e Seus Mecanismos de Indução no Brasil” - Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social – 2006 (ETHOS, 2006)

- Gestão do Conhecimento: compêndio para a sustentabilidade: ferramentas de gestão de responsabilidade socioambiental (Louette, 2010)

Esclarece o Instituto Ethos em relação ao livro “Critérios essenciais de responsabilidade social empresarial e seus mecanismos de indução no Brasil” (citado acima) que: “... as fontes analisadas deveriam:

- Resultar do debate e busca de consenso entre diferentes atores da sociedade;
- Possuir credibilidade, evidenciada pela adoção, entre seus públicos-alvo;
- Ser utilizadas em âmbito internacional e/ou nacional;
- Representar diferentes tipologias, no que se refere à sua natureza (padrões, normas, referências ou diretrizes);
- Considerar, quando vistas em conjunto, uma ampla variedade de temas relacionados à responsabilidade empresarial.

Sem pretender ser exaustiva, essa análise levou à escolha de 33 fontes...”

Este trabalho apresenta as 33 fontes de referência analisadas em “Critérios Essenciais”, as quais foram acrescentadas o DJSI World Index, a Norma Britânica, “British Standard” (BS) BS 8900:2006 “Guidance for managing sustainable development” (“Orientação para a gestão do desenvolvimento

sustentável”) e a ABNT NBR ISO 26000:2010. Além desses instrumentos são mencionadas normas nacionais de responsabilidade social.

Iniciativas Globais

1. **Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais** (The OECD Guidelines for Multinational Enterprises- Revision 2000)– “Recomendações dirigidas pelos governos dos países-membro da OCDE às empresas multinacionais para o desenvolvimento de suas atividades em todo o mundo.”²⁶
2. **Agenda 21** – “Processo de participação da sociedade e todos os seus componentes para diagnóstico dos problemas e solução dos conflitos ligados ao desenvolvimento sustentável. A partir da Agenda 21 Global, já foram elaborados vários documentos como a Agenda 21 Brasileira e Agendas 21 municipais. Seus princípios são considerados na elaboração de políticas públicas e vêm sendo adotados no planejamento estratégico e na gestão de algumas organizações comprometidas com o desenvolvimento sustentável”²⁷.
3. **Princípios do Global Compact** – “Conjunto de princípios ligados a direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, aliando negócios a desenvolvimento sustentável, a serem utilizados como ponto de partida para o engajamento de diferentes setores empresariais nesses temas”²⁸.

²⁶ Informação disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/56/36/1922428.pdf>.

²⁷ Informação disponível em: <http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/>.

²⁸ Informação disponível em: www.unglobalcompact.org.

4. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**– “Conjunto de objetivos gerais e metas específicas a serem atingidas pelos países-membro, até 2015, para a solução dos problemas globais de caráter ambiental, social e econômico mais urgentes e impactantes”²⁹.
5. **Carta da Terra** – “Código de normas éticas e morais, com orientações e metas práticas para que a humanidade avance no processo de criar um mundo baseado no desenvolvimento sustentável”³⁰.
6. **Convenção da ONU contra a Corrupção** – “Instrumento jurídico internacional contra a corrupção, a ser observado pelos países-membros da ONU que o ratificarem. Está sujeito à aprovação por país, através de legislação própria. Entrou em vigor em 14 de dezembro de 2005, assinada por 140 países e ratificada por 38”³¹.

Direitos humanos

7. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** – “É a primeira proclamação ampla dos direitos individuais fundamentais, aceita e considerada internacionalmente, constituindo marco fundamental para a responsabilidade social empresarial”³².
8. **Normas das Responsabilidades de Corporações Transnacionais e Outras Empresas em Relação aos Direitos Humanos** “Versão Preliminar” - Conjunto de normas voltadas para os direitos humanos elaboradas pela ONU, a serem observadas por organizações

²⁹ Informação disponível em: <http://www.un.org/millenniumgoals> .

³⁰ Informação disponível em: www.earthcharter.org .

³¹ Informação disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/doc_contra_corrup.php.

³² Informação disponível em: <http://www.un.org/Overview/rights.html>.

transnacionais e outras empresas comerciais, em suas operações. Confere poder aos governos para exigir das empresas o respeito aos direitos humanos e à soberania e a consideração pelo desenvolvimento local. Já é apontada como uma das mais importantes iniciativas no campo da responsabilidade corporativa, apesar de ainda não adotada oficialmente”³³.

Direitos das relações de trabalho

9. **Guia de Normas Internacionais do Trabalho** – “Guia que visa apresentar as Normas Internacionais do Trabalho vigentes, de forma detalhada, facilitando sua aplicação e incentivando sua efetiva adoção pelos países-membros”³⁴.

10. **SA 8000 – Social Accountability 8000** – “É uma norma internacional auditável voltada para questões ligadas às relações de trabalho”³⁵.

11. **Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho e seu Seguimento** – “Declaração que reitera os princípios e direitos fundamentais do trabalho inseridos na Constituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na Declaração de Filadélfia”³⁶.

³³ Informação disponível em: <http://www.cedha.org.ar/docs/doc42-spa.pdf>.

³⁴ Informação disponível em: http://www.ilo.org/public/portugue/region/ampro/brasilvia/info/download/guia_normas_esp.pdf.

³⁵ Informação disponível em: <http://www.sa-intl.org/index.cfm?fuseaction=Page.viewPage&pageID=710>.

³⁶ Informação disponível em: http://www.ilo.org/public/portugue/region/ampro/brasilvia/info/download/declarac_port.pdf.

12.OHSAS 18001 – Occupational Health Safety Assessment Series –

“Norma voltada para a saúde e segurança ocupacional, passível de auditoria e certificação”³⁷.

13.Diretrizes sobre Sistemas de Gestão de Saúde e Segurança

Ocupacional (ILO-OSH 2001) – (Guidelines on occupational safety and health management systems) “Guia sobre saúde e segurança do trabalho para ser aplicado nos níveis nacional e organizacional visando a melhora de performance e o estabelecimento de uma cultura empresarial responsável, em relação à saúde e segurança”³⁸.

Proteção das relações de consumo**14.Diretrizes da ONU para a Proteção do Consumidor** – (United Nations

Guidelines for Consumer Protection, (revisada em 1999). New York. 2003) “Princípios e orientações dirigidas aos países-membros da ONU visando a proteção dos direitos dos consumidores”³⁹.

Meio ambiente**15.The Natural Step** – “Manifesto envolvendo questões ambientais, com

uma abordagem científica, visando despertar para as consequências da forma como a humanidade trata o planeta”⁴⁰.

³⁷ Informação disponível em <http://www.osha-bs8800-ohsas-18001-health-and-safety.com/electronic.htm>.

³⁸ Informação disponível em <http://www.ilo.org/public/english/protection/safework/cops/english/download/e000013.pdf>.

³⁹ Disponível em: http://www.un.org/esa/sustdev/publications/consumption_en.pdf.

⁴⁰ Informação disponível em: <http://www.naturalstep.org> .

- 16. Convenção sobre Diversidade Biológica** – “Documento representativo da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, da qual o Brasil é signatário”⁴¹.
- 17. Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento** – “É um tratado internacional que apresenta princípios fundamentais e inovadores voltados para meio ambiente e desenvolvimento, considerado um marco no desenvolvimento sustentável em nível global”⁴².
- 18. Princípios do Forest Stewardship Council (FSC)** – “Princípios, critérios e padrões estabelecidos pelo ... FSC voltados para o uso sustentável das florestas”⁴³.
- 19. Série ISO 14000** – “Família de padrões voltados para o gerenciamento ambiental reconhecida internacionalmente. Entre esses padrões, inclui-se a ISO 14001, norma ambiental auditável e certificável”⁴⁴.
- 20. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima** – “Convenção multilateral de abrangência global, voltada para a proteção do sistema climático para as gerações atuais e futuras. Instituída pelas ONU, tem o Brasil como signatário”⁴⁵.
- 21. Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio** – “Convenção multilateral de abrangência global, voltada para a proteção da saúde humana e do meio ambiente contra os efeitos adversos das

⁴¹ Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/doc_cdb1.php.

⁴² Disponível em: <http://www.ufpa.br/npadc/gpeea/DocsEA/DeclaraRioMA.pdf>.

⁴³ Informação disponível em <http://www.fsc.org>.

⁴⁴ Informação disponível em www.iso.org.

⁴⁵ Disponível em <http://ftp.mct.gov.br/clima>.

atividades humanas que modifiquem a camada de ozônio. Instituída pelas Nações Unidas e subscrita pelo Brasil”⁴⁶.

22. Convenção de Estocolmo sobre os Poluentes Orgânicos

Persistentes – “Convenção voltada para a proteção da saúde humana e do meio ambiente contra os Poluentes Orgânicos Persistentes. De natureza multilateral e abrangência global, foi instituída pelas Nações Unidas ..., tendo o Brasil como signatário”⁴⁷.

Governança corporativa

23. OCDE – Princípios de Governança Corporativa – “Princípios de governança corporativa reconhecidos internacionalmente”⁴⁸.

24. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) – Código das

Melhores Práticas de Governança Corporativa – “Ferramenta didática para orientação e apoio às empresas e aos agentes de mercado no tocante à aplicação das boas práticas de governança corporativa no Brasil”⁴⁹.

25. Recomendações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre

Governança Corporativa – “É uma cartilha elaborada pela Comissão de Valores Mobiliários com recomendações ligadas a boas práticas de governança corporativa, dirigidas às empresas de capital aberto”⁵⁰.

Iniciativa setorial internacional – setor financeiro

⁴⁶ Disponível em http://www.onu-brasil.org.br/doc_ozonio.php.

⁴⁷ Disponível em: <http://chm.pops.int>.

⁴⁸ Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/1/42/33931148.pdf> e http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_34813_31530865_1_1_1_37439,00.html.

⁴⁹ Disponível em: www.ibgc.org.br.

⁵⁰ Disponível em: www.cvm.gov.br/port/public/publ/cartilha/cartilha.doc.

26. Princípios do Equador – “Princípios para serem aplicados por instituições financeiras no financiamento de grandes projetos de investimento, com base em critérios socioambientais. Em reunião promovida pela “International Finance Corporation” (IFC), em outubro de 2002, os bancos decidiram criar um padrão de referência para tratar de riscos sociais e ambientais nos grandes financiamentos para investimento (*‘project financing’*)”⁵¹.

27. DJSI World – Índice que mede o retorno de uma carteira composta de ações de empresas comprometidas com a sustentabilidade empresarial. Esses papéis são selecionados a partir da aplicação de um questionário (contendo perguntas pertencentes às dimensões econômica, ambiental e social) às 2.500 maiores empresas por valor de mercado do Dow Jones World Index⁵².

Iniciativa setorial nacional

28. Princípios Básicos de Responsabilidade Social – “Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) /Ethos - Princípios que orientam o desenvolvimento de critérios e melhoras das práticas dos fundos de pensão em seus investimentos em empresas com papéis negociados em bolsa, considerando princípios de responsabilidade social”⁵³.

⁵¹ Disponível em: www.equator-principles.com/index.shtml.

⁵² Disponível em: http://www.sustainability-indexes.com/07_html/indexes/djsiworld_keyfacts.html.

⁵³ Disponível em: http://www.ethos.org.br/Uniethos/Documents/fundos_pensao.pdf.

29. **ISE Bovespa** – “Índice que mede o retorno de uma carteira composta de ações de empresas comprometidas com a responsabilidade social e a sustentabilidade. Esses papéis são selecionados a partir da aplicação de um questionário de caráter socioambiental às empresas cujas ações tenham sido as mais negociadas na ... Bovespa.

Implementação de RSE

30. **Balço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)** – “Demonstrativo que contém um conjunto de informações, publicado anualmente pela organização, envolvendo temas ligados à responsabilidade social empresarial”⁵⁴.

31. **AA1000** – “Padrão auditável e passível de integração com outras normas, constitui instrumento de âmbito internacional voltado para o gerenciamento ético e social dos negócios, com foco nos ‘stakeholders’”⁵⁵.

32. **Indicadores Ethos** – “Ferramenta utilizada pelas empresas para diagnóstico e avaliação de sua gestão no tocante à incorporação da responsabilidade social empresarial (RSE)”⁵⁶.

33. **Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade da GRI** - “São diretrizes para relatórios de sustentabilidade que constituem um padrão internacional de balanço econômico, social e ambiental”⁵⁷. Nesse contexto vem assumindo importância gradativamente crescente em

⁵⁴ Disponível em www.balancosocial.org.br.

⁵⁵ Disponível em: <http://www.accountability21.net/publications.aspx?id=3254>.

⁵⁶ Disponível em: http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores/default.asp.

⁵⁷ Disponível em: <http://www.globalreporting.org/Home>.

escala mundial os relatórios de sustentabilidade, especialmente os que satisfaçam os requisitos das Guidelines da GRI, que inclui critérios de transparência, abrangência, equilíbrio, comparabilidade, exatidão, periodicidade, clareza, verificabilidade, entre outros⁵⁸. Conforme afirma o GVces “A diretriz da Global Reporting Initiative (GRI) é a metodologia mais difundida e adotada atualmente para a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade em todo o mundo⁵⁹”. De acordo com a GRI, em 2008 mais de 1000 organizações emitiram relatórios de sustentabilidade baseados em suas Diretrizes, um aumento de 46% sobre o número de 2007. Neste ano o Brasil foi o 3º emissor, superado apenas por Espanha e USA⁶⁰. Ainda de acordo com a GRI (GRI, 2010), no setor de agências governamentais, em termos mundiais, o relato de acordo com as diretrizes da GRI “ainda está na sua infância” e a qualidade dos relatórios deixa muito espaço para melhorias (poucas informações quantitativas, poucos dados que permitam comparações com outras agências, etc.).

34. ABNT-NBR 16001:2004 – “Norma Brasileira: Responsabilidade Social – Sistema de gestão – Requisitos - Norma brasileira para a gestão da responsabilidade social”⁶¹.

35. British Standards 8900 – BS 8900 – “É um guia de diretrizes, sem propósito de certificação para organizações de todos os tamanhos, tipos e setores, sobre as opções para o gerenciamento da sustentabilidade,

⁵⁸ Ver www.globalreporting.org.

⁵⁹ Ver <http://www.ces.fgvsp.br/gvces/index.php?page=Conteudo&id=33>.

⁶⁰ Ver www.globalreporting.org.

⁶¹ Informação disponível em www.abnt.org.br.

por meio do balanceamento entre o capital social e os capitais ambiental e econômico do negócio, tendo-se em vista a melhoria contínua do desempenho e a 'accountability' das organizações." ("Compêndio para a Sustentabilidade")⁶².

36. ABNT NBR ISO 26000:2010 – Guidance on social responsibility. (Diretrizes sobre Responsabilidade Social), norma lançada em 01/11/2010 em inglês. Para a elaboração deste trabalho foi utilizada inicialmente como referência uma versão anterior à edição final, a ISO/DIS 26000⁶³.

Além desses instrumentos este trabalho relaciona ainda as normas nacionais de responsabilidade social, a saber:

- Inglaterra (BS 8900);
- Austrália (AS 8003);
- França (SD 21000);
- Israel (SI 10000);
- Japão (EC S2000);
- Itália (Q-Res);
- Alemanha (VM S).

⁶² Disponível em <http://www.compendiosustentabilidade.com.br>.

⁶³ Fonte: www.iso.org/sr.

5. O Prêmio Nacional de Gestão Pública - PQGF

5.1. Os prêmios da Qualidade

O PQGF, anteriormente denominado Prêmio Qualidade do Governo Federal é um prêmio baseado no Prêmio Nacional da Qualidade – PNQ, que por sua vez tem inspiração no Prêmio Malcolm Baldrige (Malcolm Baldrige National Quality Award), que se insere em um contexto onde também são relevantes o Prêmio Deming no Japão, o precursor de todos, e o Prêmio Europeu da Qualidade. (Miranda, 2010; Martins, 2009; Ribeiro, 2003; Ferreira, 2003).

O Prêmio Deming, cujo nome homenageia o “guru” da Qualidade Edward Deming, “embora muito importante no Japão, não teve a mesma irradiação em outros países” (Miranda, 2010).

Excelência, segundo a definição do PNQ, “é uma situação excepcional de gestão e de resultados obtidos pela organização, alcançada por meio de prática continuada dos fundamentos do modelo sistêmico” (Rehder, 2006).

De acordo com o Presidente do Inmetro, Prof. Jornada, “excelência é uma meta eterna e inatingível – é um caminho de constante superação e aperfeiçoamento” (NA MEDIDA, 2010).

Os critérios de excelência têm sido usados em todo o mundo para avaliar e premiar organizações que adotam esses critérios de gestão. “Atualmente, em cerca de 100 países, há mais de 75 prêmios relativos à qualidade que são entregues a empresas privadas e públicas” (Moura, 2009).

Estes prêmios estabelecem critérios que visam à melhoria da Qualidade das empresas, permitindo a sua candidatura aos respectivos prêmios, trazendo como principal benefício a obtenção de um relatório de avaliação elaborado por examinadores independentes. Além disso, a própria elaboração, pelos eventuais candidatos, do Relatório de Gestão estabelecidos pelos prêmios, constitui-se em grande aprendizado organizacional. (Miranda, 2010; Martins, 2009; Ribeiro, 2003; Ferreira, 2003)

5.2. O prêmio Malcolm Baldrige

A origem do prêmio Malcolm Baldrige remonta à década de 80, quando

“o aumento da concorrência japonesa estimulou o governo americano a estudar mais profundamente as causas do sucesso econômico japonês. Imaginava-se que um maior conhecimento sobre as empresas consideradas de classe mundial permitiria às organizações americanas a identificação de práticas estruturadas que tivessem maiores possibilidades de sucesso no ambiente competitivo e globalizado da época” (Miranda, 2010).

Deste estudo resultou a identificação de “alguns fundamentos essenciais para o sucesso de uma organização, dando base para a estruturação do prêmio americano de Qualidade Malcolm Baldrige” (Miranda, 2010).

Assim, trinta e seis anos depois do estabelecimento do prêmio Deming, ou seja, em 1987, foi instituído nos EUA pelo presidente Ronald Reagan (Lei Pública 100-107) o prêmio Malcolm Baldrige, cujo nome é homenagem ao Secretário do Comércio dos EUA entre 1981 e 1987, cuja competência contribuiu para o desempenho do governo norte-americano. (Vokurka, 2000, Miranda, 2010).

O prêmio Malcolm Baldrige foi criado para promover a conscientização para a Qualidade, identificar requisitos de excelência e compartilhar

informações sobre estratégias para a Qualidade bem sucedidas e seus benefícios (Vokurka, 2000).

O prêmio é administrado pelo Instituto Nacional de Padrões e Tecnologia (National Institute of Standards and Technology – NIST), órgão do Departamento do Comércio dos EUA, auxiliado pela Sociedade Americana para a Qualidade (American Society for Quality - ASQ) no processo de análise crítica das inscrições para o prêmio, preparação de documentos e outras tarefas administrativas (Vokurka, 2000).

Em depoimento, encontrado em Brown (1995), o professor David Garvin, da Universidade de Harvard, e um dos grandes teóricos da Qualidade, afirma que o Prêmio de Qualidade Malcolm Baldrige foi o mais importante catalisador para a transformação de empresas norte-americanas. Reformulou o pensamento e o comportamento dos gerentes que passaram a seguir os padrões preconizados pelos critérios Baldrige como um guia para administrar uma empresa bem-sucedida (Miranda, 2010).

5.3. Outros prêmios nacionais e o PNQ

O Prêmio Europeu da Qualidade foi instituído em 1988, sendo que na Ásia e América Latina surgiram modelos baseados no prêmio Malcolm Baldrige (Miranda, 2010).

O Brasil, que na época atravessava um cenário de incertezas que inclui

- Processo de redemocratização (onde valores como cidadania, transparência, defesa e proteção do consumidor) foram fortalecidos;
- Abertura da economia (com a nova política industrial e de comércio exterior e o lançamento do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade – PBQP);

- Reformulação do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – SINMETRO e
- Reforma do aparelho do Estado (o que inclui desestatização e desregulamentação da economia),

Tomando como base o prêmio Malcolm Baldrige, criou o seu prêmio, o PNQ, em 1992. Este é administrado pela Fundação Nacional da Qualidade, sendo fonte de inspiração para vários prêmios regionais brasileiros, como o Prêmio Gaúcho da Qualidade, no Rio Grande do Sul e o Prêmio Paulista de Qualidade da Gestão no Estado de São Paulo, entre outros (Martins, 2009; Miranda, 2010).

Segundo Algarte e Quintanilha (2000), esta premiação estava em sintonia com o PBQP, programa lançado pelo Governo Federal em 1990 e que, de acordo com esse autor, contribuiu decisivamente para a melhoria da qualidade e produtividade no Brasil.

O PNQ é estruturado em “Critérios de Excelência”, que

“constituem um modelo sistêmico de gestão adotado por inúmeras organizações de “Classe Mundial”. São construídos sobre uma base de conceitos fundamentais, essenciais à obtenção da excelência do desempenho” (FNQ, 2010).

Entre os fundamentos e critérios do PNQ encontram-se “liderança” e “sociedade”, estratégias e planos, responsabilidade social, pensamento sistêmico, constância de propósitos, governança corporativa e outros.

Liderança é um dos critérios e

“examina o sistema de liderança da organização e o comprometimento pessoal dos membros da direção no estabelecimento, disseminação e atualização de valores e princípios

organizacionais que promovem a cultura da excelência, considerando as necessidades de todas as partes interessadas” (grifo nosso) (FNQ, 2006).

Sociedade é outro critério e

“examina como a organização contribui para o desenvolvimento econômico, social e ambiental de forma sustentável - por meio da minimização dos impactos negativos potenciais de seus produtos e operações na sociedade – e como interage com a sociedade de forma ética e transparente” (grifo nosso) (FNQ, 2006).

Estratégias e Planos, também um critério,

“examina em detalhes o processo de formulação das estratégias, enfatizando a análise do setor de atuação, do macro ambiente e do modelo de negócio da organização. Também examina o processo de implementação das estratégias, incluindo a definição de indicadores, o desdobramento das metas e planos para todos os setores da organização e o acompanhamento dos ambientes internos e externos” (FNQ, 2006).

Quanto à Governança Corporativa,

“este Item aborda a implementação de processos gerenciais que contribuem diretamente para o estabelecimento do nível de compromisso da organização com a excelência e a sustentabilidade e para a transparência e o aumento do nível de confiança das partes interessadas” (FNQ, 2010).

Conforme o PNQ, pensamento sistêmico significa o “entendimento das relações de interdependência entre os diversos componentes de uma organização, bem como entre a organização e o ambiente externo” (FNQ, 2010).

“Liderança e constância de propósitos”, segundo o PNQ é a “atuação dos líderes de forma aberta, democrática, inspiradora e motivadora das pessoas, visando ao desenvolvimento ininterrupto da cultura da excelência, à promoção de relações de qualidade e à proteção dos interesses das partes envolvidas” (FNQ, 2010).

5.4. O PQGF

O PQGF segue a mesma linha filosófica do Malcolm Baldrige e do PNQ, sendo aplicável a órgãos brasileiros dos poderes federal, estadual e municipal.

O PQGF se “equipara em seu processo de premiação e modelo de excelência aos prêmios de referência internacional”. Seu processo de avaliação “envolve análise crítica individual de Relatório da Gestão, análise crítica de consenso e visita às instalações”, contando com “bancas examinadoras formadas especificamente para a tarefa, banca de juízes e Conselho do Prêmio, todos submetidos a Código de Ética específico”, o que demonstra “que as melhores práticas de premiação foram adequadamente absorvidas” (Ferreira, 2003).

Ribeiro e Costa (2004) complementam:

“A opção do governo federal ao criar tal prêmio, ao invés de utilizar-se de premiações já consagradas, como o Prêmio Nacional da Qualidade – PNQ teve como premissa que a adoção, sem adaptação, dos modelos utilizados pelos prêmios e sistemas existentes mostrava-se inadequada para boa parte das organizações públicas, principalmente para aquelas integrantes da administração direta, em função da linguagem, caracteristicamente empresarial, adotada por esses modelos” (Ribeiro e Costa, 2004).

Segundo esses autores buscou-se apenas a adaptação da linguagem, explicando os conceitos, porém mante-se o alinhamento ao PNQ e ao Prêmio Malcolm Baldrige quanto à essência, inclusive critérios e pontuação.

“Não se tratou, em momento algum, de fazer concessões à gestão pública, mas de criar o entendimento necessário para dar viabilidade ao seu processo de transformação rumo à excelência gerencial com base em padrões e práticas mundialmente aceitas”. (Ribeiro e Costa, 2004).

5.5. O PNQ e a Responsabilidade Social

Existe uma relação próxima entre o PNQ e a Responsabilidade Social, como pode ser vista nas transcrições que seguem:

Afirma o PNQ que

“a organização deve buscar o Desenvolvimento Sustentável; identificar os impactos na sociedade que possam decorrer de suas instalações, processos, produtos e serviços e executar ações preventivas para eliminar ou minimizar esses impactos em todo o ciclo de vida das instalações, produtos e serviços”.

Adicionalmente deve buscar preservar os ecossistemas naturais, conservar os recursos não-renováveis e racionalizar o uso dos recursos renováveis, além do atendimento e superação dos requisitos legais e regulamentares associados a seus produtos, serviços, processos e instalações (FNQ, 2006).

De acordo com o PNQ:

“Responsabilidade Social é a atuação que se define pela relação ética e transparente da organização com todos os públicos com os quais se relaciona, estando voltada para o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais como parte integrante da estratégia da organização” (FNQ, 2010).

Ainda de acordo com o PNQ:

“responsabilidade social pressupõe o reconhecimento da sociedade como parte integrante do ecossistema da organização, com necessidades e expectativas que precisam ser identificadas, compreendidas e atendidas. Trata-se do exercício constante da consciência moral e cívica da organização, advinda da ampla compreensão de seu papel no desenvolvimento da sociedade” (FNQ, 2006).

O PQGF, portanto, adota o enfoque sistêmico, tem como requisitos, entre outros, o envolvimento da Alta Administração, a conscientização para a Qualidade, o Planejamento Estratégico, o desdobramento das metas e planos e sua internalização por toda a organização, tendo como meta uma situação excepcional de gestão e de resultados obtidos pela organização, alcançada por

meio de prática continuada dos fundamentos do modelo sistêmico. Além disso, enfatiza o Desenvolvimento Sustentável e a responsabilidade social das organizações.

6. O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro

6.1. Figura jurídica e atribuições

A figura jurídica do Inmetro e suas funções estão descritas em sua “home page” da forma que segue:

O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro - é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que atua como Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro), colegiado interministerial, que é o órgão normativo do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro). (Inmetro, 2011b).

A mesma fonte assim elenca suas atribuições:

- Executar as políticas nacionais de metrologia e da qualidade;
- Verificar a observância das normas técnicas e legais, no que se refere às unidades de medida, métodos de medição, medidas materializadas, instrumentos de medição e produtos pré-medidos;
- Manter e conservar os padrões das unidades de medida, assim como implantar e manter a cadeia de rastreabilidade dos padrões das unidades de medida no País, de forma a torná-las harmônicas internamente e compatíveis no plano internacional, visando, em nível primário, à sua aceitação universal e, em nível secundário, à sua

utilização como suporte ao setor produtivo, com vistas à qualidade de bens e serviços;

- Fortalecer a participação do País nas atividades internacionais relacionadas com metrologia e qualidade, além de promover o intercâmbio com entidades e organismos estrangeiros e internacionais;
- Prestar suporte técnico e administrativo ao Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Conmetro, bem assim aos seus comitês de assessoramento, atuando como sua Secretaria-Executiva;
- Fomentar a utilização da técnica de gestão da qualidade nas empresas brasileiras;
- Planejar e executar as atividades de acreditação de laboratórios de calibração e de ensaios, de provedores de ensaios de proficiência, de organismos de certificação, de inspeção, de treinamento e de outros, necessários ao desenvolvimento da infra-estrutura de serviços tecnológicos no País; e
- Desenvolvimento, no âmbito do Sinmetro, de programas de avaliação da conformidade, nas áreas de produtos, processos, serviços e pessoal, compulsórios ou voluntários, que envolvem a aprovação de regulamentos.

No entanto, para melhor compreensão do seu papel convém observar a sua evolução histórica até os dias de hoje, sendo que neste relato será dada ênfase aos aspectos relacionados ao tema desta dissertação.

6.2. Histórico

As origens do Inmetro estão relacionadas à Metrologia Legal a partir da segunda metade do século XIX, já que a falta de padronização dos pesos e medidas no Brasil acarretava dificuldades comerciais, o que prejudicava as exportações brasileiras (Ribeiro, 2003).

Com o objetivo de superar essa dificuldade, Dom Pedro II promulgou em 26 de junho de 1862 a Lei Imperial nº 1157 oficializando o “Systema Metrico Francez” em todo o território nacional, sendo o Brasil um dos primeiros países a adotar o novo sistema (Inmetro, 2011a).

No entanto, a relação do Brasil com alguns dos atores importantes no cenário internacional era conturbada, o que só viria a se normalizar em 1953 (Ribeiro, 2003).

Prossegue o mesmo autor narrando a história, aqui apresentada, da metrologia até 1953, afirmando que embora o Brasil tenha assinado a Convenção do Metro, não participou da criação de um organismo internacional de pesos e medidas, que viria a ser o “Bureau International des Poids et Mesures” – BIPM (“Bureau Internacional de Pesos e Medidas”).

Dessa forma, somente em 1983 o Brasil recebeu sua cópia do quilograma padrão depositado no BIPM, já que o Brasil tampouco mantinha boas relações com o Observatório Nacional francês, responsável por sua confecção.

Em 06 de outubro de 1921 o Brasil voltou a aderir à Convenção do Metro, com o pagamento da anuidade, através de verbas do Ministério da

Guerra. No entanto, não há registro que evidencie qualquer intercâmbio entre o governo ou instituições de ensino brasileiras com o BIPM de 1921 a 1931, quando o Brasil se desliga novamente da Convenção por falta de recursos por causa da revolução de 30.

Paralelamente, no plano estadual, em função do aumento do comércio, do desenvolvimento industrial e do interesse de pesquisadores e professores, houve progressos na metrologia, destacando-se São Paulo, onde o Laboratório de Ensaio de Materiais em 1926 era o único laboratório brasileiro que tratava de aspectos metrológicos. Este foi transformado em 1934 no Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, tendo como atribuições a conservação dos seus padrões, a calibração de instrumentos de medidas, a execução de medidas especiais e a “propaganda para a uniformização e educação metrológica” (Ribeiro, 2003).

Em nível federal, em 30 de julho de 1938 é promulgado o Decreto-Lei 592 que estabelece como sistema legal de medidas aquele definido pela Conferência Geral de Pesos e Medidas, atribuindo ao Instituto Nacional de Tecnologia - INT, através de sua Divisão de Metrologia, o papel de órgão executor e fiscalizador das atividades metrológicas no Brasil (Santos, 2006).

O Decreto-Lei 592 criou também a Comissão de Metrologia com representantes das seguintes organizações:

- INT (dois representantes);
- Órgãos metrológicos estaduais (um membro por estado onde o serviço estivesse organizado);
- Órgãos metrológicos municipais (um representante por estado);

- Observatório Nacional;
- Universidades (dois membros, escolhidos entre os professores de Física);
- Ministério da Guerra e da Marinha;
- Viação e Obras Públicas;
- Academia Brasileira de Ciências;
- Fabricantes de instrumentos de medida e instrumentos registrados no INT;
- Associação das Empresas de Serviços Públicos;
- Federação das Associações Comerciais e;
- Confederação das Indústrias.

A Comissão de Metrologia “organizou o legislativo, com um volume expressivo de portarias, resoluções, decretos e decretos-lei” (Santos, 2006).

Em 1938 o Decreto-Lei 592 foi alterado quanto à composição da Comissão passando esta a incluir:

- Casa da Moeda;
- Ministério da Fazenda e;
- Ministério da Educação e Saúde.

Em 8 de outubro de 1938 foi editado o Decreto-Lei 778 acrescentando as seguintes atribuições ao INT:

- Gerenciais: coordenação das ações dos órgãos delegados por todo o país;
- Fiscais: definição e arrecadação dos serviços, calibrações e multas;
- Fiscalizatórias.

Finalmente em 1953, com o pagamento da contribuição ao BIPM, o Brasil volta a ser reintegrado à Convenção do Metro, que havia assinado, porém não ratificado.

“A Divisão de Metrológica e a Comissão de Metrologia foram responsáveis pelo movimento metrológico brasileiro, até 1961, quando foi criado o Instituto Nacional de Pesos e Medidas – INPM” (Machado, 1984 apud Santos, 2006).

O desenvolvimento histórico a seguir é assim resumido pelo Inmetro:

Com o crescimento industrial do século seguinte, fazia-se necessário criar no país instrumentos mais eficazes de controle que viessem a impulsionar e proteger produtores e consumidores.

Em 1961 foi criado o Instituto Nacional de Pesos e Medidas (INPM), que implantou a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade, os atuais IPEM, e instituiu o Sistema Internacional de Unidades (S.I.) em todo o território nacional.

Logo, verificou-se que isso não era o bastante. Era necessário acompanhar o mundo na sua corrida tecnológica, no aperfeiçoamento, na exatidão e, principalmente, no atendimento às exigências do consumidor. Era necessário a Qualidade.

Em 1973, nascia o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, o Inmetro, que no âmbito de sua ampla missão institucional, objetiva fortalecer as empresas nacionais, aumentando a sua produtividade por meio da adoção de mecanismos destinados à melhoria da qualidade de produtos e serviços (Inmetro, 2011a).

Particularmente interessante para esta dissertação são as transformações que ocorreram no Inmetro a partir da década de 90.

Conforme relata Ribeiro (2003):

Os primeiros anos da década de 90 introduzem novos desafios para o Inmetro, como consequência da abertura e da liberação da economia pelo então empossado governo. Para responder a esses, a instituição coordena e/ou participa de várias ações/grupos na esfera nacional, apresentando novos modelos de atuação para as áreas de Normalização e Certificação da Qualidade, bem como ampliação dos serviços tecnológicos de metrologia, tanto no próprio Inmetro como

através da ampliação das Redes Brasileiras de Laboratórios de Calibração – RBC e de Ensaios - RBLE e da RNML⁶⁴.

Entre estes grupos destaca-se aquele que discutiu e lançou o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade – PBQP, onde o Inmetro coordenava dois dos seus Sub-Programas.

Borges (2006) complementa:

No âmbito do PBQP, coube ao Inmetro a coordenação de dois dos cinco subprogramas gerais: Um deles chamava-se Serviços Tecnológicos - voltado para a adequação dos serviços tecnológicos para a Qualidade e Produtividade - e visava ao desenvolvimento e adequação das áreas de Normalização Técnica, Certificação da Qualidade, Metrologia e Informação Tecnológica. Seu resultado mais emblemático consistiu no aumento expressivo de empresas certificadas segundo as normas da série ISO 9000, entre os anos de 1990 e 1997.

O outro subprograma, denominado Conscientização e Motivação para a Qualidade e Produtividade, refletia a necessidade de criar, no país, uma cultura voltada para orientação e incentivo à Qualidade. Seu objetivo principal era descrito como “Promover a conscientização e a motivação dos diferentes setores da sociedade”.

As estratégias desse subprograma incluíam a promoção de campanhas de divulgação, realização de congressos, encontros e outros eventos, criação de prêmios de reconhecimento e estímulo a estudos e pesquisas que formassem e divulgassem os indicadores de qualidade e produtividade da economia nacional.

De acordo com Ribeiro (2003):

Inserida nesse cenário, e com grandes incertezas, a instituição inicia processo de discussão da modernização da sua gestão e da sua atuação e, dentro do marco de planejamento estratégico institucional de 1995, lança, formalmente, o Plano de Modernização do Inmetro, em setembro de 1996, com vinte e nove projetos estruturantes que, uma vez implementados, poderiam dar, como efetivamente deram, novos rumos à sua conturbada história, até então. Entre aqueles projetos, pode ser destacado, especificamente, um que aponta as linhas dos Critérios de Excelência do PNQ⁶⁵ como Modelo de Gestão a ser adotado pela instituição (Grifo nosso).

A modernização da gestão do Inmetro teve, e mantém, princípios e valores que merecem ser ressaltados: descentralização, responsabilização, participação; ênfase em resultados, transparência, inspiração na filosofia do PNQ/PQGF, controle de custos, remuneração por resultados, planejamento, valorização de comportamento Empreendedor, valorização por criatividade, papel do serviço público (e do servidor) para o País, cultura de prestação de contas, relação com a mídia, atuação política, relação com os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, compromisso com a valorização e desenvolvimento do servidor (Grifos nossos).

⁶⁴ RNML - Rede Nacional de Metrologia Legal

⁶⁵ PNQ – Prêmio Nacional da Qualidade

Martins (2009) ressalta fatores que “exerceram pressão sobre o Inmetro impulsionando o instituto a melhorar e a agilizar seus processos de Avaliação da Conformidade, de Acreditação e de Metrologia, de forma a atender às necessidades dos clientes e ter a gestão voltada para resultados”. Entre esses fatores elenca:

- Processo de Redemocratização, que deu ênfase a valores que influenciaram significativamente o processo de modernização do Inmetro. Entre estes: cidadania, transparência, defesa e proteção do consumidor-cidadão, etc;
- Abertura da Economia, com a criação da Política Industrial e de Comércio Exterior e o lançamento do PBQP, obrigando o Sinmetro a se reformular e impactando significativamente as funções do Inmetro;
- Reforma do Aparelho do Estado como processo de desestatização e desregulamentação da economia, possibilitando maior flexibilidade e autonomia administrativo-financeira, além de uma gestão mais profissional, com foco no cliente-cidadão e centrada em resultados.

Ribeiro (2003) ressalta “dois outros fatos (que) impulsionaram o Inmetro a significativas mudanças”:

- “a assinatura de um Contrato de Gestão com o governo federal, em 1998”, e;
- “a transformação da instituição, através de decreto presidencial, na primeira e única, até a presente data, Agência Executiva.”

Os objetivos da transformação do Inmetro em Agência Executiva era dotá-lo “de elevada autonomia e flexibilidade administrativa, operacional e financeira”, o que agilizaria ainda mais a sua gestão (Ribeiro, 2003).

Ressalta ainda Martins (2009) que “a assinatura de um Contrato de Gestão é um pré-requisito para a qualificação de uma autarquia como uma Agência Executiva”.

A versão do Contrato de Gestão de 2003 a 2005 estabelecia obrigações para o Inmetro onde se pode destacar:

- Participar do PQGF a partir do ciclo 2003, obtendo reconhecimento da gestão, no mínimo, na faixa prata (Inmetro, 2003).

No contrato posterior, no período de 2006 a 2008, pode-se destacar a seguinte obrigação do Inmetro:

- Participar do PQGF, atingindo um mínimo de 450 (quatrocentos e cinquenta) pontos (Inmetro, 2006).

Martins (2009) ressalta ainda que a partir de 1997 o Inmetro passou a concorrer a diversos prêmios, dentre eles: o PNQ, o PQGF e o Prêmio Qualidade Rio – PQRio. Além de concorrer, o Instituto ganhou a medalha prata no Prêmio Qualidade Rio - PQRio 1997 e recebeu diversas premiações no PQGF, como veremos a seguir.

6.3. O Inmetro e o PQGF

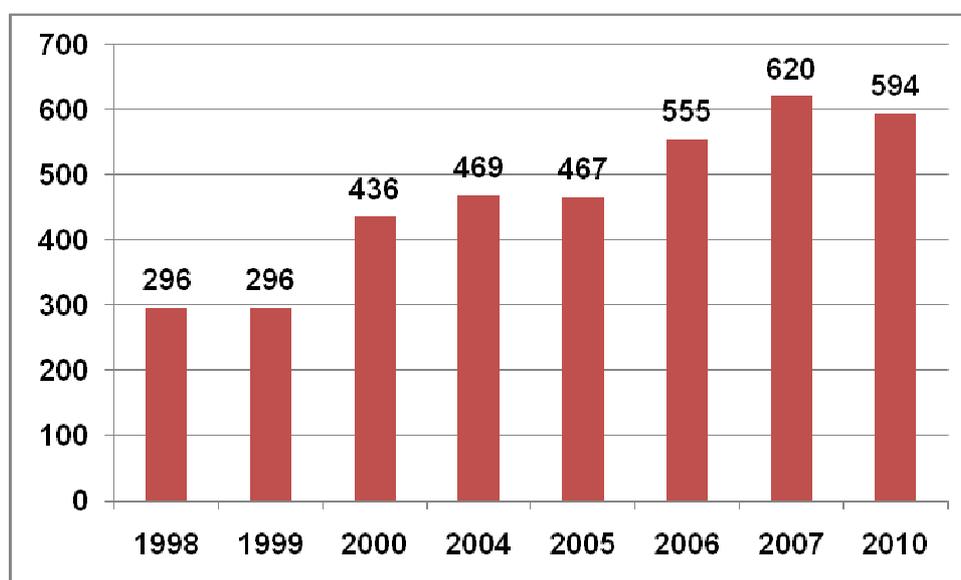
Em relação ao PQGF, o Inmetro recebeu as premiações elencadas abaixo:

- 1998 - premiação prata do PQGF.
- 1999 - premiação prata do PQGF.
- 2000 - premiação ouro do PQGF.
- 2004 - premiação prata do PQGF.
- 2005 - premiação prata do PQGF.
- 2006 - premiação prata do PQGF.
- 2007 - premiação prata do PQGF.
- 2010 – premiação ouro do PQGF

(Em 2008 e 2009 o Inmetro não participou do PQGF).

O progresso em termos de pontuação do Inmetro no PQGF pode ser melhor observada no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Evolução da pontuação do Inmetro no PQGF



Como foi visto no capítulo sobre o PQGF, este prêmio adota o enfoque sistêmico, tem como requisitos, entre outros, o envolvimento da Alta Administração, a conscientização para a Qualidade, o Planejamento

Estratégico, o desdobramento das metas e planos e sua internalização por toda a organização, tendo como meta uma situação excepcional de gestão e de resultados obtidos pela organização, alcançada por meio de prática continuada dos fundamentos do modelo sistêmico. Além disso, enfatiza o Desenvolvimento Sustentável e a responsabilidade social das organizações.

O Inmetro, portanto, ao receber as premiações do PQGF (por avaliações de terceiros independentes) listadas acima demonstrou ser capaz de trabalhar de acordo com os rigores do PNQ e do prêmio Malcolm Baldrige, o que, como veremos, o coloca em posição privilegiada para implementar um programa de Sustentabilidade Corporativa.

6.4. O Sistema de Gestão da Qualidade do Inmetro

De acordo com Martins e Costa (2009),

O Inmetro mantém, desde o início dos anos 90, um Sistema de Gestão da Qualidade documentado em padrões de trabalho, que são estabelecidos tendo como referência a legislação; o Regimento Interno; o Código de Ética; Normas (ABNT, ISO); as Normas e Recomendações Internacionais aplicáveis; os objetivos estratégicos e os valores institucionais.

Tal sistema pressupõe o enfoque sistêmico, ao considerar a organização como rede integrada de processos (Morejón, 2005).

Ainda de acordo com Martins e Costa (2009),

No estudo dessas práticas, ficou claro que manter um Sistema de Gestão da Qualidade eficiente, eficaz e devidamente documentado; realizar análises críticas do sistema de gestão são práticas que contribuem para o aperfeiçoamento dos processos e, conseqüentemente, para a melhoria da gestão da organização como um todo.

Recentemente o Inmetro publicou a Portaria nº 278/2010 que propõe as linhas gerais de sua “política, princípios e diretrizes de segurança, saúde

ocupacional, ergonomia, meio ambiente e responsabilidade social”, “que se aplicam aos servidores e, quando couber, a toda força de trabalho da organização e demais partes interessadas”.

A Portaria Inmetro 278/2010 é um passo adiante, que inclui a promoção da “gestão integrada da segurança, da saúde ocupacional, da ergonomia, do meio ambiente e da responsabilidade social, com vistas à integração com a gestão da qualidade”.

6.5. O Inmetro e o PBQP

Lobo (2003) observa que

No Brasil, a partir do início da década de 90, vem sendo observado um grande movimento em prol da melhoria da qualidade de produtos e serviços. A criação pelo Governo Federal do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade, a abertura econômica, que expôs as empresas brasileiras a um ambiente de grande competição, a evolução do cidadão brasileiro enquanto consumidor, que passou a exercer mais plenamente seus direitos e deveres, e a estabilização da moeda foram fatores indutores e decisivos para esse movimento.

Conforme visto ao longo deste capítulo, o Inmetro esteve envolvido com o PBQP, programa lançado pelo Governo Federal em 1990, desde as discussões prévias e o seu lançamento cabendo ao Instituto a coordenação de dois dos cinco subprogramas gerais:

- Serviços Tecnológicos – voltados para a adequação dos serviços tecnológicos para a Qualidade e Produtividade, visando o desenvolvimento e adequação das áreas de Normalização Técnica, Certificação da Qualidade, Metrologia e Informação Tecnológica e
- Conscientização e Motivação para a Qualidade e Produtividade.

De acordo com Borges (2006) o PBQP foi lançado com o objetivo de modernizar a indústria brasileira, exposta aos efeitos da globalização e segundo Algarte e Quintanilha (2000) o PBQP contribuiu decisivamente para a melhoria da qualidade e produtividade no Brasil.

Algarte e Quintanilha (2000) destacam os seguintes resultados do PBQP, (ressaltando-se que esta fonte referência é um livro publicado em 2000):

- ampla mobilização da sociedade pela filosofia da qualidade – mobilização como nunca se observou no país - , decorrente de intenso trabalho de conscientização, treinamento e divulgação. Para isso, foram publicados folders (distribuídos no comércio, em escolas, universidades, empresas, e congressos), produzidos filmes sobre o tema (veiculados na mídia eletrônica) e elaborados pesquisas nacionais de opinião, que contribuíram para os realinhamentos do Programa;
- crescimento da produtividade das indústrias brasileiras, alcançando a média de 8,6 % ao ano;
- aumento significativo do número de sistemas da qualidade certificados conforme as normas ISO 9000 – de 18 para 6.485 certificados (4.820 empresas), já somando mais de 200 empresas com certificações ambientais ISO 14000;
- desenvolvimento da infra-estrutura para a qualidade e produtividade no País, com 98 laboratórios de ensaios, 130 laboratórios de calibração e 39 organismos de avaliação da conformidade credenciados pelo INMETRO;
- desenvolvimento de competências em gestão da qualidade, através da formação de pessoal especializado, existindo hoje cerca de 570.000 pessoas com treinamento em qualidade, sendo 15.000 especialistas, 150.000 gerentes e 1.000 dirigentes sindicais.

Aidar (2005) acrescenta que

Durante sua vida útil, o PBQP contribuiu decisivamente com o estabelecimento de parcerias entre os setores público e privado para a formulação e a implementação de uma política nacional de qualidade e produtividade...

Nesse período, houve também um grande avanço nas áreas de normalização, avaliação da conformidade, informação tecnológica, metrologia e capacitação laboratorial para a realização de ensaios e calibrações. Como reflexo desse movimento, o Inmetro atestou, pelo Programa de Análise de Produtos, uma expressiva melhoria da conformidade dos produtos brasileiros.

Em 2001, o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade foi substituído pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC).

O envolvimento do Inmetro com o PBQP demonstra pela natureza desse programa e devido aos assuntos que estiveram sob sua coordenação (certificação da qualidade, conscientização e motivação para a qualidade) que o pensamento sistêmico está presente na organização há muito tempo.

6.6. Participações e reconhecimentos do Inmetro em fóruns internacionais de acreditação

Conforme relatado nesta dissertação, uma das atribuições do Inmetro é a acreditação de organismos de avaliação da conformidade.

Por acreditação entende-se “atestação realizada por terceira parte relativa a um organismo de avaliação da conformidade, exprimindo demonstração formal de sua competência para realizar tarefas específicas de avaliação da conformidade” (ABNT, 2005), sendo avaliação da conformidade “demonstração de que os requisitos especificados relativos a um produto, processo, sistema, pessoa ou organismo são atendidos” (ABNT, 2005).

De acordo com Queiroz (2010), nesse campo, como em metrologia e normalização, é de se destacar a participação do Inmetro em fóruns internacionais:

A participação ativa em organizações internacionais de metrologia, normalização e acreditação, tanto em nível global quanto regional, é um elemento essencial da capacidade de desenvolvimento de um país. No campo da metrologia destacamos a atuação do Inmetro em sua contribuição ao sistema inter-americano de metrologia (SIM), na área de acreditação destacamos as participações no fórum internacional de acreditação (IAF) e na cooperação internacional de acreditação de laboratório (ILAC) e, na normalização, destacamos sua participação nos grupos de trabalho da organização internacional de normalização (ISO).

Especificamente em relação aos organismos de acreditação, estes estabelecem entre si acordos de reconhecimento mútuo, que “são uma das formas mais efetivas de facilitar a eliminação da necessidade de re-ensaio de materiais e produtos nos países importadores, problema identificado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) como umas das maiores barreiras técnicas ao comércio” (INMETRO, 2009).

No campo da acreditação o Inmetro obteve alguns reconhecimentos, conforme listado a seguir:

- “International Accreditation Forum” – IAF. “O IAF é a associação mundial de organismos de acreditação de avaliação da conformidade e de outros organismos interessados em avaliação da conformidade nas áreas de sistemas de gestão, produtos, serviços, pessoal e outros programas similares de avaliação da conformidade” (INMETRO, 2009);
- “International Laboratory Accreditation Cooperation” – ILAC. “A ILAC é a cooperação internacional que reúne organismos de acreditação de laboratórios de todo o mundo” (INMETRO, 2009);
- “European Accreditation” – EA (Acreditação Europeia). “A EA é a cooperação para acreditação de laboratórios e organismos de certificação e inspeção que envolve os países membros da Comunidade Européia”(INMETRO, 2009);
- “Interamerican Accreditation for Cooperation” –IAAC (Cooperação Interamericana de Acreditação). “A IAAC é a cooperação que reúne os organismos de acreditação de laboratórios e de organismos de certificação e inspeção de países das Américas” (INMETRO, 2009).

Além destes Queiroz (2010) cita “os acordos em que os proprietários de programa setoriais reconhecem a atividade de acreditação do Inmetro”:

- “American Aerospace Quality Group” – AAQG (Grupo Americano de Qualidade Aeroespacial). “A AAQG é o grupo de fabricantes aeroespaciais que desenvolve requisitos específicos para sistemas da qualidade que devem ser implementados e mantidos pela cadeia completa de produção e suprimento de produtos fabricados para as aplicações existentes no setor aeroespacial” (INMETRO, 2009);
- “Program for the Endorsement of Forest Certification Schemes” – PEFC. (Programa para Endosso de Esquemas de Certificação Florestal). “O PEFC Council é uma organização não-governamental independente, sem fins lucrativos, fundada em 1999 que promove a gestão sustentável de florestas por meio da certificação independente de terceira parte, provendo mecanismo de garantia para compradores de madeira e produtos de papel” (INMETRO, 2009);
- “The Global Partnership for Good Agricultural Practice” – Globalgap (Parceria Global para Boas Práticas na Agricultura). “O GLOBALGAP é um organismo privado que estabelece normas voluntárias para a certificação de produtos agrícolas ao redor do globo” (INMETRO, 2009).

Também é relevante que embora o Inmetro não mantenha acordo com a “Asian-Pacific Laboratory Accreditation Cooperation” – APLAC (Cooperação de Acreditação de Laboratórios da Ásia-Pacífico) os certificados e relatórios emitidos pelos laboratórios acreditados pelo Inmetro são aceitos pelos organismos de acreditação daquela cooperação (INMETRO, 2009).

Tais reconhecimentos demonstram, por avaliações de terceiros independentes, a competência do Inmetro e que o Instituto adota no campo da acreditação normas e orientações que expressam princípios amplamente aceitos e dissemina para a sociedade normas empregadas pelos organismos de avaliação da conformidade, como a ABNT NBR ISO 9001 e a ABNT NBR ISO 14001, que contribuem para o cumprimento de sua missão de “Prover confiança à sociedade brasileira nas medições e nos produtos, através da metrologia e da avaliação da conformidade, promovendo a harmonização das relações de consumo, a inovação e a competitividade do País”.

7. Exemplos de Programas do Inmetro com requisitos sócio-ambientais

O Inmetro é a entidade gestora do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade - SBAC, sendo responsável pelo desenvolvimento e implantação de programas de avaliação da conformidade para produtos, serviços e processos de interesse da sociedade brasileira (Conmetro, 2010).

A Diretoria da Qualidade (Dqual) do Inmetro é responsável por coordenar a identificação das necessidades, a implementação e o aperfeiçoamento dos Programas de Avaliação da Conformidade (PAC) desenvolvidos no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade - SBAC. Seu negócio é implantar programas de avaliação da conformidade alinhados às políticas do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro) e às práticas internacionais, promovendo competitividade, concorrência justa e proteção à saúde e segurança do cidadão e ao meio ambiente. Seus públicos estratégicos são: o setor produtivo, as autoridades regulamentadoras e os consumidores. (Martinelli, 2009).

As demandas devem estar relacionadas aos seguintes requisitos: saúde, segurança e meio ambiente; fortalecimento da concorrência; fortalecimento das relações de consumo; balança comercial; programas do Governo Federal (Inmetro, 2010).

Se a demanda for viável, ela será tratada como voluntária, já que se restringem os programas compulsórios aos casos considerados estritamente necessários quanto a riscos elevados quanto à saúde, segurança e meio ambiente (Inmetro, 2010).

Os Programas de Avaliação da Conformidade serão desenvolvidos somente se os estudos de viabilidade técnica concluírem que a criação do Programa solucionará o problema existente (Inmetro, 2010).

A participação da Dqual na implantação de programas em conjunto com as autoridades regulamentadores deve estar condicionada ao compromisso da autoridade regulamentadora de obedecer às políticas e diretrizes do Sinmetro e seguir as práticas internacionais de avaliação da conformidade (Inmetro, 2010).

As demandas por programas de avaliação da conformidade surgem de diversas fontes, como demandas encaminhadas ao Inmetro e demandas oriundas de prospecção de rotina, que pode incluir articulação com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; análise dos relatos de participação em missões ao exterior; identificação de informações nos diversos meios de comunicação; etc.

A priorização das demandas inclui as seguintes etapas:

- A Diape - Divisão de Articulação Externa e Desenvolvimento de Projetos Especiais do Inmetro planeja e realiza pesquisa conforme metodologia aprovada pelo Conmetro, resultando na elaboração de minuta do Plano de Ação Quadrienal;
- A Diape apresenta a minuta de revisão do Plano de Ação Quadrienal ao Comitê Brasileiro de Avaliação da Conformidade - CBAC, para priorização e validação;

- A Diape apresenta a minuta de revisão do Plano de Ação Quadrienal validada pelo CBAC, ao Conmetro;
- A Diape envia o Plano de Ação Quadrienal, aprovado pelo Conmetro, para publicação no Diário Oficial da União (INMETRO, 2010).

Há também uma metodologia para inclusão de novas demandas pelo Inmetro (INMETRO, 2010).

Entre as questões estratégicas que são levadas em conta no processo encontra-se a Responsabilidade Social. A argumentação é que:

O exercício pelas empresas da sua Responsabilidade Social é um tema que vem sendo amplamente debatido em todos os setores da atividade produtiva. O consumidor, cada vez mais ciente de seu lugar dentro da cadeia de consumo, passa a exercer o papel de consumidor-cidadão, agente de transformação social. Demanda-se assim que as empresas revejam suas estratégias, incorporando uma postura ética e responsável junto a seus funcionários, fornecedores, consumidores, comunidade e meio ambiente, adotando modelos de gestão com Responsabilidade Social.

De outro lado, as nações, na permanente luta pela soberania e hegemonia, criam cada vez mais dispositivos para proteger seus mercados. No contexto mercadológico, a Responsabilidade Social ganha sentido de vantagem competitiva, valor agregado, diferencial estratégico. A tendência é que, com o tempo, torne-se requisito, podendo mesmo vir a se tornar uma barreira comercial (Conmetro, 2004).

O Inmetro, portanto, tem uma posição de liderança e de condução do processo de elaboração e implementação dos programas de avaliação da conformidade no âmbito do SBAC e a Responsabilidade Social é um aspecto importante que está inserido nesse contexto, como fica evidente em vários de seus programas.

Em termos de atuação interna, em 14 de julho de 2010 foi aprovada a Portaria Inmetro 278/2010 (Política, Princípios e Diretrizes de Segurança, Saúde Ocupacional, Ergonomia, Meio Ambiente e Responsabilidade Social)

que visa, entre outros objetivos, promover a gestão integrada da segurança, da saúde ocupacional, da ergonomia, do meio ambiente e da responsabilidade social, com vistas à integração com a gestão da qualidade.

Em termos de atuação externa destacamos a Portaria Inmetro n.º 374 de 17 de setembro de 2010 – Requisitos gerais para a sustentabilidade de processos produtivos (em discussão) que apresenta princípios, critérios e indicadores. Para uma rápida avaliação dessa Portaria, transcrevem-se abaixo os princípios mencionados:

Princípio 1 - Cumprimento da legislação - As atividades do processo produtivo devem atender às legislações federal, estadual e municipal em vigor.

Princípio 2. Racionalidade no uso dos recursos naturais - A organização deve promover o uso racional dos recursos naturais de modo a não ocasionar a sua exaustão.

Princípio 3 - Proteção, recuperação e conservação da biodiversidade - A organização deve realizar suas atividades de modo a minimizar os impactos negativos sobre a flora e a fauna, preservando ecossistemas locais e áreas de reserva legal.

Princípio 4 - Respeito às águas, ao solo e ao ar - As atividades do processo produtivo devem promover a conservação dos recursos hídricos, edáficos e atmosféricos.

Princípio 5 - Adoção de práticas que visem ao bem estar dos trabalhadores - A organização deve estabelecer e desenvolver ações de forma a propiciar o bem estar dos trabalhadores.

Princípio 6 - Desenvolvimento ambiental, econômico e social das regiões em que se insere as atividades do processo produtivo - Uma política de relacionamento com os trabalhadores e comunidades locais deve ser estabelecida pela organização de forma a propiciar benefícios sociais, ambientais e econômicos.

Princípio 7 - Desenvolvimento de ações para promoção da inovação tecnológica de forma a possibilitar crescimento econômico alinhado ao desenvolvimento social e preservação ambiental.

Além desses, há vários outros importantes, como: Sistema de Gestão Ambiental; Sistema de Gestão de Responsabilidade Social; Concessão de Florestas Públicas (que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável); Etiquetagem de Edifícios Comerciais, Públicos e de Serviços através do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel); Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (cujo objetivo é disponibilizar ao consumidor o consumo de combustível); Programa brasileiro de acessibilidade (que regulamenta os transportes coletivos de passageiros para a adaptação ao acesso de pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida, como idosos, obesos e gestantes); Motor para trator movido a óleo vegetal puro, desenvolvido em parceria com a Fiat Powertrain e Caminho da Escola (que padronizou ônibus escolares que circulam na zona rural).

Na

página

http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/correlatas.asp, há uma descrição dos seguintes programas com requisitos sócio-ambientais, que são transcritos a seguir:

- Programa Brasileiro de Certificação Florestal (CERFLOR);
- Produção Integrada de Frutas (PIF);
- Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE);
- Fibras Beneficiadas de Sisal;
- Programa Brasileiro de Certificação em Biocombustíveis;
- Educação para o Consumo;
- Certificação da Cachaça e
- Sistema de Gestão da Sustentabilidade para Meios de Hospedagem.

7.1. CERFLOR – Certificação Florestal

O CERFLOR foi desenvolvido no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC), e é gerenciado pelo Inmetro. A natureza do Programa é voluntária e aberta à participação das partes interessadas.

O CERFLOR avalia se as florestas plantadas ou nativas estão sendo manejadas de acordo com os requisitos estabelecidos pelas normas brasileiras, servindo como indicativo de que a matéria-prima e os produtos dela derivados provenham de uma floresta manejada de forma ecologicamente adequada, socialmente justa e economicamente viável.

Cada vez mais compradores de produtos florestais de diversas partes do mundo exigem a comprovação de que a matéria-prima de base florestal

provenha de fontes sustentáveis e, em função disso, passaram a considerar a certificação de manejo florestal e dos produtos derivados da floresta, conferida por terceira parte independente, como um requisito para a realização de negócios.

O CERFLOR segue estritamente as regras internacionais de normalização, avaliação da conformidade e acreditação de organismos atuantes nessa área. E o envolvimento direto da ABNT e do Inmetro, organizações reconhecidas na comunidade internacional, reforça substancialmente a iniciativa brasileira.

O Brasil obteve o reconhecimento internacional. Atualmente, 28 países têm o reconhecimento no fórum internacional devido, o Programa para Endosso da Certificação Florestal, “Programme for the Endorsement of Forest Certification” (PEFC). Este reconhecimento internacional implica em maior facilidade da inserção dos produtos brasileiros certificados nos mercados nacionais e internacionais, aumentando, assim, sua competitividade.

Os princípios de Manejo Florestal Sustentável do CERFLOR são:

- Cumprimento da legislação;
- Racionalidade no uso dos recursos florestais em busca da sua sustentabilidade;
- Zelo pela biodiversidade;
- Respeito às águas, solo, e ar, e;
- Desenvolvimento ambiental, econômico e social.

7.2. Certificação da Cadeia de Custódia

O CERFLOR contempla também a avaliação da Conformidade para Cadeia de Custódia para Produtos de Origem Florestal. Esta certificação visa prover maior confiabilidade de que o produto foi efetivamente confeccionado com matéria-prima florestal oriunda de florestas certificadas, significando que todas as etapas do processo de manufatura do produto final foram monitoradas.⁶⁶

7.3. PIF – Produção Integrada de Frutas

A Produção Integrada de Frutas - PIF é um Programa de Avaliação da Conformidade voluntário, desenvolvido pelo Inmetro em conjunto com o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que gera frutas de alta qualidade, priorizando a sustentabilidade, a aplicação de recursos naturais, a substituição de insumos poluentes, o monitoramento dos procedimentos e a rastreabilidade de todo o processo do programa, tornando-o economicamente viável, ambientalmente correto e socialmente justo.

O principal objetivo da PIF é substituir as práticas convencionais onerosas por um processo que possibilite: diminuição dos custos de produção, melhoria da qualidade, redução dos danos ambientais e aumento do grau de credibilidade e confiabilidade do consumidor em relação às frutas brasileiras.⁶⁷

⁶⁶ Para mais detalhes acesse: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/cerflor.asp>.

⁶⁷ Para mais detalhes acesse: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/pif.asp>.

7.4. Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE)

Em 1984, o Inmetro, de forma pioneira, iniciou a discussão com a sociedade sobre a questão da eficiência energética, com a finalidade de racionalizar o uso dos diversos tipos de energia no País, informando os consumidores sobre a eficiência energética de cada produto, estimulando-os a fazer uma compra consciente.

Este projeto, no seu início ligado a área automotiva, foi crescendo e ganhou status de Programa Brasileiro de Etiquetagem, atuando principalmente na área de produtos consumidores de energia elétrica.

Atualmente, o PBE é um amplo programa de eficiência energética coordenado pelo Inmetro em articulação com dois importantes parceiros: a Eletrobrás, através do Procel e a Petrobras, através do Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (Conpet). O PBE funciona com o estabelecimento de programas da Avaliação da Conformidade, cuja forma de evidenciar o atendimento a critérios estabelecidos em normas e regulamentos técnicos é a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE). A Etiqueta bastante conhecida pela população, classifica a eficiência energética dos produtos de A (mais eficiente) a E (menos eficiente), de forma a prestar informações úteis aos consumidores, que podem levar em consideração outros atributos, além do preço, na sua decisão de compra. A indústria, por sua vez, é estimulada a produzir equipamentos mais eficientes e competitivos.

Atualmente este Programa já tem desenvolvidos 31 programas de etiquetagem, prevendo o desenvolvimento de mais 5 a 10 programas para os

próximos 2 anos. Quando da crise energética brasileira, ocorrida no ano de 2001, o Governo Brasileiro decidiu estabelecer uma política nacional de eficiência energética para máquinas e aparelhos consumidores de energia, comercializados em nosso país.

Foi criado o Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética, com a função, entre outras, de elaborar regulamentação específica para cada tipo de aparelho e máquina consumidora de energia.

Este Comitê é formado por representantes dos seguintes Ministérios e Agências Reguladoras:

- Ministério de Minas e Energia, que o preside;
- Ministério da Ciência e Tecnologia;
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- Agência Nacional de Energia Elétrica;
- Agência Nacional do Petróleo;
- Um representante de universidade brasileira, especialista em matéria de energia e;
- Um cidadão brasileiro, especialista em matéria de energia.

A partir da publicação do decreto 4059 de 2001, o Inmetro, que de forma voluntária, estabelecia programas de etiquetagem, passou a ter a responsabilidade de estabelecer programas de avaliação da conformidade compulsórios na área de desempenho energético, tendo portanto papel fundamental na implementação da Lei de Eficiência Energética.⁶⁸

⁶⁸ Para mais detalhes acesse: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/eficiencia.asp>

7.5. Fibras Beneficiadas de Sisal

O Inmetro desenvolveu programa de certificação para Fibras Beneficiadas de Sisal, a fim de assegurar um novo padrão de qualidade à fibra beneficiada de sisal e o seu acesso aos mercados internacionais, com agregação de maior valor ao produto.

Além da especificação técnica, o Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro também atesta parâmetros sociais e ambientais do processo produtivo da fibra beneficiada, e em breve de fios e cordas.

O objetivo é promover a qualidade em todas as etapas da cadeia produtiva, de modo a aumentar a competitividade e atingir novos mercados, como os setores industriais automotivo, de eletroeletrônicos, químico, moveleiro e de material de construção.

O sisal brasileiro possui uma cadeia produtiva organizada e tem grande chance de melhorar sua participação no mercado internacional. O Brasil é o maior produtor e exportador mundial de sisal. A produção de artesanato do sisal gera trabalho e renda para milhares de pessoas, em especial para a população do Nordeste.

A Bahia responde hoje por 60% dos volumes mundiais do sisal, além de ser o maior produtor nacional, com volumes que alcançam 90%. O Estado reúne 10 exportadores, 12 indústrias e 80 batedeiras. O faturamento anual

baiano com a atividade é de US\$ 130 milhões, e o setor emprega 600 mil pessoas, direta e indiretamente, no semiárido baiano.⁶⁹

7.6. Programa Brasileiro de Certificação em Biocombustíveis

O Inmetro está desenvolvendo o Programa Brasileiro de Certificação de Biocombustíveis baseado em critérios técnicos preestabelecidos, contemplando a qualidade intrínseca do produto e o impacto socioambiental de seu processo produtivo.

O desenvolvimento do Programa visa contribuir para a superação de possíveis barreiras técnicas ao biocombustível brasileiro, facilitar o comércio exterior e o acesso a novos mercados, estimular a melhoria contínua de sua qualidade, minimizar o impacto socioambiental provocado pelo processo produtivo, tornar o etanol e o biodiesel brasileiros mais competitivos e valorizar a imagem do biocombustível brasileiro nos mercados interno e externo. Pretende-se, também, possibilitar que o Programa seja reproduzido em outros países emergentes que necessitem demonstrar a sua sustentabilidade, fator determinante para ampliar a oferta mundial e a consequente transformação do etanol em “commodity” internacional.

Assim, o Inmetro estabelece como objetivo principal a elaboração dos Regulamentos de Avaliação da Conformidade para Etanol e Biodiesel, com participação do setor produtivo, Ministérios, órgãos regulamentadores, meio acadêmico e organizações de exportadores.

⁶⁹

Para mais detalhes

acesse:

<http://www.inmetro.gov.br/qualidade/produtosvoluntarios/sisal.asp>

A minuta atual do Regulamento de Avaliação da Conformidade para Etanol estabelece princípios, critérios e indicadores relacionados às áreas social, ambiental, trabalhista e de produção. São ainda requeridos para as usinas critérios mínimos contidos nas NBR ISO 9001, 14001 e 16001.

Haverá ainda uma etiqueta indicando o fator de redução das emissões de gases provocadores do efeito estufa, relativamente aos combustíveis fósseis.

7.7. Educação para o consumo

O aperfeiçoamento das relações de consumo é a síntese da missão do Inmetro. Ao Inmetro compete atuar junto às duas vertentes das relações de consumo:

De um lado, o Inmetro, para promover a inserção competitiva e o avanço tecnológico do país, atua no sentido de melhorar continuamente a qualidade e a produtividade das empresas brasileiras, ou seja, torná-las cada vez mais competitivas, fator fundamental para sobrevivência e crescimento no mercado globalizado.

Do outro lado, das relações de consumo, o Inmetro atua na proteção do consumidor nos aspectos relacionados à verificação dos regulamentos no que se refere às unidades de medida, métodos de medição, medidas materializadas, instrumentos de medição e produtos pré-medidos.

A proteção ao consumidor se dá através da certificação compulsória de produtos que atesta a conformidade do produto, em especial quanto aos aspectos relacionados à saúde, segurança e meio ambiente.

Mais recentemente, o Inmetro vem atuando na orientação e educação dos consumidores, de forma a torná-los capacitados nas decisões de compras, uso e descarte de produtos, o que implica no exercício da cidadania.

Objetivando informar e educar consumidores e fornecedores quanto aos aspectos relacionados à qualidade de produtos e serviços, o Inmetro desenvolve o Programa de Análise de Produtos, implantou o Portal do Consumidor, trabalha na elaboração, divulgação, disponibilização e distribuição de material sobre avaliação da conformidade através de cartilhas e elaboração de material didático específico para formação de multiplicadores em Educação para o Consumo.

7.8. Curso de Multiplicadores em Educação para o Consumo

Desde a década de 90, o Inmetro tem empreendido ações visando a formação de um consumidor crítico, capaz de tomar adequadas decisões de compra e induzir a melhoria da qualidade da produção nacional, considerando que consumidores conscientes têm modificado a postura da indústria no mundo.

Contextualizar o consumo e repensar a produção, a partir das consequências que os produtos e seus processos de fabricação causam ao homem e ao meio ambiente, são preocupações atuais e urgentes.

Nesse sentido, o Inmetro criou o projeto Formação de Multiplicadores em Educação para o Consumo com a finalidade de formar multiplicadores desses conceitos, para atuação nas escolas, nas instituições de defesa do

consumidor, Organizações Não Governamentais (ONGs) e nas comunidades em geral.

O projeto é composto de um curso de 40 h/a que trata o consumo sob a ótica da Ética, do Meio Ambiente, da Saúde e Segurança, da Publicidade e do Direito do Consumidor.

Esses temas estão reunidos numa coleção desenvolvida pelo Inmetro, em parceria com Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), a partir da qual o curso se desenvolve.

Para mais detalhes acesse:
<http://www.inmetro.gov.br/qualidade/educacao.asp>.

7.9. Certificação da Cachaça

De acordo com RODAS (2005), a produção nacional de cachaça atinge cerca de 1,3 bilhões de litros anuais, gera uma receita próxima a US\$ 500 milhões e emprega 450 mil pessoas. É produzida em todas as regiões brasileiras, sendo a maior parte nos estados de São Paulo, Pernambuco, Ceará, Rio de Janeiro, Goiás, Minas Gerais e Santa Catarina. Atualmente, quase 15 milhões de litros são vendidos para mais de 60 países e a meta é aumentar o volume de exportações para 38 milhões de litros até 2010.

Por relevante, cabe registrar que, o setor da cachaça ainda tem um grande mercado para conquistar, pois, apesar de reunir 5 mil marcas e 40 mil produtores em todo o país, exporta apenas 1,3% do que produz. Em 2005, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

Exterior (MDIC), as exportações de cachaça e caninha cresceram pelo sétimo ano consecutivo, totalizando US\$ 12,484 milhões (Pizarro, 2006).

Face à existência deste enorme mercado mundial a ser explorado e a exigência cada vez maior com relação aos requisitos de qualidade e segurança, o MDIC solicitou ao Inmetro a elaboração de um programa de qualidade para a cadeia produtiva da cachaça.

A partir desta solicitação, o Inmetro vem desenvolvendo, dentro da Política Industrial do MDIC, estabelecida pelo Governo Federal, o Programa Nacional de Certificação da Cachaça (PNCC). Este programa é de caráter voluntário e tem como finalidade desenvolver a cadeia produtiva da cachaça, alavancando, assim, a exportação do produto.

Com o estabelecimento da parceria entre o Inmetro e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a cachaça foi inserida no Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade (PBAC), objetivando fornecer maior visibilidade à bebida no exterior e proporcionar aos produtores e envasadores que ainda apresentam uma tímida visibilidade no mercado melhores chances de competir com marcas já consagradas, tanto no mercado nacional como internacional.

Neste sentido, o Inmetro publicou, em 24 de junho de 2005, o Regulamento de Avaliação da Conformidade (RAC) de Cachaça, elaborado com referência à Lei 4.851, de 2 de outubro de 2003, que, à época da publicação do RAC, era uma das bases deste produto. Devido à publicação da IN nº 13, em 2005, o regulamento encontra-se, atualmente, em revisão para se adequar às novas exigências do MAPA.

O RAC de cachaça fornece as bases para que os Organismos de Avaliação da Conformidade (OAC) acreditados pelo Inmetro, para esse escopo, possam certificar os produtos que estão em acordo com o Regulamento. O programa estabelece, entre outros, requisitos de responsabilidade social, como a não utilização de mão-de-obra infantil e adolescente e boas condições de trabalho, além de requisitos de proteção ao meio ambiente e segurança. Também estão presentes neste programa, os limites máximos para os compostos frequentemente encontrados nas cachaças como: Carbamato de Etila, Metanol, Cobre entre outros.

O RAC estabelece que toda mão-de-obra utilizada deve estar regularizada com relação à legislação do país, não sendo permitida a utilização de mão-de-obra infantil ou adolescente em qualquer fase do processo da cadeia produtiva da cachaça, desde o plantio da cana-de-açúcar até a embalagem final do produto acabado.

Também devem existir instalações sanitárias e de alimentação de acordo com o número de funcionários. Elas devem ser mantidas limpas e contendo materiais específicos para o bom funcionamento desses ambientes.

O produtor deve fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados ao risco e em perfeito estado de conservação a seus funcionários nas etapas de campo e produção.

Visando um processo ambientalmente responsável, o descarte dos produtos, subprodutos ou embalagens não devem provocar risco de contaminação ao meio ambiente. O vinhoto, por exemplo, pode ser utilizado como composto orgânico para adubo, fertilizante ou alimentação animal. A

utilização de defensivos agrícolas e fertilizantes não é proibida, porém é necessário comprovar que sua utilização durante a produção da cana-de-açúcar não está poluindo o meio ambiente. Vale lembrar também que quando a Licença Ambiental for exigida, ela precisa estar sempre atualizada.

Outro ponto de destaque presente em todos os programas ligados à área alimentícia é a rastreabilidade do produto, fundamental para fornecer subsídios de segurança tanto para o comprador como para a indústria. Para o mercado a rastreabilidade fornece transparência e para o produtor, controle, visto sua capacidade de conseguir localizar e adequar um possível ponto falho no sistema produtivo. Essa condição é cada vez mais valorizada no mercado internacional, tornando-se ferramenta básica às exportações. O mercado nacional vem procurando incorporar essa ideia, principalmente, nos produtos alimentícios entendendo sua importância para manter o controle dos processos produtivos.

O produto certificado é identificado por meio do selo característico, que é apostado ou impresso no rótulo da cachaça, indicando que o produto está com um adequado nível de segurança e confiança no atendimento aos requisitos presentes no RAC.

Atualmente existem cinco organismos de avaliação da conformidade (OAC) acreditados para a certificação do produto e 29 marcas de cachaça já certificadas.

7.10. Sistema de Gestão da Sustentabilidade para Meios de Hospedagem

O Programa de Avaliação da Conformidade para Sistema de Gestão Sustentabilidade para Meios de Hospedagem tem foco nos aspectos socioculturais, ambientais e econômicos, através do mecanismo da Certificação voluntária, atendendo aos requisitos, visando o desempenho sustentável dos empreendimentos e a sua manutenção.

O Sistema de Gestão da Sustentabilidade soma-se aos demais modelos de sistemas de gestão estabelecidos, dentre os quais se tem, como principais referências, a NBR ISO 9001 (Sistema de Gestão da Qualidade), a NBR ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental) e a NBR 14900 (Sistema de Gestão da Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle, que trata da Segurança de Alimentos).

Com isso, os Meios de Hospedagem devem ser capazes de:

- Controlar os impactos ambientais no meio cultural;
- Contribuir ativamente para a conservação, a revitalização e a recuperação dos recursos naturais;
- Buscar resultados econômicos com ética, contribuindo para a justiça social e a valorização das culturas locais;
- Buscar a legitimidade política em termos de participação e transparência nos processos de decisão e representação comunitária;

- Interagir com os integrantes da cadeia produtiva do turismo de maneira a construir as condições operacionais para implementar sistemas de gestão da sustentabilidade do turismo com abrangências setorial e geográfica.

8. Características dos Programas de Sustentabilidade Corporativa (ISE Bovespa e DJSI World)

Serão analisados aqui os programas de Sustentabilidade Corporativa a partir dos Questionários ISE Bovespa e DJSI (ISE BOVESPA, 2010a) (ISE BOVESPA, 2010b) (DJSI, 2010). Maiores informações sobre este texto introdutório podem ser obtidas nos seus sites, respectivamente www.ces.fgvsp.br/gvces e www.sustainability-index.com.

Diversos índices vinculados a bolsas de valores procuram capturar as organizações que se destacam quanto à Sustentabilidade Corporativa. Entre estes o DJSI World, o FTSE4Good Index Series⁷⁰ e o ISE Bovespa.

Neste trabalho concentram-se os esforços na análise do ISE Bovespa 2008 e do DJSI World 2008, por serem esses os índices mais relevantes no Brasil, focando aspectos ambientais e questões que tenham impacto sobre tais aspectos.

Para melhor contextualização analisam-se os Questionários para listagem no “Dow Jones Sustainability World Index – Electric Energy” – 2010

⁷⁰ Ver <http://www.ftse.com/index.jsp>.

(como mero exemplo, já que as questões aqui abordadas independem do setor) e no ISE Bovespa 2010, a partir de seus aspectos gerais, focando-se a seguir os ambientais.

O processo através do qual esses índices selecionam as empresas é a análise de documentos elencados e das respostas a questões que compõem esses questionários. Adicionalmente as empresas selecionadas passam a ser monitoradas através do acompanhamento de informações de domínio público e de suas reações a condições adversas, como por exemplo, acidentes ambientais.

As questões dos índices mencionados são apresentadas de acordo com a seguinte classificação: econômico-financeira, ambiental e social, conforme o conceito do “triple bottom line”. Adicionalmente o ISE Bovespa inclui as dimensões geral, governança corporativa, natureza do produto e mudanças climáticas. Parte-se do envolvimento do Conselho de Administração, da Presidência e Diretorias, e, através de detalhamentos sucessivos, questionam-se políticas, gestão, desempenho e cumprimento legal.

O ISE Bovespa tem também a particularidade, a partir de 2008, de ter questionários específicos para diversos setores, a saber:

- Grupo A - Aspecto Ambiental Crítico: Recursos Naturais Renováveis;
- Grupo B - Aspecto Ambiental Crítico: Recursos Naturais não Renováveis;
- Grupo C - Aspecto Ambiental Crítico: Matérias Primas e Insumos;

- Grupo D - Transporte e Logística;
- Grupo E – Serviços;
- Grupo IF - Serviços Financeiros.

Neste trabalho, por uma questão de simplificação, analisa-se o questionário relativo ao Grupo A, cujos produtos são: cervejas e refrigerantes; cigarro e fumo; madeira, papel e celulose; água e saneamento e energia elétrica (geração e transmissão). É de se notar que os questionários relativos aos Grupos A, B, C, D e E são muito semelhantes.

A aparente simplicidade dos questionários ISE Bovespa e DJSI World, impressão que se obtém principalmente de sua leitura fragmentada, esconde, no entanto, sua real complexidade. A classificação tal qual apresentada não deixa claro a complexidade das exigências do ISE Bovespa e do DJSI World, podendo a candidatura a um desses dois índices ser confundida com um simples preenchimento de questionário, quando na realidade um enorme trabalho de base precisa ser feito, sendo a listagem uma mera consequência deste e não um fim em si mesma. Se vista dessa última forma, pode-se provocar uma “corrida à listagem” semelhante à “corrida à certificação” descrita por Morrison et. al. (2000).

De fato, uma análise mais detalhada, como será visto, revela que o atendimento a esses dois índices exigiria a incorporação do enfoque sistêmico, onde as ações não são analisadas de forma pontual, mas como uma consequência do envolvimento da Alta Administração, do estabelecimento de políticas e do seu desdobramento sucessivo até o nível de indicadores

operacionais. Mais do que isso, é necessária a incorporação de valores nas organizações, tais como transparência, gestão ambiental e social introjetada em toda a organização, busca da excelência empresarial, podendo, conseqüentemente, ser necessária mudança de cultura organizacional.

Assim, a partir da classificação original das questões nas dimensões econômico-financeira, ambiental e social (e nas dimensões geral, governança corporativa, natureza do produto e mudanças climáticas no caso do ISE Bovespa) reorganizam-se, a título de exemplo, algumas questões em um formato mais apropriado à preparação de uma organização para adequação a esses critérios de sustentabilidade.

Essa nova organização parte da constatação da visão sistêmica dos questionários onde as ações não são tratadas de forma pontual, mas, como dito, como decorrência da implementação de políticas e seus desdobramentos sucessivos. Tal abordagem, além de tornar mais consistentes os resultados, permite focar os esforços gerenciais, de modo que os objetivos sejam atingidos com mais eficiência.

Para a implementação da visão sistêmica é necessário a sua institucionalização, através do envolvimento da Alta Administração, o que é uma tarefa complexa principalmente para grandes grupos organizacionais.

Nos exemplos de questões que seguem manteremos as seguintes abreviações utilizadas pelo ISE Bovespa em relação às suas questões:

- GER se refere à parte do questionário denominada Dimensão Geral e;
- AMB se refere à parte do questionário denominada Dimensão Ambiental,

sendo que, em ambos os casos a numeração que vem a seguir é o número da pergunta no questionário.

8.1. Exemplos de questões do ISE Bovespa e DJSI World relacionadas ao envolvimento da Alta Administração

A necessidade de envolvimento da Alta Administração para a implementação da Sustentabilidade Corporativa é reconhecida no Questionário ISE Bovespa, conforme transcrição abaixo:

ISE Bovespa 2010 Questionário Base:

GER 4. A companhia possui uma diretoria que se reporte diretamente à alta direção da companhia (primeiro escalão) e com atribuição de tratar questões relativas à sustentabilidade?

GER 3. A companhia possui um Comitê de Sustentabilidade ou de Responsabilidade Empresarial formalmente estabelecido?

Esta pergunta refere-se à existência e efetividade de instâncias, formalmente estabelecidas, de alto nível hierárquico e com autoridade sobre as várias áreas da companhia, voltadas à concretização do seu compromisso com o desenvolvimento sustentável. Atenção para a documentação requerida abaixo, para comprovação da alternativa (c).

GER 5. A companhia tem instrumento formal estabelecendo que suas políticas e procedimentos relativos à sustentabilidade sejam observados em todas as suas unidades e controladas, independentemente dos países em que se localizem ou atuem?

Comprovação: Documento oficial da companhia, aprovado pela alta direção, que demonstre que a política é a base para ações efetivas de gestão.

ISE Bovespa 2010 Questionário Dimensão Ambiental:

AMB-A 2. Indique para quais níveis hierárquicos da companhia há atribuições ambientais específicas na descrição formal das funções (“job description”):

NÍVEL HIERÁRQUICO	Sim	Não	N/A
a) CEO			
b) Vice-presidente			
c) Diretores			
d) Gerências operacionais			
e) Coordenadores / encarregados			
f) Demais funcionários			

8.2. Exemplos de questões do ISE Bovespa e DJSI World relacionadas ao Planejamento Estratégico

A necessidade de inserção da Sustentabilidade Corporativa no Planejamento Estratégico para a sua implementação é reconhecida no Questionário ISE Bovespa, conforme transcrição abaixo:

ISE Bovespa 2010 Questionário Base:

GER 1. O compromisso com o desenvolvimento sustentável está formalmente inserido na estratégia da companhia?

GER 1.2. Se SIM para a PERGUNTA 1, este compromisso está formalmente expresso:

P a) Na Visão

P b) Na Missão

P c) Nos objetivos e metas de desempenho socioambiental assumidos em documento público e formal

P d) No Código de Conduta que explicita valores e princípios que norteiam a operação da companhia

8.3.Exemplos de questões do ISE Bovespa e DJSI World relacionadas à necessidade do estabelecimento de políticas

A necessidade do estabelecimento de políticas relativas à Sustentabilidade Corporativa para a sua implementação é reconhecida no Questionário ISE Bovespa, conforme transcrição abaixo:

ISE Bovespa 2010 Questionário Base:

GER 5. A companhia tem instrumento formal estabelecendo que suas políticas e procedimentos relativos à sustentabilidade sejam observados em todas as suas unidades e controladas, independentemente dos países em que se localizem ou atuem? Comprovação: Documento oficial da companhia, aprovado pela alta direção, que demonstre que a política é a base para ações efetivas de gestão. (A mesma fundamentação foi utilizada também para o tópico 9.1).

ISE Bovespa 2010 Questionário Ambiental

AMB-A 1. A companhia possui uma política ambiental cujas diretrizes são refletidas nos processos de planejamento e gestão da companhia?

AMB-A 1.1. Se SIM para a PERGUNTA 1, quais mecanismos são utilizados para verificação do nível de conhecimento e comprometimento do público interno em relação a política ambiental?

8.4.Exemplos de questões do ISE Bovespa e DJSI World relacionadas à necessidade de conscientização e treinamento

A necessidade do estabelecimento de programas de conscientização e treinamento relativos à Sustentabilidade Corporativa para a sua implementação é reconhecida no Questionário ISE Bovespa, conforme transcrição abaixo:

ISE Bovespa 2010 Questionário Base:

GER 1. O compromisso com o desenvolvimento sustentável está formalmente inserido na estratégia da companhia?

GER 1.4. Se SIM para a PERGUNTA 1, a companhia mantém programa estruturado de sensibilização e educação sobre o tema?

GER 1.4.1. Se SIM para a PERGUNTA 1.4, este programa efetivamente atinge:

P a) Público interno em geral

P b) Público interno em nível gerencial

P c) Fornecedores em geral

P d) Todos os fornecedores críticos

P e) Consumidores e/ou clientes

P f) Outras partes interessadas além das mencionadas acima

P g) Nenhuma das anteriores

GER 1.4.3. Se SIM para a PERGUNTA 1.4, no último ano o valor investido neste programa supera 0,01% da receita bruta da companhia?

8.5.Exemplos de questões do ISE Bovespa e DJSI World relacionadas à implementação de Sistemas de Gestão e implementação de procedimentos

A necessidade de Sistemas de Gestão relativos à Sustentabilidade Corporativa para a sua implementação é reconhecida no Questionário ISE Bovespa, conforme transcrição abaixo:

ISE Bovespa 2010 Questionário Ambiental

AMB-A 10. Indique o percentual (%) da produção (em volume/peso/unidade de medida pertinente) oriundo de processos cobertos por sistemas de gestão (ambiental; de saúde e segurança do trabalhador e responsabilidade social), certificados por Organismo Certificador Credenciado (OCC):

% DA PRODUÇÃO	SGA	SGSST	Certificação Florestal	SA 8000
a) 0				
b) > 0% e ≤ 40%				
c) > 40% e ≤ 70%				
d) > 70% e ≤ 90%				
e) > 90% e < 100%				
f) 100%				
g) Não se aplica				

Devem ser considerados para esta questão as certificações ISO 14001 (SGA) e OHSAS 18001 (SGSST) ou certificações de terceira parte equivalentes. Neste sentido, serão considerados equivalentes os sistemas e certificações que, dentro dos respectivos temas (meio ambiente, saúde e segurança no trabalho ou responsabilidade social), contemplem, no mínimo, os seguintes requisitos: tenham por base um modelo de gestão sistêmico, baseado no PDCA...; (iv) requeiram mecanismos de conscientização e treinamento dos envolvidos...; No caso da certificação florestal serão aceitas tanto a certificação FSC quanto a certificação CERFLOR. No caso das certificações relacionadas à responsabilidade social, ainda que os sistemas e requisitos não sejam integralmente compatíveis, tanto a SA 8000 como a ABNT NBR 16001.

AMB-A 7. Indique o percentual dos processos e atividades da companhia, considerados potencial ou efetivamente geradores de impactos

ambientais significativos, que é orientado por procedimentos operacionais específicos.

Sob o título “Environmental Policy/Management System” (Política Ambiental/Sistema de Gestão), o DJSI World aborda questões sobre sistemas de gestão ambiental semelhantes às questões do ISE Bovespa.

8.6.Exemplos de questões do ISE Bovespa e DJSI World relacionadas ao desenvolvimento de relatórios de sustentabilidade

A necessidade de elaboração e divulgação de Relatórios de Sustentabilidade relativos à Sustentabilidade Corporativa é reconhecida no Questionário ISE Bovespa, conforme transcrição abaixo:

ISE Bovespa 2010 Questionário Base:

GER 12. No último ano, a companhia publicou Relatório de Sustentabilidade?

Este relatório deve necessariamente apresentar um equilíbrio entre o desempenho nos aspectos ambiental, econômico e social.

GER 12.1. Se SIM para a PERGUNTA 12, este relatório é parte integrante do principal relatório corporativo (Relatório Anual)?

GER 12.2. Se SIM para a PERGUNTA 12, este relatório é elaborado seguindo padrões internacionalmente aceitos?

De acordo com as diretrizes da GRI?

GER 12.3. Se SIM para a PERGUNTA 12, neste relatório é possível encontrar:

P a) Apresentação de todas as organizações sujeitas ao controle ou à influência significativa da companhia (controladas, coligadas, subsidiárias, joint ventures e etc.)

P b) Temas e desafios, atuais e futuros, relacionados à sustentabilidade do setor em que atua, especialmente aqueles apontados por terceira parte (parceiros, governo, concorrência, etc.)

P c) Demonstração de conformidade com as normas, leis, acordos internacionais, mandatórios ou voluntários com importância estratégica para a companhia e suas partes interessadas

P d) Externalidades negativas provocadas à sociedade e ao meio ambiente decorrentes do uso do seu produto, serviço ou atividade (considerando-se o princípio da materialidade)

P e) Todas as informações requeridas no modelo de Balanço Social recomendado pelo IBASE

P f) Parecer de auditoria independente sobre a verificação de todo seu conteúdo (não apenas das Demonstrações Contábeis, Financeiras, Balanço Patrimonial, etc.)

P g) Todas as informações da norma NBC-T-15

GER 12.4. Se SIM para a PERGUNTA 12, assinale na tabela abaixo caso este relatório contenha as informações sobre as metas assumidas e sua prestação de contas:

	Assume metas	Presta conta	N/A
a) Ambiental			
b) Social			
c) Econômico			

GER 12.5. Se SIM para a PERGUNTA 12, assinale as alternativas que caracterizam o processo de engajamento realizado pela companhia para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade: ...

GER 12.6. Se SIM para a PERGUNTA 12, o relatório foi:

P a) Integralmente disponibilizado em mais de um idioma, além do português

P b) Divulgado em versão adaptada especificamente a partes interessadas que têm necessidades específicas de acessibilidade

P c) Divulgado em versões adicionais, que visem sua compreensão e estimulem sua leitura pelas diferentes partes interessadas, considerando suas peculiaridades e interesses específicos

GER 12.7. Se SIM para a PERGUNTA 12, existe envolvimento direto dos administradores da companhia na definição do Relatório de Sustentabilidade?

GER 13. A companhia acompanha sistematicamente seus indicadores de sustentabilidade, independente de demandas específicas?

GER 13.3. Se SIM para a PERGUNTA 13, os indicadores de sustentabilidade são publicados em área de livre acesso do “website” da companhia?

8.7.Exemplos de questões do ISE Bovespa e DJSI World relacionadas a compromissos voluntários amplamente legitimados

Entende-se por Compromissos Voluntários Amplamente Legitimados, o conceito expresso no Questionário ISE Bovespa, ou seja, “Convenções ou acordos estabelecidos no âmbito nacional ou internacional por meio de processos abertos à participação livre e voluntária de instituições representativas das partes interessadas no compromisso das companhias com a Sustentabilidade. Visam o Desenvolvimento Sustentável e/ou a Responsabilidade Empresarial. São exemplos deste tipo de compromisso: Pacto Global instituído pela ONU e a Declaração da OCDE sobre Investimento Internacional e Empresas Multinacionais. A adoção de metodologias relacionadas à gestão ou ao desempenho em temas relacionados à Sustentabilidade (mesmo que certificáveis ou amplamente reconhecidas no Brasil ou no exterior) não deve ser confundida com adesão a compromissos aqui referida. Mais informações em www.oecd.org e www.unglobalcompact.org”.

A importância de adesão a Compromissos Voluntários Amplamente Legitimados é reconhecida no Questionário **ISE Bovespa Questionário Base**, conforme transcrição abaixo:

GER 2. A companhia aderiu formal e publicamente a compromissos voluntários amplamente legitimados, relacionados ao desenvolvimento sustentável, comprometendo todas suas unidades, bem como todas suas subsidiárias ou controladas?

Obs.: Os documentos citados da ONU e da OCDE não se aplicam a entidades governamentais.

8.8.Exemplos de questões substantivas do ISE Bovespa e DJSI

World relacionadas a mudanças climáticas e à biodiversidade

Observação inicial: O relatório do ISO COPOLCO (ISO COPOLCO, 2002) faz distinção entre componentes de processos e de sistemas de gestão e componentes substantivos, conforme transcrição abaixo:

“É claro que a RSE / TBL tem tanto componentes substantivos como componentes de processo e de sistemas de gestão. Ou seja, pertencem a CSR / TBL questões substantivas, tais como o que constitui um salário que atenda às necessidades básicas de um trabalhador, ..., bem como questões de processo / sistemas de gestão tais como a forma de operacionalizar e medir os impactos das atividades de uma organização ...”.

A necessidade de tratar questões substantivas críticas como mudanças climáticas e biodiversidade é reconhecida nos Questionário ISE Bovespa e DJSI World, conforme abaixo:

O DJSI World dedica o capítulo 2.5 à Estratégia do Clima (“Climate Strategy”) e o capítulo 2.4 à Biodiversidade (“Biodiversity”).

Por sua vez: o ISE Bovespa dedica o indicador 7 a “Compromisso Global: Mudanças Climáticas e Biodiversidade”. Deste capítulo, a título de exemplo, destacamos do questionário ISE Bovespa:

AMB-A 15. A companhia participa de iniciativas públicas ou privadas que tenham por objetivo a execução de boas práticas de gestão de emissões de GEE?

AMB-A 16. A companhia elaborou inventário de emissões de GEE por tipo de gás e o mantém atualizado?

AMB-A 21. A companhia apoia a conservação e o uso racional dos recursos da biodiversidade conforme preconiza a Convenção das Nações Unidas sobre Biodiversidade?

9. Características desejáveis de um programa de Sustentabilidade Corporativa

Embora não haja definição e metodologia de implementação única e prescritiva de Sustentabilidade Corporativa é comum vincular, em maior ou menor grau, os programas de Sustentabilidade Empresarial à existência de uma cultura de Responsabilidade Social, ao enfoque sistêmico, à implementação de sistemas de gestão (meio ambiente, segurança e saúde ocupacional), à prática de “prestação de contas” (“accountability”) e, diretamente relacionado a este último aspecto, à elaboração e divulgação de relatórios de sustentabilidade corporativa. Isto pode ser visto, por exemplo, nos

questionários de índices de Sustentabilidade Empresarial ISE Bovespa e DJSI World Index, tomados aqui meramente como referências conceituais, já que não se aplicam ao Inmetro.

A partir da análise dos questionários ISE Bovespa e DJSI World, conforme apresentado no capítulo anterior, assim como do estudo de outros documentos importantes, como a ABNT NBR ISO 26000:2010, pode-se concluir as características desejáveis de um programa de Sustentabilidade Corporativa. Estas características estão elencadas a seguir, assim como a sua fundamentação, esta apresentada através da reprodução de trechos relevantes dos documentos citados.

Observe-se que algumas afirmações de documentos importantes fundamentam mais de uma característica desejável.

9.1. Para a implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa é conveniente criar a cultura da Responsabilidade Social

Fundamentação:

- A criação de uma cultura de responsabilidade social na organização pode levar bastante tempo, mas a perseverança e o trabalho a partir de valores e culturas já existentes têm se mostrado eficazes em muitas organizações (ABNT NBR ISO 26000, 2010);
- Para algumas organizações, em que valores e cultura já estão estreitamente alinhados com os da responsabilidade social, o processo de integração pode ser bastante direto (ABNT NBR ISO 26000, 2010).

9.2. Para a implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa é conveniente implementar o enfoque sistêmico

Fundamentação:

Tópico 8.5 do capítulo anterior (“Características dos Programas de Sustentabilidade Corporativa, ISE Bovespa e DJSI World”).

Adicionalmente são também relevantes as seguintes transcrições:

- “Convém que todas as organizações coloquem em vigor processos, sistemas, estruturas ou outros mecanismos que possibilitem a aplicação dos princípios e práticas de responsabilidade social” (ABNT NBR ISO 26000, 2010, 6.2.3.1);
- “Muitas organizações têm efetuado “análises” ou “auditorias” ambientais para avaliar seu desempenho ambiental. Por si só, entretanto, tais “análises” ou “auditorias” podem não ser suficientes para proporcionar a uma organização a garantia de que seu desempenho não apenas atenda, mas continuará a atender, aos requisitos legais e aos de sua política. Para que sejam eficazes, é necessário que esses procedimentos sejam realizados dentro de um sistema da gestão estruturado que esteja integrado na organização” (ABNT NBR ISO 14001, 2004).

9.3. Para a implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa é conveniente o envolvimento da Alta Administração

Fundamentação:

Tópico 8.1 do capítulo anterior (“Características dos Programas de Sustentabilidade Corporativa, ISE Bovespa e DJSI World”).

Adicionalmente são também relevantes as seguintes transcrições:

- Convém que o comprometimento e a compreensão comecem pela alta direção da organização. A compreensão dos benefícios da responsabilidade social para a organização pode desempenhar um papel fundamental no comprometimento da liderança da organização. Portanto, é recomendado que sejam feitos esforços para que a liderança da organização atinja uma compreensão profunda das implicações e benefícios da responsabilidade social (ABNT NBR ISO 26000, 2010);
- Para assegurar sucesso, um passo inicial no estabelecimento ou aprimoramento de um sistema de gestão ambiental envolve a obtenção do comprometimento da alta administração da organização, para aprimorar a gestão ambiental de suas atividades, produtos e serviços (ABNT NBR ISO 14004, 2007);
- O sucesso de um sistema depende do comprometimento de todos os níveis e funções e especialmente da Alta Administração. (ABNT NBR ISO 14001, 2004).

Citação de relatório do ISO COPOLCO (2002):

Business for Social Responsibility (BSR), afirma que, 'embora não haja uma definição única e comumente aceita de RSE, este conceito geralmente se refere à tomada de decisões empresariais ligadas a valores éticos, respeito aos instrumentos legais, às pessoas, às comunidades e ao meio ambiente'. Mais especificamente, a BSR define a RSE como: a operação de um negócio de uma forma que atenda ou exceda às expectativas éticas, legais, comerciais e públicas que a sociedade tem do negócio. RSE é vista pelas empresas líderes como mais do que uma coleção de práticas discretas, gestos ocasionais ou iniciativas motivadas por marketing, relações públicas ou outros benefícios comerciais. Pelo contrário, é vista como um conjunto abrangente de políticas, práticas e programas que são integrados em todas as operações de negócios e processos de decisão e que são apoiados e recompensados pela alta administração (grifo nosso) (ISO COPOLCO, 2002).

9.4. Para a implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa é conveniente sua inserção no Planejamento Estratégico

Fundamentação:

Tópico 8.2 do capítulo anterior ("Características dos Programas de Sustentabilidade Corporativa, ISE Bovespa e DJSI World").

Adicionalmente são também relevantes as seguintes transcrições:

"Convém que uma organização determine sua direção, tornando a responsabilidade social parte integrante de suas políticas, cultura organizacional, estratégias, estruturas e operações. Algumas formas de fazê-lo são:

- incluir nas aspirações ou declaração de visão da organização referências ao modo como pretende-se que a responsabilidade social influencie suas atividades;
- incorporar em seu propósito ou declaração de missão referências específicas, claras e concisas a aspectos importantes de responsabilidade social, inclusive os princípios e questões de responsabilidade social que ajudam a determinar a *modus operandi* da organização" (ABNT NBR ISO 26000, 2010).

9.5. Para a implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa é conveniente o estabelecimento de políticas relativas à sustentabilidade e seus desdobramentos sucessivos, de forma a que haja uma atuação coerente da organização.

Fundamentação:

Tópico 8.3 do capítulo anterior (“Características dos Programas de Sustentabilidade Corporativa, ISE Bovespa e DJSI World”).

Adicionalmente são também relevantes as seguintes transcrições:

“Convém que uma organização determine sua direção, tornando a responsabilidade social parte integrante de suas políticas, cultura organizacional, estratégias, estruturas e operações. Algumas formas de fazê-lo são:

- incluir a responsabilidade social como um elemento essencial na estratégia da organização por meio de sua integração nos sistemas, políticas, processos e comportamento em processos decisórios; e
- traduzir, em objetivos organizacionais gerenciáveis com estratégias, processos e prazos, as prioridades de ação nos temas centrais e questões. Convém que os objetivos sejam específicos e mensuráveis ou verificáveis” (ABNT NBR ISO 26000, 2010).

“Uma forma importante e eficaz de integrar a responsabilidade social em toda a organização é por meio da governança da organização, sistema pelo qual suas decisões são tomadas e implementadas em busca de seus objetivos” (ISO DIS/26000, 2010).

“Convém que todas as organizações coloquem em vigor processos, sistemas, estruturas ou outros mecanismos que possibilitem a aplicação dos princípios e práticas de responsabilidade social”. (ABNT NBR ISO 26000, 2010, 6.2.3.1).

9.6. Para a implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa é conveniente a sua internalização por toda a organização

Fundamentação:

Em relação a este tópico são relevantes as seguintes transcrições:

- “Convém que a responsabilidade social seja parte integrante da principal estratégia organizacional, com *accountability* em todos os níveis apropriados da organização, e que esteja refletida nos processos decisórios e seja levada em consideração na implementação das atividades.” (ABNT NBR ISO 26000, 2010, 3.3.4)
- “O sucesso de um sistema depende do comprometimento de todos os níveis e funções e especialmente da Alta Administração”. (ABNT NBR ISO 14001, 2004)

Citação de Relatório do ISO COPOLCO (2002)⁷¹:

Business for Social Responsibility (BSR), afirma que, "embora não haja uma definição única e comumente aceita de RSE, este conceito geralmente se refere à tomada de decisões empresariais ligadas a valores éticos, respeito aos instrumentos legais, às pessoas, às comunidades e ao meio ambiente". Mais especificamente, a BSR define a RSE como: a operação de um negócio de uma forma que atenda ou exceda às expectativas éticas, legais, comerciais e públicas que a sociedade tem do negócio. RSE é vista pelas empresas líderes como mais do que uma coleção de práticas discretas, gestos ocasionais ou iniciativas motivadas por marketing, relações públicas ou outros benefícios comerciais. Pelo contrário, é visto como um conjunto abrangente de políticas, práticas e programas que são integrados em todas as operações de negócios e processos de decisão e que são apoiados e recompensados pela alta administração (ISO COPOLCO, 2002).

Relatório ISO COPOLCO⁷², I.2 Definição de Responsabilidade Social Corporativa

“Todas as definições parecem girar em torno do conceito de "triple-bottom line" (TBL), que é um contexto para medição e relato de desempenho corporativo em relação a parâmetros econômicos, sociais e ambientais. Tanto a RSE como a TBL reconhecem que a tomada de decisões está ligada a: valores éticos, respeito ao espírito

⁷¹ ISO COPOLCO, op. cit.

⁷² ISO COPOLCO, op. cit.

e à letra da lei e respeito às pessoas, às comunidades e ao meio ambiente. Vários pontos importantes emergem

(1) ...

(4) transparência, relato e responsabilização (“accountability”), divulgação pública, participação significativa dos interessados e comunicação são as principais características; e

(5) uma abordagem integrada, coerente, consistente e abrangente de processos e desempenho é essencial.” (ISO COPOLCO, 2002).

ABNT NBR ISO 26000 – Responsabilidade social - “Responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente que:

- contribua para o desenvolvimento sustentável, inclusive a saúde e o bem-estar da sociedade,
- leve em consideração as expectativas das partes interessadas;
- esteja em conformidade com a legislação aplicável e seja consistente com as normas internacionais de comportamento; e
- esteja integrada em toda a organização e seja praticada em suas relações”. (ABNT NBR ISO 26000, 2010).

9.7. Para a implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa é conveniente implementar um amplo programa de conscientização e treinamento.

Fundamentação:

Tópico 8.4 do capítulo anterior (“Características dos Programas de Sustentabilidade Corporativa, ISE Bovespa e DJSI World”).

Adicionalmente são também relevantes as seguintes transcrições:

“A construção da responsabilidade social em todos os aspectos de uma organização envolve comprometimento e compreensão em todos os níveis da organização. Nos estágios iniciais dos esforços de uma organização relacionadas à responsabilidade social, convém que o foco na formação da conscientização esteja no aumento da compreensão dos aspectos da responsabilidade social, incluindo princípios, temas e questões centrais”. (ABNT NBR ISO 26000, 2010, 7.4.1 - Ampliando a conscientização e formando competência para a responsabilidade social, tradução livre)

“Competência, treinamento e conscientização – A alta administração tem a responsabilidade-chave de criar a conscientização e a

motivação dos empregados, por meio da explicação dos valores ambientais da organização, da comunicação do seu comprometimento com a política ambiental e do encorajamento de todas as pessoas que trabalhem para a organização ou atuem em seu nome, a aceitarem a importância de se atingirem os objetivos e metas ambientais pelos quais as pessoas são responsáveis ou sobre os quais prestam contas. O comprometimento de cada indivíduo, no contexto dos valores ambientais compartilhados, é o que transforma um sistema de gestão ambiental apenas escrito em um processo eficaz” (ABNT NBR ISO 14004, 2007, 4.4.2)

9.8. Para a implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa é conveniente explicitar o compromisso global com a sustentabilidade através da adoção de princípios internacionalmente aceitos e expressos e adotar instrumentos internacionalmente aceitos, capazes de conferir a necessária credibilidade em nível mundial aos esforços da organização, tais como normas internacionalmente aceitas.

Fundamentação:

Tópico 8.2 do capítulo anterior (“Características dos Programas de Sustentabilidade Corporativa, ISE Bovespa e DJSI World”).

Adicionalmente são também relevantes as seguintes transcrições:

“Convém que as organizações pautem seu comportamento em normas, diretrizes ou regras de conduta que esteja em conformidade com os princípios aceitos de uma conduta correta no contexto de situações específicas, mesmo quando essas situações representarem um desafio à organização.” (ABNT NBR ISO 26000, 2010, tradução livre)

9.9. Para a implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa é conveniente tornar públicos Relatórios de Sustentabilidade elaborados de acordo, por exemplo, com as “Guidelines” da GRI e submetê-los a verificações externas.

Fundamentação:

Tópico 8.6 do capítulo anterior (“Características dos Programas de Sustentabilidade Corporativa, ISE Bovespa e DJSI World”).

Adicionalmente são também relevantes as seguintes transcrições:

ABNT NBR ISO 26000:2010: sete princípios a serem seguidos: “accountability” (responsabilização com prestação de contas), transparência, comportamento ético, respeito pelos interesses das partes interessadas, respeito pelo estado de direito, respeito pelas normas internacionais de comportamento e respeito pelos direitos humanos (ABNT NBR ISO 26000, 2010).

Relatório ISO COPOLCO (2002)⁷³, I.2 Definição de Responsabilidade Social Corporativa

“Todas as definições parecem girar em torno do conceito de “triple-bottom line” (TBL), que é um contexto para medição e relato de desempenho corporativo em relação a parâmetros econômicos, sociais e ambientais. Tanto a RSE como a TBL reconhecem que a tomada de decisões está ligada a: valores éticos, respeito ao espírito e à letra da lei e respeito às pessoas, às comunidades e ao meio ambiente. Vários pontos importantes emergem

(1) ...

(4) transparência, relato e responsabilização (“accountability”), divulgação pública, participação significativa dos interessados e comunicação são as principais características; e

(5) uma abordagem integrada, coerente, consistente e abrangente de processos e desempenho é essencial.”

⁷³ ISO COPOLCO, op. cit.

Além disso, conforme afirma o FGV CVces “A diretriz da GRI é a metodologia mais difundida e adotada atualmente para a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade em todo o mundo”⁷⁴.

9.10. Para a implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa é conveniente abordar questões substantivas como mudanças climáticas e biodiversidade

Fundamentação:

Tópico 8.8 do capítulo anterior (“Características dos Programas de Sustentabilidade Corporativa, ISE Bovespa e DJSI World”).

Observe-se que o Questionário ISE Bovespa dedica uma de suas “dimensões” apenas a mudanças climáticas, composta de 16 perguntas, além de seus desmembramentos e citações dos indicadores correspondentes da GRI – e do – Carbon Disclosure Project (CDP)⁷⁵ (Projeto de Divulgação de Carbono).

⁷⁴ Ver <http://www.ces.fgvsp.br/gvces/index.php?page=Conteudo&id=33>.

⁷⁵ Ver www.cdproject.net.

10. Análise da situação atual do Inmetro quanto à implementação de um Programa de Sustentabilidade Corporativa

Conforme visto detalhadamente no capítulo “Exemplos de programas do Inmetro com requisitos sócio-ambientais”, o Inmetro tem uma posição de liderança e de condução do processo de elaboração e implementação dos programas de avaliação da conformidade no âmbito do SBAC, sendo que entre as questões estratégicas que são levadas em conta encontra-se a Responsabilidade Social.

Além disso, nessa área, o Inmetro tem atuação relevante em importantes fóruns nacionais e internacionais conforme texto de sua “home page” transcrito a seguir:

“O Inmetro reconhece a importância da Responsabilidade Social como propulsora de um mundo mais justo e próspero e como uma robusta ferramenta para a sustentabilidade planetária. Por isso tem incentivado e acompanhado as principais iniciativas que se despontam. Participou ativamente da construção da Norma Nacional de Responsabilidade Social, a ABNT/NBR16001:2004, além de ter sido pioneiro no mundo ao desenvolver um Programa da Avaliação da Conformidade para a referida norma, cujo mecanismo é a certificação.

No âmbito das discussões internacionais, o Inmetro tem participado do Comitê Espelho da ISO, no fórum da ABNT, bem como da Delegação Brasileira no Grupo de Trabalho da ISO que elaborou a norma internacional de Responsabilidade Social, prevista para ser publicada em 2010.

Em decorrência das articulações internas da categoria governo foi criado o Fórum Governamental de Responsabilidade Social, coordenado pelo Inmetro, Conselho Superior de Justiça do Trabalho e Dataprev.”(INMETRO, 2010)

Destacamos ainda, por sua importância, duas Portarias do Inmetro. Uma delas, Portaria nº 278/2010 propõe as linhas gerais de sua “política, princípios e diretrizes de segurança, saúde ocupacional, ergonomia, meio ambiente e

responsabilidade social”, “que se aplicam aos servidores e, quando couber, a toda força de trabalho da organização e demais partes interessadas”.

A segunda, Portaria Inmetro n.º 374/2010 – “Requisitos Gerais para a sustentabilidade de processos produtivos” (em discussão) apresenta sobre o tema princípios, critérios e indicadores, o que demonstra uma atuação sistêmica. Sua abrangência, se aprovada, será ampla, como demonstram os seus princípios: cumprimento da legislação; racionalidade no uso dos recursos naturais; proteção, recuperação e conservação da biodiversidade; respeito às águas, ao solo e ao ar; adoção de práticas que visem ao bem estar dos trabalhadores; desenvolvimento ambiental, econômico e social das regiões em que se inserem as atividades do processo produtivo e desenvolvimento de ações para promoção da inovação tecnológica de forma a possibilitar crescimento econômico alinhado ao desenvolvimento social e preservação ambiental.

Igualmente importante nesta análise é o fato do Inmetro ter recebido o Troféu Ouro ou Prata do PQGF em 1998, 1999, 2000, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2010 (sendo que não concorreu em 2008 e 2009).

Como foi visto em detalhe no capítulo sobre o PQGF, este prêmio adota o enfoque sistêmico, tem como requisitos, entre outros, o envolvimento da Alta Administração, a conscientização para a Qualidade, o Planejamento Estratégico, o desdobramento das metas e planos e sua internalização por toda a organização, tendo como meta uma situação excepcional de gestão e de resultados obtidos pela organização, alcançada por meio de prática continuada

dos fundamentos do modelo sistêmico. Além disso, enfatiza o Desenvolvimento Sustentável e a responsabilidade social das organizações.

O Inmetro, portanto, ao receber as premiações do PQGF (por avaliações de terceiros independentes) listadas acima, demonstrou ser capaz de trabalhar de acordo com os rigores do PNQ e do prêmio Malcolm Baldrige, o que o coloca em posição privilegiada para implementar um programa de Sustentabilidade Corporativa.

É de se destacar também que, conforme apresentado no capítulo sobre o Inmetro, o Instituto mantém, desde o início dos anos 90, um Sistema de Gestão da Qualidade documentado (que tem como pré-requisito o enfoque sistêmico), estando entre suas referências a legislação e as normas e recomendações internacionais aplicáveis.

No mesmo capítulo também se ressalta a importância da atuação passada do Inmetro no PBQP e presente em vários fóruns internacionais como a ISO, além de participações e reconhecimentos obtidos em outros fóruns internacionais, como IAF, ILAC, EA, IAAC e APLAC, além do reconhecimento em programas setoriais (AAQG, PEFC e Globalgap).

Tais reconhecimentos demonstram, por avaliações de terceiros independentes, a competência do Inmetro e que o Instituto adota no campo da acreditação normas e orientações que expressam princípios amplamente aceitos e dissemina para a sociedade normas empregadas pelos organismos de avaliação da conformidade, como a ABNT NBR ISO 9001 e a ABNT NBR ISO 14001.

Por outro lado, se analisarmos as “Características desejáveis de um programa de Sustentabilidade Corporativa” (descrita no capítulo anterior) em termos de características substantivas, de um lado, e de processo e de sistemas de gestão (ISO COPOLCO,2002), de outro, veremos que todas se encontram no segundo grupo, com exceção da última característica (mudanças climáticas e biodiversidade) que se enquadra no primeiro.

Concluindo, pode-se dizer que o Inmetro tem condições de satisfazer plenamente as características de processo e de sistemas de gestão em relação à implementação de um programa de Sustentabilidade Corporativa, sendo prova cabal disto o exposto acima.

Em relação à característica 9.1 (conveniência de se criar a cultura da Responsabilidade Social), ressalta-se que a ABNT NBR ISO 26000:2010 enfatiza que trabalhar a partir de valores e culturas já existentes tem se mostrado eficaz e que “para algumas organizações, em que valores e cultura já estão estreitamente alinhados com os da responsabilidade social, o processo de integração pode ser bastante direto”, sendo este o caso do Inmetro.

Em relação à característica 9.5 (estabelecimento de políticas relativas à sustentabilidade e seus desdobramentos sucessivos, de forma a que haja uma atuação coerente da organização) observa-se que não há ainda uma política de “Sustentabilidade Corporativa” que sirva de “guarda-chuva” para todas as suas atividades internas e externas assim como uma unidade organizacional que coordene as atividades correspondentes. Também não existem ações operacionais de acompanhamento de indicadores, como, por exemplo em relação a gestão de emissão de gases de efeito estufa.

Em relação à característica 9.9 (tornar públicos Relatórios de Sustentabilidade), observa-se que o Inmetro não produz relatórios de sustentabilidade e ressalta-se a importância atribuída a este quesito pelo Questionário ISE Bovespa e a sua associação com as Diretrizes da GRI.

Observe-se ainda que de acordo com a GRI, no setor de agências governamentais, em termos mundiais, o relato de acordo com suas diretrizes “ainda está na sua infância” e a qualidade dos relatórios deixa muito espaço para melhorias (poucas informações quantitativas, poucos dados que permitam comparações com outras agências, etc.).

Esta é uma grande oportunidade: o Inmetro poderia liderar em nível mundial a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade Corporativa por agências governamentais, com adesão gradativamente maior às Diretrizes da GRI.

Ademais, dada a sua experiência acumulada na elaboração de relatórios para o PQGF, o Inmetro encontra-se em posição de satisfazer a esse requisito, porém teria que sistematicamente levantar indicadores internos de sustentabilidade (como consumo de água e de energia elétrica, emissão de gases de efeito estufa, etc.), o que não é uma tarefa simples.

Quanto à característica 9.10 (abordar questões substantivas) não fica evidente a preocupação do Inmetro com mudanças climáticas e emissões de gases de efeito estufa. Outras questões substantivas, como biodiversidade não foram aqui analisadas.

11. Conclusões

Embora o Inmetro desenvolva inúmeros programas voltados ao Desenvolvimento Sustentável, com impacto significativo na sociedade brasileira, não conta com políticas e programas formais de Sustentabilidade Corporativa, cobrindo aspectos ambientais e sociais de sua atuação. Igualmente não há uma unidade organizacional que coordene as atividades correspondentes e não existem ações operacionais de acompanhamento de indicadores de sustentabilidade, como, por exemplo, em relação à gestão de emissão de gases de efeito estufa.

De fato, as iniciativas que mais se aproximam de um programa de sustentabilidade são as portarias 278/2010, (Política, princípios e diretrizes de segurança, saúde ocupacional, ergonomia, meio ambiente e responsabilidade social) “que se aplicam aos servidores e, quando couber, a toda força de trabalho da organização e demais partes interessadas” e a Portaria Inmetro n.º 374 de 17 de setembro de 2010 – “Requisitos Gerais para a sustentabilidade de processos produtivos” (em discussão) que acarretará presumivelmente grandes efeitos externos quando implementada.

A Portaria Inmetro 278/2010 é um passo adiante, que inclui a promoção da “gestão integrada da segurança, da saúde ocupacional, da ergonomia, do meio ambiente e da responsabilidade social, com vistas à integração com a gestão da qualidade”.

Como dito, esses programas e portarias por si só não caracterizam um Programa de Sustentabilidade Corporativa, porém formam uma base sólida

que permitiria a implementação de tal Programa, poupando-se esforços em etapas anteriores como conscientização da alta administração e do corpo de colaboradores. Além disso, o Inmetro satisfaz as condições estratégicas elencadas neste trabalho, sendo prova cabal disto o exposto no capítulo que aborda a análise da situação atual do Inmetro, estando ainda em condições de preencher as lacunas existentes e aqui apontadas.

Salienta-se que o Inmetro encontra-se na posição descrita na ABNT NBR ISO 26000:2010 “em que valores e cultura já estão estreitamente alinhados com os da responsabilidade social” e, conseqüentemente “o processo de integração pode ser bastante direto”. A posição do Inmetro é muito confortável inclusive em termos internacionais, já que, de acordo com o GRI, no setor de agências governamentais, em termos mundiais, o relato de acordo com suas diretrizes “ainda está na infância” e a qualidade dos relatórios deixa muito espaço para melhorias (poucas informações quantitativas, poucos dados que permitam comparações com outras agências, etc.). Esta é uma grande oportunidade: o Inmetro poderia liderar em nível mundial a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade Corporativa por agências governamentais, com adesão gradativamente maior às Diretrizes da GRI.

Uma das lacunas detectadas é o fato do Inmetro não produzir relatórios de sustentabilidade, porém dada sua experiência acumulada na elaboração de relatórios para o PQGF, o Instituto encontra-se em posição de satisfazer esse requisito.

Os benefícios para o Inmetro da implementação de um Programa de Sustentabilidade Corporativa seriam inúmeros, entre eles:

- Aprofundamento do alinhamento do Inmetro às tendências internacionais em termos de Desenvolvimento Sustentável;
- Diagnóstico anual da atuação do Inmetro em termos de Sustentabilidade Corporativa e contribuições ao Desenvolvimento Sustentável;
- Melhor gerência da atuação do Inmetro e conseqüente ampliação dos resultados positivos em relação à Sustentabilidade Corporativa;
- Maior visibilidade do Inmetro como organização em busca da excelência;
- Maior influência do Inmetro como indutor da Sustentabilidade Corporativa (ou Empresarial) entre as organizações nacionais, públicas e privadas;
- Possibilidade de liderança no Brasil e no mundo de um movimento em prol de melhor gerência e maior transparência da Sustentabilidade Corporativa entre as agências governamentais.

Quanto à indução de programas de sustentabilidade em outras organizações, estas teriam, entre outros, os seguintes benefícios:

- maior aceitação da sociedade às atividades empresariais;
- colaboradores mais motivados e orgulhosos do seu trabalho;
- redução do uso de matérias-primas e energia, além de;
- geração de lucro e valorização das ações negociadas em bolsas.

12. Recomendações de novos trabalhos

Como observação inicial, convém esclarecer que embora a presente dissertação de mestrado enfoque, como estudo de caso, o Inmetro, as recomendações a seguir são de cunho genérico, não se restringindo ao caso estudado.

Esta é exatamente a situação do primeiro bloco de recomendações, relativo à observada resistência de executivos à Sustentabilidade Corporativa. Embora não tenha sido investigada, por fugir ao escopo deste trabalho, não se percebe sinais desta resistência no Inmetro. Ao contrário, os indícios são de comprometimento com essa causa no Instituto.

Isto posto, recomendamos, de forma genérica, a realização de estudos sobre os seguintes temas:

- Influência de posicionamentos ideológicos e valores pessoais nas posturas corporativas (ainda que veladas) a favor e contra a Sustentabilidade Corporativa;
- Diferenças de posicionamentos, face à sustentabilidade, entre organizações e seus “stakeholders” em diferentes países e regiões de acordo com a cultura local;
- Representatividade ou não, entre os executivos, dos pensamentos de Milton Friedman (expresso em famoso artigo⁷⁶) e de David Henderson;
- “Intimidação” e sua relação com ausência de críticas abertas à Sustentabilidade Corporativa, conforme sugere David Henderson.

⁷⁶ “The Social Responsibility of Business is to Increase Its Profits” (“A Responsabilidade Social das Empresas é Aumentar seus Lucros”) – Milton Friedman - The New York Times Magazine, September 13, 1970 - Disponível em: <http://www.colorado.edu/studentgroups/libertarians/issues/friedman-soc-resp-business.html>.

Recomenda-se ainda:

- Aprofundamento da discussão sobre divergências e convergências entre os conceitos relacionados à Sustentabilidade Corporativa, conforme exposto no tópico “Responsabilidade Corporativa – Definições e conceitos correlatos” desta dissertação.

Em todos os casos acima, as metodologias de estudo poderiam incluir pesquisa bibliográfica, entrevistas e análise de questionários respondidos por representantes da alta administração e do corpo de funcionários de organizações representativas da atuação empresarial em diversos setores.

Entrevistas e análise de questionários também poderiam ser usados para captar intenções futuras e pesquisar a cultura organizacional do Inmetro e sua relação com suas potencialidades e eventuais dificuldades, face à Sustentabilidade Corporativa.

Recomenda-se ainda a ampliação deste estudo incluindo a dimensão econômico-financeira e outras citadas no Questionário ISE Bovespa⁷⁷ (dimensão geral, natureza do produto e governança corporativa).

⁷⁷ ISE Bovespa – Índice de Sustentabilidade Empresarial Bovespa 2010 – Questionário base - Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da FGV – Fundação Getúlio Vargas – Brasil.

Referências bibliográficas

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, **ABNT NBR 16001:2004**, Responsabilidade social - Sistema da gestão Requisitos, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <www.abnt.org.br>. Acessado em: 22 nov. 2010.
- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, **ABNT NBR ISO/IEC 17000:2005** Avaliação de conformidade – Vocabulário e princípios gerais. Rio de Janeiro, 2005
- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, **ABNT NBR ISO 26000** Diretrizes sobre responsabilidade social Rio de Janeiro, 2010
- AIDAR, M. M. **Da qualidade à infra-estrutura** Fundação Getúlio Vargas - FGV-Escola de Administração de Empresas de São Paulo - EAESP 2005
- ALGARTE, W.; QUINTANILHA, D. **A História da Qualidade e o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade PBQP**, 2000.
- ASHLEY, P. A. (coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BANSAL, P.; ROTH, K. **Why companies go green: A model of ecological responsiveness**. Academy of Management Journal, 43(4): 717-736, 2000.
- BORGES, M. A. **O Programa de análise de produtos do Inmetro: Importância Estratégica para consumidores e indústria** Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói – Rio de Janeiro, 2006
- BRANDI, H.S.; SOUZA, T. L. **Metrology infrastructure for sustainable development of the Americas: the role of SIM**, Accreditation and Quality Assurance, Springer Verlag pp. 567–573, 2009
- BROWN, M. G. **O sistema Baldrige da qualidade**. São Paulo: Makron Books, 1995. 383 p.

DJSI, S. **Research Corporate Sustainability Assessment Questionnaire**,
Zurique, Suíça, 2010

Conmetro - Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial. **Resolução no. 01/2004** Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/legislacao/resc/pdf/RESC000177.pdf>>.

Acessado em: 20 jan. 2010.

_____ **Resolução no. 01/2010** Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/legislacao/resc/pdf/RESC000232.pdf>>.

Acessado em: 20 jan. 2010.

DYLLICK, T.; HOCKERTS, K. **Beyond the Business Case for Corporate Sustainability**, Business Strategy and The Environment, 2002.

EBELING, R. M. **Book review Misguided Virtue: False Notions of Corporate Social Responsibility by David Henderson**, 2003. Disponível em: <<http://www.fff.org/freedom/fd0301h.asp>> Acessado em: 20 out. 2010

ETHOS - Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. **Crítérios Essenciais de Responsabilidade Social Empresarial e seus Mecanismos de Indução no Brasil**, 2006. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/_Uniethos/Documents/criterios_essenciais_web.pdf>. Acessado em: 01 out. 2010.

FERREIRA, A. R. **Análise comparativa do Prêmio Qualidade do Governo Federal com outros prêmios nacionais e internacionais de qualidade** Dissertação (Mestrado), Centro de Formação Acadêmica e de Pesquisa da Fundação Getulio Vargas – FGV, Brasília, 2003

FNQ - Fundação Nacional da Qualidade - **Conceitos Fundamentais de Excelência em Gestão – 2006** Disponível em:

<<http://www.fnq.org.br/Portals/FNQ/Documents/ebook-ConceitosFundamentais.pdf>>. Acessado em: 20 jan. 2010

_____ **Crêterios de Excelência 2010** Disponível em:
<http://www.fnq.org.br/Portals/FNQ/Documents/Criterios_Excelencia2010rev1.pdf>. Acessado em: 20 jan. 2010.

FRIEDMAN, M. **The Social Responsibility of Business is to Increase Its Profits**, The New York Times Magazine, September 13, 1970 - Disponível em: <<http://www.colorado.edu/studentgroups/libertarians/issues/friedman-soc-resp-business.html>>. Acessado em: 01 jan. 2010.

GRI - Global Reporting Initiative GRI, **Reporting in Government Agencies**, Amsterdam, Países Baixos, 2010. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/B7462AEC-0B4C-40BE-8AD3-9A2C63443121/3861/GRIReportinginGovernmentAgencies.pdf>>. Acessado em: 22 jan. 2010.

GUROVITZ, H.; BLECHER, N. **No Brasil, lucro   questão de vergonha**
EXAME Edi o 839, 2005

HEMINGWAY, C. A.; MACLAGAN P.W. **Managers' personal values as drivers of corporate social responsibility**. Journal of Business Ethics, 50(1): 33-44, 2004.

HENDERSON, D. **Anti-Liberalism 2000 The Rise of New Millennium Collectivism**, IEA - Institute of Economic Affairs – Londres UK, 2001. Disponível em: <<http://www.iea.org.uk/files/upld-book37pdf?.pdf>>. Acessado em: 21 nov. 2010.

_____ **Misguided Corporate Virtue: the case against Corporate Social Responsibility , and the true role of business today**, Institute of

Economic Affairs, Blackwell Publishing, Oxford, 2009. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-0270.2009.01941.x/abstract>>. Acessado em: 01 out. 2010

_____. **Misguided Virtue: False Notions of CSR**, IEA - Institute of Economic Affairs, Londres, Reino Unido, 2001. Disponível em: <<http://www.iea.org.uk/files/upld-book126pdf?.pdf>>. Acessado em 21 out. 2010

_____. **The Role of Business in the Modern World - Progress, Pressures and Prospects for the Market Economy**, Competitive Enterprise Institute, 2004. Disponível em: <<http://cei.org/pdf/4305.pdf>> Acessado em: 01 out. 2010.

HOPKINS, M. **Is corporate social responsibility the same as corporate sustainability?**, 2003. Disponível em: <<http://www.mhcinternational.com/corporate-social-responsibility/publications/is-corporate-social-responsibility-the-same-as-corporate-sustainability.html>>. Acessado em: 20 nov. 2009.

IISD - International Institute for Sustainable Development. **Business strategies for sustainable development**, 1992. Disponível em: <http://www.iisd.org/business/pdf/business_strategy.pdf>. Acessado em: 15 out. 2010

INMETRO - INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL. **Contrato de gestão do Inmetro com o governo federal**. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **Contrato de gestão do Inmetro com o governo federal**. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Histórico do Inmetro**, Disponível em:
<<http://www.inmetro.gov.br/inmetro/historico.asp>>. Acessado em: 10 fev.
2011.

_____. **O que é o Inmetro**. Disponível em:
<<http://www.inmetro.gov.br/inmetro/oque.asp>>. Acessado em: 10 jan. 2011.

_____. **DOQ-CGCRE-007 - Informações sobre os acordos de reconhecimento mútuo no campo da acreditação** Revisão 02 – out/2009

_____. **NIT-DIAPE-001 – Procedimento para identificação e priorização de demandas por programa de avaliação da conformidade** rev. 04 dez/2010

ISE Bovespa, GVces, Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da FGV – Fundação Getúlio Vargas, **ISE Bovespa, Índice de Sustentabilidade Empresarial Bovespa 2010 – Questionário base**, São Paulo – Brasil 2010 Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/Indices/ResumoQuestionarioISE-2009-2010.aspx?idioma=pt-br>>. Acessado em: 01 out. 2010

ISE Bovespa, GVces, Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da FGV – Fundação Getúlio Vargas, **ISE Bovespa, Índice de Sustentabilidade Empresarial Bovespa 2010 – Questionário Ambiental Grupo A**, São Paulo – Brasil 2010. Disponível em:
<<http://www.bmfbovespa.com.br/Indices/ResumoQuestionarioISE-2009-2010.aspx?idioma=pt-br>>. Acessado em: 01 out. 2010

ISO - International Organization for Standardization, **Metrology, standardization and conformity assessment - Building an infrastructure**

for sustainable development, 2006. Disponível em: <http://www.iso.org/iso/devt_3pillars_2006-en.pdf>. Acessado em: 01 nov. 2009.

ISO COPOLCO, International Organization for Standardization, Consumer Policy Committee, **The desirability and feasibility of ISO corporate social responsibility standards**, Final report, Genebra, Suíça, 2002. Disponível em: <www.iso.org>. Acessado em: 01 out. 2010.

JORNADA; BRANDI. **Measurement and Standards Needs to support Sustainability Assessment: the Role of NMIs**, Apresentação no CCQM (Comité Consultivo para a Quantidade de Matéria), Bureau International des Poids et Mesures (BIPM), Paris, 2010.

LEMOS, H. M. **A Evolução da Questão Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável**, Curso de Pós Graduação em Gestão Ambiental 2010, Instituto Brasil PNUMA / UFRJ, Rio de Janeiro, 2010

LOBO, A. **Avaliação da Conformidade Para Componentes de Bicicleta de Uso Adulto** Audiência Pública Xerém, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <www.inmetro.gov.br/painelsetorial/palestras/audienciaLobo.pdf>. Acessado em: 20 jan. 2010.

_____. **Qualidade e produtividade**. 2003 Disponível em: <http://repositorios.inmetro.gov.br/bitstream/123456789/760/1/2003_AlfredoLobo.pdf>. Acessado em: 20 jan. 2010

LOUETTE, A. **Gestão do Conhecimento: compêndio para a sustentabilidade: ferramentas de gestão de responsabilidade socioambiental**, Antakarana Cultura Arte e Ciência Ltda, São Paulo, 2007.

Disponível em: <<http://www.compendiosustentabilidade.com.br>>. Acessado em: 01 out. 2010.

MACHADO, C. A. M. **História da Metrologia no Brasil**, Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, Rio de Janeiro, 1984.

MARTINELLI, M. A. **Estudo sobre o relacionamento entre os órgãos e agências reguladoras e o INMETRO: foco nas atividades de avaliação da conformidade** Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2009.

MARTINS, M. C. **Análise da evolução da gestão dos processos do Inmetro segundo os critérios do PQGF, um estudo de caso**, Dissertação (Mestrado), Escola de Engenharia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2009

MARTINS, M. C.; COSTA, S. R. R. **Práticas de gestão implementadas pelo Inmetro na gestão de Processos**. 2009. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos09/360_Martins_M%20-20Seget2009.pdf>.

Acessado em: 20 jan. 2011

MEBRATU, D. **Sustainability and sustainable development: Historical and conceptual review**, Environmental Impact Assessment Review, Elsevier, pp. 493-520, 1998

MELO, C. M. **ISO 26000: Uma análise da elaboração da norma internacional de Responsabilidade Social**. Dissertação (Mestrado), Centro Tecnológico, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2006

MIRANDA, O. M. Z. **Implantação e Resultados de programa de qualidade em universidade pública: estudo de caso da Universidade de São Paulo** Tese de Doutorado, Departamento de Administração da Faculdade de

Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010

MOREJÓN, M. A. G. **A Implantação do processo de qualidade ISO 9000 em empresas educacionais** Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.unibero.edu.br/download/iberonews/TeseMMorejon_ISO.pdf>.

Acessado em: 20 jan. 2010.

MORRISON, J.; CUSHING, K. K.; DAY, Z.; SPEIER, **Managing a Better Environment: Opportunities and Obstacles for ISO 14001 in Public Policy and Commerce**, Pacific Institute for Studies in Development, Environment, and Security, 2000

MOURA, L. R. **Gestão do relacionamento com fornecedores - Análise da eficácia de programa para desenvolvimento e qualificação de fornecedores para grandes empresas** Tese de doutorado, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009

NA MEDIDA - Jornal interno do Inmetro e da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade. Ano 25 nº 418, Out. 2010.

OLIVEIRA, J.C.; OLIVEIRA, R.C. **Legitimidade das organizações não-governamentais para propositura de ação popular em matéria ambiental**, Scientia Iuris, v. 14, p. 109-119, nov. 2010, Londrina, Brasil. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/iuris/article/viewFile/7634/6730>>.

Acessado em: 01 dez. 2010.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Objetivos do milênio**. 2008
Disponível em: <<http://www.objetivosdomilenio.org.br/>>. Acessado em: 20
jan. 2010.

ONU – Organização das Nações Unidas **Declaração do Milênio**. 2000.
Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm/>>. Acessado em 20 jan. 2010

QUEIROZ, A. B. M. M. **Acordos de reconhecimento internacional: função
estratégica do sistema de acreditação do Inmetro para o
desenvolvimento sustentável**. 2010. Disponível em:
<http://repositorios.inmetro.gov.br/bitstream/123456789/576/1/2010_ID%204%20Queiroz.pdf>. Acessado em: 10 fev. 2011

REHDER, H. **Fatores críticos de sucesso de projetos automotivos com
fornecedores: estudo de casos de desenvolvimentos sucessivos de
painéis para veículos comerciais** Dissertação (Mestrado), Escola
Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006

RIBEIRO, F. S. G; COSTA, S. R. R. **Prêmios da qualidade - Porque
participar: Uma visão para as organizações públicas brasileiras** 2004
Disponível em:
<http://www.inmetro.gov.br/producaointelectual/obras_intelectuais/13_obraIntelectual.pdf>. Acessado em: 20 jan. 2010

RIBEIRO, F. S. **Contribuição para melhoria da gestão do serviço público.
Estudo de caso: análise da evolução do desempenho do Inmetro**
Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói – Rio de
Janeiro, 2003

SANTOS, M. M. M. **Gestão da Qualidade no controle metrológico dos produtos pré-medidos** Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói – Rio de Janeiro, 2006

VISSER, W. **The top 50 Sustainability Books**, University of Cambridge, Programme for Sustainability Leadership, Grennleaf Publishing Limited, Sheffield, Inglaterra, Reino Unido, 2009

VISSER, W. **Landmarks for Sustainability**, University of Cambridge, Programme for Sustainability Leadership, Grennleaf Publishing Limited, Sheffield, Inglaterra, Reino Unido, 2009

_____ **Corporate Sustainability and the Individual: A Literature Review**, University of Cambridge Programme for Industry Research Paper Series: No. 1, 2007, Disponível em: <<http://www.cpsl.cam.ac.uk/pdf/RP1%20Sustainability.pdf>>. Acessado em: 29 nov. 2010

VOKURKA, R.; STADING, G. L.; BRAZEAL, J. A. **Comparative analysis of national and regional quality awards**. Quality Progress, v. 33, n. 8, 2000.

WILSON, M. **Corporate Sustainability: What is it and where does it come from?**, Ivey Business Journal Online, V. 67, I. 4. 2003. Disponível em: <http://www.iveybusinessjournal.com/view_article.asp?intArticle_ID=405>.

Acessado em: 01 mar. 2008

Principais sites

Baldrige Performance Excellence Program (Programa Baldrige de Excelência no Desempenho). Disponível em: <www.baldrige.nist.gov>.

DJSI World – Dow Jones Sustainability World Index (Índice de Sustentabilidade Mundial Dow Jones). Disponível em: <<http://www.sustainability-index.com/>>.

FNQ – Fundação Nacional da Qualidade. Disponível em: <www.fnq.org.br>.

GRI – Global Reporting Initiative (Iniciativa Global de Relato). Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/Home>>.

GVces - Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://www.ces.fgvsp.br>>.

IISD - International Institute for Sustainable Development (Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável). Disponível em: <<http://www.iisd.org/about>>.

Inmetro – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial. Disponível em: <www.inmetro.gov.br>.

Instituto Ethos de Responsabilidade Social. Disponível em: <<http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/Default.aspx>>.

ISE Bovespa – Índice de Sustentabilidade Empresarial Bovespa. Disponível em: <<http://www.ces.fgvsp.br/gvces/index.php?page=Conteudo&id=30>>.

ISO – International Organization for Standardization (Organização Internacional de Normalização). Disponível em: <www.iso.org>

PQGF - Prêmio Nacional da Gestão Pública. Disponível em:

<<http://www.gespublica.gov.br/projetos-aco-es/pasta.2010-04-26.8934490474>>.

United Nations Global Compact (Pacto Global da ONU). Disponível em:

<<http://www.unglobalcompact.org/>>.

United Nations Millennium Development Goals (Metas da ONU de Desenvolvimento do Milênio). Disponível em:

<<http://www.un.org/millenniumgoals/>>.